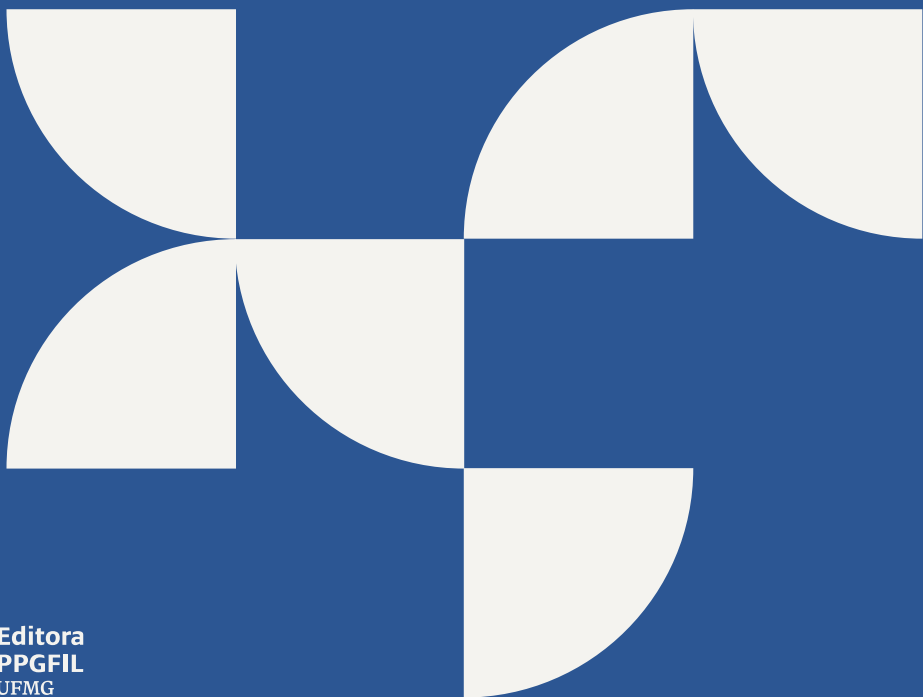


# Arquivos mentais e o enigma de Frege

Uma introdução

Victor Angelucci

Prefácio de Ernesto Perini-Santos

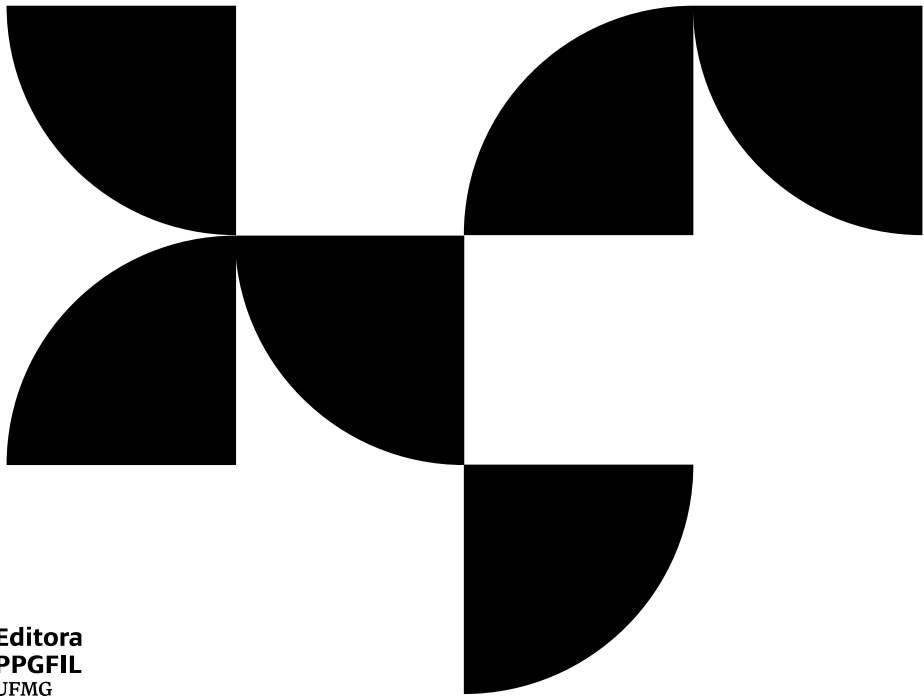


# Arquivos mentais e o enigma de Frege

Uma introdução

Victor Angelucci

Prefácio de Ernesto Perini-Santos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Reitora: Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitor: Alamanda Kfoury Pereira

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Chefe: Leonardo de Melo Ribeiro

Subchefe: Tadeu Mazzola Verza

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Coordenador: Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos

Subcoordenador: Rogério Antônio Lopes

**EDITORA PPGFIL-UFMG**

Tadeu M. Verza

André J. Abath

Abílio A. Rodrigues Filho

Henrique B. Barreto

**CONSELHO EDITORIAL**

Daniel Pucciarelli

Miriam Campolina Diniz Peixoto

Rogério Antônio Lopes

Verlaine Freitas

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Alessandro Pinzani (UFSC)

Anderson Bogéa (UFAM)

André Leclerc (UNB)

André Nascimento Pontes (UFAM)

Antônio José Ferreira Bento (Universidade da Beira Interior)

Beatriz Cecilia Bossi López (UCM)

Catarina Belo (Universidade Americana no Cairo)

Gisele Amaral dos Santos (UFRN)

Jacques Poulain (Université Paris VIII)

José Leonardo Annunziato Ruivo (UEMA)

Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)

Marcus Sacrini Ayres Ferraz (USP)

Maria Aparecida Paiva Montenegro (UFCE)

Maurício Pagotto Marsola (UNIFESP)

Sara Juliana Pozzer da Silveira (UFMT)

Vinicius Berlendis de Figueiredo<sup>†</sup> (UFPR)

<https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br>

<https://www.editorappgfilufmg.com>

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627

FAFICH, sala 4047, 4º Piso

Pampulha, Belo Horizonte - MG.

CEP: 31270-901

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Angelucci, Victor. Arquivos Mentais e o enigma de Frege [livro eletrônico]: uma introdução / Victor Angelucci. – Belo Horizonte, MG. Ed. PPGFIL-UFMG, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-02-30031-2

DOI: 10.5281/zenodo.22166405

1.Enigmas 2. Filosofia 3. Linguagem I. Título  
26-386889.0

CDD-100

---

Elaborado por Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

Copyright © Victor Angelucci

Capa e projeto gráfico: Ami Comunicação & Design

Revisão: o autor

Diagramação: o autor

Finalização: Tadeu M. Verza



PPGFIL-UFMG, 2026

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial da Editora PPGFIL-UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso da Editora PPGFIL-UFMG, disponíveis em:

<https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br>



Para  
Izaboh, Gilberto e Adriana



# Sumário

|                                                         |           |
|---------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Prefácio</b>                                         | <b>13</b> |
| <b>Introdução</b>                                       | <b>17</b> |
| <b>Capítulo 1: O debate clássico</b>                    | <b>27</b> |
| Seção 1.0 – Introdução                                  | 27        |
| Seção 1.1 – Semântica fregeana                          | 28        |
| 1.1.0 Introdução                                        | 28        |
| 1.1.1 O enigma de Frege: três desdobramentos            | 28        |
| 1.1.2 A solução da Conceitografia e sua recusa          | 32        |
| 1.1.3 A teoria semântica de Frege                       | 36        |
| 1.1.4 Identidades informativas e correferência          | 42        |
| 1.1.5 Inocência perdida, novamente                      | 44        |
| 1.1.6 Conclusão                                         | 50        |
| Seção 1.2 – A teoria da referência direta               | 52        |
| 1.2.0 Introdução                                        | 52        |
| 1.2.1 Metasemântica satisfacional: argumentos negativos | 53        |
| 1.2.2 Semântica descritivista: argumentos negativos     | 57        |
| 1.2.3 Semântica referencialista                         | 61        |
| 1.2.4 Metasemântica referencialista                     | 66        |
| 1.2.5 Wettstein e o erro da semântica fregeana          | 69        |
| 1.2.6 Conclusão                                         | 74        |

## **Capítulo 2: Arquivos mentais e referência direta 77**

### **Seção 2.0 – Introdução 77**

### **Seção 2.1 – Pensamento singular e nomes vívidos 79**

#### **2.1.0 Introdução 79**

#### **2.1.1 Quine, contextos opacos e atitudes proposicionais 79**

#### **2.1.2 O projeto do *Quantifying In* 86**

#### **2.1.3 Nomes vívidos 94**

#### **2.1.4 Conclusão 102**

### **Seção 2.2 – Arquivos mentais 102**

#### **2.2.0 Introdução 102**

#### **2.2.1 Introduzindo arquivos mentais 103**

#### **2.2.2 A natureza dos arquivos mentais 110**

#### **2.2.3 Arquivos de objeto na psicologia cognitiva 114**

#### **2.2.4 Percepção, indexicalidade e arquivos estáveis 119**

#### **2.2.5 A irrelevância vericondicional de arquivos mentais 128**

#### **2.2.6 Conclusão 131**

## **CAPÍTULO 3: Arquivos mentais, informação e significância cognitiva 135**

### **Seção 3.0 – Introdução 135**

### **Seção 3.1 – Identidades informativas 136**

#### **3.1.0 Introdução 136**

#### **3.1.1 Almog sobre identidades informativas 136**

#### **3.1.2 O *insight* de Strawson 144**

#### **3.1.3 Variedades de *Merge* 147**

|                                               |            |
|-----------------------------------------------|------------|
| 3.1.4 Conclusão                               | 153        |
| Seção 3.2 – Significância cognitiva           | 155        |
| 3.2.0 Introdução                              | 155        |
| 3.2.1 Destrinchando a significância cognitiva | 156        |
| 3.2.2 Explicando a significância I            | 162        |
| 3.2.3 Explicando a significância II           | 166        |
| 3.2.4 Conclusão                               | 171        |
| <b>Conclusão</b>                              | <b>173</b> |
| <b>Referências bibliográficas</b>             | <b>181</b> |



# Prefácio

Ernesto Perini-Santos

Paradoxos e enigmas tiveram um papel central ao longo da história da filosofia, em particular durante aqueles períodos em que a lógica filosófica ocupou um lugar central. Este é o caso da antiguidade tardia, da época medieval, entre os séculos XII e XIV, e do período que se estende do último quarto do século XIX até hoje. Bertrand Russell, no clássico artigo “Da Denotação”, de 1905, chega mesmo a dizer que uma teoria lógica (pelo que podemos entender uma teoria filosófica) pode ser testada por sua capacidade de lidar com enigmas, com *puzzles*. Um dos enigmas mais importantes no desenvolvimento da filosofia da linguagem ao longo do século XX, conhecido como “Enigma de Frege”, deve sua primeira versão a Eubulides de Mileto (IV a.C.) e tem versões medievais, por exemplo, em Guilherme de Heytesbury, no século XIV.

O Enigma de Frege reflete a dificuldade de se explicar como proposições semanticamente equivalentes, i.e., com as mesmas condições de verdade, podem ter valores cognitivos diferentes. Gottlob Frege, a quem se deve, claro, o nome da versão contemporânea do problema, propôs duas soluções: no parágrafo 8 da *Conceitografia*, em 1879, e, em 1892, no artigo seminal “Sobre o sentido e a referência”.

O problema pode ser apresentado de maneira breve do seguinte modo. Considere a inferência:

- i. Arnaldo acredita que Fernanda Montenegro é uma grande atriz;
- ii. Fernanda Montenegro é Arlette Pinheiro;
- iii. Logo, Arnaldo acredita que Arlette Pinheiro é uma grande atriz.

Como explicar que o raciocínio acima seja inválido, isto é, que (i) e (ii) podem ser frases verdadeiras e (iii), falsa? Como sempre, é preciso ter cuidado na apresentação do problema – Nathan Salmon, por exemplo, defende que o argumento é válido. Vamos tomar a inferência acima como inválida, o que é, em todo caso, a posição de Frege. Ora, apesar de inválido, o argumento parece se fundar unicamente na substituição de termos correferenciais.

A solução de Frege consiste em dizer, precisamente, que as ocorrências de ‘Fernanda Montenegro’ em (i) e (ii), assim como as ocorrências de ‘Arlette Pinheiro’ em (ii) e (iii), não têm a mesma referência, portanto a substituição de um nome pelo outro não garante sua correferencialidade em (i) e (iii). E isto ocorre porque a referência de termos em contextos criados por verbos de atitudes proposicionais, como ‘S acredita que...’, é seu sentido usual. Assim, a referência de ‘Fernanda Montenegro’ em (i) é o sentido associado ao nome. Do mesmo modo, a referência de ‘Arlette Pinheiro’ em (iii) é o sentido associado a este nome. Ora, a correferencialidade asserida em (ii) diz respeito à identidade de referência usual, não do sentido. Por esta razão, contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, o argumento *não* se baseia sobre a substituição de termos correferenciais.

Boa parte dos mais influentes filósofos da linguagem do século XX, como Russell, claro, mas também Rudolf Carnap, Alonzo Church,

Willard van Orman Quine e Donald Davidson, pensaram dever fornecer uma solução a esse problema, numa linha mais ou menos direta a partir de Frege.

Mas isto é apenas parte da história. De fato, neste tema, como em quase todos os outros assuntos de que se ocupou a filosofia da linguagem ao longo do século XX, há uma mudança importante de perspectiva a partir da chamada teoria da referência direta. Ora, no quadro da teoria da referência direta, não há espaço para a solução fregeana. O Enigma de Frege pareceu mesmo ser um dos maiores desafios, senão o maior desafio a este novo quadro teórico, o que revela a pregnância de Frege na filosofia da linguagem ao longo do século XX. Existem diferentes tipos de respostas dentro do quadro semântico derivado de autores como Saul Kripke e Keith Donnellan, mas também a recusa da ideia que uma teoria semântica deva fornecer uma solução ao enigma de Frege, como diz um famoso artigo de Howard Wettstein.

Após uma competente apresentação do percurso de Frege, o trabalho de Victor Angelucci retoma o problema dentro do quadro da teoria da referência direta, com um foco particular no artigo crucial de David Kaplan, “Quantifying in” (1968). Neste artigo, Kaplan começa com uma discussão detalhada da abordagem quineana do enigma de Frege e chega a uma versão já muito rica de arquivos mentais, que ele chama de ‘nomes vívidos’. Já em Kaplan, arquivos mentais são parte de uma resposta articulada e frutífera ao enigma de Frege, tanto do ponto de vista da economia cognitiva quanto do ponto de vista semântico. As teorias construídas em torno da noção de arquivos mentais não apenas sugerem um novo equilíbrio entre problemas semânticos e problemas cognitivos, que tinham parecido a Wettstein pertencerem a domínios teóricos distintos, como permitem uma

ponte para as ciências cognitivas, num movimento tão característico da filosofia analítica do último quarto do século XX, cujos efeitos se estendem até hoje.

O trabalho de Victor Angelucci permite uma compreensão conceitual fina deste longo arco da filosofia analítica. Não se trata de uma reconstrução histórica de um período tão longo e fértil da filosofia da linguagem, mas de um percurso conceitual apresentado de maneira precisa e informada que nos leva de Frege ao que de melhor se faz hoje na tradição analítica.

# Introdução

O Enigma de Frege (*Frege's Puzzle*) é um dos problemas que acompanham a criação da Filosofia da Linguagem e da Teoria da Referência. O problema foi primeiro proposto e discutido por Frege, em momentos diferentes. Vemos o problema pela primeira vez na *Conceitografia* (Frege, 1879), mais especificamente no parágrafo 8. Frege primeiro nota como o problema surge no contexto de sentenças de identidades. Estas sentenças são interessantes na medida em que algumas de suas propriedades podem diferir mesmo se elas se referem ao mesmo fato ou estado de coisas. Como é usual, podemos comparar sentenças da forma  $a=a$  com sentenças da forma  $a=b$ . Assumindo que as constantes possuem a mesma referência, ambas expressam o fato de que um objeto é idêntico a si mesmo. Entretanto, uma sentença parece ser trivial ( $a=a$ ), enquanto outra parece ser informativa ( $a=b$ ).

Já no célebre *Sobre o sentido e a referência* (SR) (Frege, 1892), vemos um esforço mais pormenorizado para tratar o problema. As sentenças de identidade aqui ainda estão no radar do autor, mas podemos ver aqui como o problema engloba não apenas identidades, mas expressões correferenciais em geral. É por isso que Perry (2011), tendo em vista uma formulação mais geral do problema, chama o Enigma de Problema da Correferência. Não é só em informatividade que sentenças correferenciais podem variar, mas há variação também no que diz respeito a seu *valor* ou *significância cognitiva*. A informatividade de uma identidade é uma propriedade cognitiva, mas estas também se manifestam nas seguintes sentenças:

- 1) Pelé é mineiro
- 2) Edson Arantes do Nascimento é mineiro

Ambas as sentenças possuem as mesmas condições de verdade, visto que os nomes próprios em questão são correferenciais. Entretanto, um agente racional pode acreditar em uma sentença, enquanto não acredita em outra (Evans, 1982). Notemos também como este é o caso para as sentenças de identidade; um agente racional pode acreditar na sentença trivial, enquanto não acredita na sentença informativa, mesmo ambas expressando o mesmo fato. Há ainda uma outra formulação do problema que pode ser encontrada na bibliografia relevante, no que diz respeito à substituição de termos correferenciais. Tomemos:

- 3) S acredita que Pelé é mineiro
- 4) Pelé é Edson Arantes do Nascimento
- 5) S acredita que Edson Arantes do Nascimento é mineiro

Seguindo Frege, parece que a inferência acima é inválida, mesmo se ela consiste apenas na substituição de dois termos correferenciais. Temos então três polos ou dimensões que circulam o Enigma: a questão das identidades, a diferença de valor cognitivo e o problema da substituição de termos correferenciais em sentenças com verbos de atitudes proposicionais.

O objetivo deste trabalho é construir uma resposta ou solução para o Enigma acima. Entretanto, nosso caminho não vai ao encontro da solução do próprio Frege. Como é sabido, a solução do autor é, em última instância, semântica. Isto é, Frege constrói uma teoria semântica tendo em vista um *constraint* cognitivo, como notam

Wettstein (1986) e Taylor (1995). Tal *constraint* prevê que, para toda diferença cognitiva entre expressões, deverá haver uma diferença no conteúdo semântico expresso pelas mesmas. Assim, Frege postula uma distinção entre sentido e referência, constrói uma teoria da proposição dando centralidade aos chamados Pensamentos e explica diferenças cognitivas por meio de diferenças semânticas nos Pensamentos expressos pelas sentenças – somados com a doutrina da alteração da referência usual dos termos em contextos sentenciais com verbos de atitudes.

Nossa solução não será, neste sentido, puramente semântica (i.e., não construiremos a solução do problema via uma diferença nas proposições expressas pelas sentenças em questão). Isso se dá pois buscamos construir uma resposta compatível com outra tradição semântica, o chamado referencialismo ou teoria da referência direta. Tal movimento teórico, encabeçado por autores como Kripke (1980), Donnellan (1966), Kaplan (1989) e Putnam (1975), defendeu uma quebra radical com o paradigma fregeano. De fato, as críticas para com a teoria de Frege foram tão decisivas que o custo para se defender uma teoria fregeana atualmente se elevou muito. De maneira interessante, na dialética entre as posições e o Enigma, apesar de fortes razões terem sido apresentadas para adotar a nova teoria semântica, isto ocasionou a reabertura do problema. Ao contrário da semântica de Frege, a nova teoria não possui recursos tão diretos para lidar com o Enigma – a semântica de sentenças como (1) e (2), por exemplo, é tratada como sendo a mesma.

A ideia é tentar desenvolver novos recursos explicativos tendo como base as noções centrais do referencialismo. Neste sentido, temos que ter em mente duas dimensões da nova teoria: seu quadro semântico e seu quadro metasemântico. Em primeiro lugar,

abandonamos Pensamentos e adotamos uma teoria das proposições enquanto Proposições Russellianas – compostas não por sentidos, mas por objetos, propriedades e relações. Em segundo, adotamos uma imagem histórico-causal do processo de fixação da referência: tal e tal expressão possui tal e tal referência em virtude de relações histórico-causais, como o testemunho, que conectam usos das expressões com a referência. Seguindo a expressão de Bach (1987), o referencialismo adota uma metasemântica relacional, ao contrário da teoria satisfacional de Frege.

Logo, precisamos de recursos adicionais que não alterem a teoria da proposição nem o quadro metasemântico relacional. Quaisquer que sejam os recursos somados à base teórica referencialista, eles devem ser compatíveis com estes dois elementos. Com isso em mente, o tipo de solução explorada neste trabalho defende que a absorção dos aspectos cognitivos do uso da linguagem deve ser feita por uma teoria de conceitos singulares, representações mentais com referência singular. Seguindo Kaplan (1968), Perry (1980b, 2011) e Recanati (1993, 2012), construímos tais conceitos como *arquivos mentais*. Como dissemos, arquivos mentais são conceitos que se referem a objetos. Mas eles também possuem algumas outras funções. Especificamente, eles armazenam informações que são tomadas como satisfeitas por suas referências. Tal traço arquitetural de arquivos dá conta de um fenômeno rotineiramente apontado por referencialistas: falantes diferentes podem associar informações diferentes aos mesmos termos da língua.

Não só isso, mas arquivos são construídos tendo em vista a possibilidade de posse de mais de um conceito correferencial por agente. Um agente racional pode crer que Pelé é e não é mineiro se ele possuir dois conceitos PELÉ e EDSON ARANTES, cada um

armazenando as informações “... é mineiro” e “... não é mineiro”. Tentaremos mostrar a compatibilização da teoria de arquivos mentais para com o referencialismo tendo em vista a individuação e arquitetura de arquivos. Apesar de armazenar informações na forma de descrições, estas não figuram na proposição que captura as condições de verdade do que foi dito ou pensado pelo agente. Ademais, arquivos são individuados em função de relações histórico-causais, como o testemunho e a percepção. Seguindo uma estratégia inspirada em Evans (1982), esta é a proposta de Recanati (1993, 2012): as múltiplas relações causais ou canais informacionais que conectam sujeito e objeto são centrais para a criação de diferentes arquivos mentais.

Vamos buscar desenvolver esta abordagem ao longo do presente trabalho. Nosso ponto de partida são os trabalhos de Kaplan (1968), que primeiro postulou uma classe de representações, os *nomes vívidos*, com a estrutura que serve de base para todas as teorias de arquivos mentais. Kaplan está trabalhando no contexto do clássico de Quine *Quantifiers and Propositional Attitudes* (1956). No artigo, Quine introduz uma série de temas que serão relevantes para a bibliografia. De maneira central, temos o tal *sentido relacional de crença*, a ideia de uma crença (ou atitude proposicional) que, em poucas palavras, pode ser de ou sobre um objeto. Mas, na construção quineana (De Pelé, S acredita que ele é mineiro), o sentido relacional é suscetível aos chamados casos de Frege, justamente situações nas quais o agente possui crenças contraditórias sobre o mesmo objeto. Tal suscetibilidade se dá, como veremos, devido ao fato de que crenças relacionais são aqui atribuídas sem levar em consideração a maneira pela qual o agente pensa sobre o objeto.

Neste contexto, Kaplan quer garantir que haja um sentido relacional ou singular de crença, que sejam possíveis atitudes singulares, sem com isso estar sujeito a casos de Frege. A ideia é propor os tais nomes vívidos, conceitos com uma estrutura dual: eles possuem um conteúdo descritivo, descrições e informações associados a si, e também um caráter genético, uma origem ligada ao nome vívido via cadeia causal. A ideia de Kaplan é dizer que, dada a satisfação de algumas condições, um agente pode ter crenças singulares mas mediadas por um nome vívido. Um agente racional pode ter crenças contraditórias sobre um mesmo objeto, novamente, pois ele teria dois nomes vívidos diferentes ligados a cada estado mental relacional. O movimento do autor representa uma quebra com o paradigma quineano: atribuições relacionais não mais conectariam sujeito e objeto *independentemente da maneira que o agente pensa sobre o objeto*.

Tal distinção, entre conteúdo descritivo e caráter genético, vai se manter através de diversos autores que postulam algum tipo de arquivo mental. Esta é uma das grandes contribuições de Kaplan. Nós desenvolveremos a discussão kaplaniana seguindo a proposta de Perry (1980b), que introduz a metáfora de arquivos (inclusive citando Kaplan). Tal movimento nos beneficiará: teremos com isso a oportunidade de discutir os resultados e teorias mais recentes no que toca a teoria de arquivos mentais. Buscaremos entender o que exatamente é um arquivo, como a ideia ressoou na psicologia cognitiva e do desenvolvimento (áreas que mantêm a estrutura dual das representações salientada por Kaplan) e ainda conseguiremos apresentar uma rica taxonomia de diferentes tipos de arquivos mentais, com propriedades diferentes.

Por fim, nossa apresentação da teoria de arquivos mentais terminará com o argumento de sua compatibilização com o referencialismo. A ideia é deixar claro e explícito como nenhum dos recursos teóricos apresenta um desvio das principais doutrinas da referência direta. Com esta teoria em mãos, podemos aplicar suas ferramentas no Enigma de maneira direta. Isso se dará em dois polos: o problema das identidades informativas e o problema da significância cognitiva.

Por um lado, vamos absorver os argumentos de Almog (2005, 2008) que mostram o caráter relacional e relativo da informatividade. Esta é uma propriedade cognitiva que depende das informações associadas às representações no caso de cada agente. Ou seja, existiriam casos onde  $(a=a)$  seria informativo, como nos casos Paderewski de Kripke (1979), ou ainda casos onde  $(a=b)$  seria trivial, como situações nas quais o agente já conhece a identidade. Mas a análise de Almog, facilmente explicada em termos de arquivos mentais, é apenas parte da história: adicionaremos ao quadro o *insight* de Strawson (1974), desenvolvido por Recanati (2021), de que a descoberta de uma identidade informativa gera uma operação sobre os arquivos: o *merge* ou fusão. Um tratamento completo da informatividade das identidades prevê, ao mesmo tempo, como tal propriedade cognitiva depende dos conjuntos de informações possuídos pelo agente, quais conceitos singulares ele possui em seu repertório conceitual e na possibilidade da realização de um manejo informacional sob o mesmo.

Por fim, vamos dar conta do fenômeno da significância cognitiva de maneira mais direta. Isso se dará, inicialmente, por meio da introdução de uma distinção quádrupla, de quatro sentidos ou dimensões da significância: (i) informatividade, (ii) padrões

atitudinais, (iii) disposição comportamental e (iv) rastreo da correferencialidade. A bibliografia sobre o Enigma é extensa e  *muito difusa*. Diferentes autores chamam de valor ou significância cognitiva aspectos ligados a cada uma dessa dimensão, ora individualmente, ora tomando qualquer combinação ou permuta das mesmas. Mas todas fazem parte do mesmo fenômeno.

Nesta altura do argumento, (i) já terá sido trabalhado. (ii) diz respeito à ligação entre a individuação de atitudes e significância cognitiva. Da mesma forma que (1) e (2) possuem valores cognitivos diferentes, parece também que as crenças ligadas a cada sentença são diferentes – fato também evidenciado pela invalidade do argumento (3-5). Arquivos não só explicam a racionalidade de agentes com crenças referencialmente contraditórias, mas também como ele pode possuir estados mentais diferentes com as mesmas condições de verdade.

O tópico (iii), por outro lado, surge das discussões ao redor do chamado Indexical Essencial (Perry, 1979). Em poucas palavras, atitudes proposicionais com as mesmas condições de verdade podem estar ligadas a disposições comportamentais completamente diferentes. Seguindo um exemplo de Perry (1977), dois amigos estão andando em uma floresta quando um deles é atacado por um urso. Ambos adquirem crenças e desejos com as mesmas condições de verdade, como a crença de que <S, estar sendo atacado>. Entretanto, o comportamento dos agentes é diferente; um foge do urso enquanto o outro corre para pedir ajuda. Podemos construir os casos ligados à indexicalidade essencial como instâncias do Enigma: por que estados mentais com as mesmas condições de verdade geram comportamentos distintos? A ideia é explicar as diferentes disposições

comportamentais tendo em vista os tipos de conceitos que instanciam os estados mentais relevantes.

Por fim, há uma ligação íntima entre significância cognitiva e a demarcação ou o rastreio da correferencialidade. O problema aqui diz respeito ao chamado problema da transparência. Os nomes ‘Pelé’ e ‘Edson’ em (1) e (2) são correferenciais. Entretanto, tal correferencialidade não está demarcada; tendo em vista apenas as sentenças, não há razão nenhuma para crer que se tratam de nomes correferenciais. Dizemos então que tais ocorrências são opacas, ou ainda, seguindo a expressão de Fine (2007), elas não estão coordenadas. Transparência, ou coordenação, é o fenômeno da demarcação (falível) da correferência. Seguindo também Campbell (1987), é a identidade e a diferença de significância é o mecanismo responsável pela demarcação da correferência. Assim, se duas expressões possuem o mesmo valor cognitivo, sua correferencialidade estará demarcada.

Finalizaremos nosso argumento mostrando como tais quatro dimensões da significância são absorvidas pela teoria dos arquivos mentais. O que parecem ser fenômenos muito distintos, informatividade, individuação de atitudes, comportamento e coordenação, podem ser absorvidos em uma teoria dos arquivos mentais. Este é um dos grandes méritos da teoria de arquivos, ela consegue dar conta das muitas facetas da significância cognitiva. Dado que nos esforçamos para argumentar pela compatibilização da teoria de arquivos com o referencialismo, esperamos conseguir mostrar assim um dos caminhos possíveis para solucionar o Enigma de dentro desta tradição.

Esta é a estrutura do argumento do presente trabalho. Ela está dividida em três capítulos e seis seções. Cada seção, por sua vez, está

dividida em diferentes subseções. A numeração reflete tal distinção; a subseção (2.1.4), por exemplo, é a quarta subseção, da primeira seção do segundo capítulo.

No primeiro capítulo apresentaremos toda a discussão que é base para acompanhar a bibliografia sobre o Enigma: a querela entre fregeanismo e referencialismo. A seção (1.1) apresenta o Enigma de Frege e a Semântica Fregeana; enquanto a seção (1.2) apresenta os argumentos referencialistas, tanto contra a posição fregeana, quanto a favor de suas concepções.

O segundo capítulo é inteiramente dedicado à teoria dos arquivos mentais. A primeira seção (2.1) apresenta a dialética por trás dos nomes vívidos kaplanianos, resgatando o debate entre Quine e Kaplan. Já a segunda seção (2.2) apresenta a teoria de arquivos propriamente dita.

O terceiro e último capítulo aplica a teoria ao Enigma. A primeira seção (3.1) trata das identidades informativas, enquanto a segunda seção (3.2) trata do problema da significância cognitiva.

# Capítulo 1: O debate clássico

## Seção 1.0 – Introdução

Neste primeiro capítulo, vamos introduzir os temas e a dialética de base para todas as discussões que circulam o Enigma de Frege. O capítulo está dividido em duas seções – todos os temas tratados em ambas as seções são essenciais para acompanhar toda a bibliografia sobre o Enigma. Na primeira (1.1), vamos introduzir o Enigma de Frege e alguns de seus desdobramentos relevantes, além do quadro semântico que primeiro buscou responder o problema – a semântica fregeana. Na segunda seção (1.2), vamos apresentar a teoria da referência direta ou referencialismo, teoria desenvolvida nos anos 1970 e que hoje se tornou *standard* em teoria da referência. Veremos os argumentos negativos referencialistas contra a teoria fregeana, seus argumentos positivos e, por fim, como o Enigma é um problema particularmente espinhoso para a nova teoria.

# Seção 1.1 – Semântica fregeana

## 1.1.0 Introdução

Como adiantado, vamos introduzir e discutir nesta seção (1.1) o Enigma e a teoria semântica de Frege. Queremos, com isso, estabelecer os recursos conceituais necessários para acompanhar os argumentos referencialistas e as discussões contemporâneas sobre o Enigma. Iniciaremos com uma exposição do Enigma, passando pelas soluções de Frege na *Conceitografia* e, por fim, no célebre *Sobre o sentido e a referência*.

### 1.1.1 O enigma de Frege: três desdobramentos

O quadro semântico fregeano foi estabelecido no famoso artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência* (Frege, 1892/1948), no qual é apresentada a famosa distinção que efetivamente caracteriza a teoria do autor – a distinção entre sentido e referência. Esta desempenha uma série de papéis na teoria fregeana, como veremos. Um destes papéis está relacionado à solução de um problema que, nos trabalhos de Frege, já aparece na *Conceitografia* (Frege, 1879), o problema que ficou conhecido como Enigma de Frege. Podemos apresentá-lo na forma de um *puzzle*<sup>1</sup> com três desdobramentos.

---

<sup>1</sup> Russell (1905, p. 485) assim o faz no célebre *On Denoting*. Na página citada, Russell apresenta três *puzzles* diferentes que, de acordo com ele, deveriam ser resolvidos por uma teoria da denotação e das expressões denotativas. Dentre tais problemas está

Nosso ponto de partida são as sentenças de identidade verdadeiras. Uma identidade da forma  $a=a$  expressa o fato de que um objeto é igual a si mesmo, sendo tomada como trivial ou não informativa. Já uma sentença da forma  $a=b$  também expressa o mesmo fato, assumindo que as ocorrências de ' $a$ ' e ' $b$ ' sejam correferenciais e ambas as sentenças sejam verdadeiras. Entretanto, parece que as sentenças da forma  $a=b$  podem não ser triviais, sendo assim de alguma forma informativas; descobrir que  $a=b$  parece poder representar um ganho de conhecimento ou ainda pode nos permitir realizar inferências novas, antes bloqueadas (Martone, 2021, p. 505). Parte do desafio é explicar como sentenças de identidade que expressam o mesmo fato, que são verdadeiras nas mesmas circunstâncias, podem diferir no que toca sua trivialidade ou informatividade.

Ademais, o problema não se restringe somente ao caso das identidades. Termos correferenciais podem possuir diferentes *valores cognitivos*<sup>2</sup>, seja quando satisfazem os espaços de argumento de uma

---

justamente o Enigma de Frege, com a seguinte formulação: Russell parte do princípio de substituíbilidade extensional e de uma identidade informativa verdadeira para notar que alguém que queira saber se  $a$  é  $b$  também quer saber se  $a$  é  $a$ . Como é notório, Russell utiliza de exemplo George IV e o seu interesse em saber se o autor de *Waverley* é Scott ou não. Dada a verdade da identidade, podemos substituir *salva veritate* (seguindo também Frege (1892/1948), que nota o princípio de substituição), as constantes (assumindo aqui o tratamento fregeano para descrições). O *puzzle* surge, nesta formulação, quando após a substituição a identidade se torna trivial; não parece que George IV tenha interesse em saber que Scott é Scott. expressões correferenciais mas com valor cognitivo diferente não podem ser substituídas livremente em contextos atitudinais, ou ainda a crença que o autor de *Waverley* é Scott é diferente da crença de que scott é Scott.

<sup>2</sup> Claro, a distinção entre identidades informativas e não informativas já diz respeito a uma dimensão cognitiva destes dois tipos de sentença. Introduzir aqui a expressão 'valor cognitivo' pois está ligada também à formulação mais geral do problema, como veremos na sequência.

identidade ou de outros predicados. Assim, tomemos as seguintes sentenças:

- 1) Zico é meio campista
- 2) Arthur Antunes Coimbra é meio campista

Ambas as sentenças possuem termos singulares correferenciais e, em um certo sentido, expressam o mesmo conteúdo. Ainda assim, (1) e (2) diferem cognitivamente. Este ponto normalmente é ilustrado<sup>3</sup> pelo fato de que agentes racionais podem ter crenças contraditórias, acreditando em (1) mas não em (2), digamos, mas sem perder sua racionalidade. Claro, o mesmo padrão pode ocorrer no caso de identidades informativas. Um agente racional pode crer na identidade trivial e não na informativa. O *Puzzle* surge justamente do desafio de explicar como termos correferenciais, cuja contribuição vericondicional é idêntica, podem exibir propriedades cognitivas distintas<sup>4</sup>. John Perry (2011) chama o Enigma de Problema da Correferência pela mesma razão: o desafio é explicar como expressões

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Perry, 2019, p. 3.

<sup>4</sup> Outro autor que apresenta o Enigma em termos de um *puzzle* é Fine (2007, p. 34). De maneira interessante, o autor formula o problema como a conjunção inconsistente de, em suma, cinco teses distintas. Partindo de duas identidades,  $a=a$  e  $a=b$ , temos que: (i) as sentenças diferem em valor cognitivo; (ii) se elas diferem em valor cognitivo, então elas diferem em valor semântico; (iii) se elas diferem em valor semântico, então 'a' e 'b' diferem em valor semântico (afinal, as constantes são os únicos elementos que mudam de uma sentença para a outra); (iv) se as constantes diferem em valor semântico, então elas diferem em valor referencial; (v) as constantes não diferem em valor referencial. Parte do que está em jogo no que toca o Enigma fica claro na formulação de Fine: uma tensão entre valor semântico, valor cognitivo e conteúdo referencial.

correferenciais podem diferir do ponto de vista de seu valor ou significância cognitiva<sup>5</sup>.

Por fim, um último desdobramento do Enigma relevante para nossas discussões diz respeito a um padrão inferencial aparentemente válido, mas que gera consequências contra-intuitivas. Tomemos a inferência a seguir:

- 3) João acredita que Zico é meio campista
- 4) Zico é Arthur Antunes Coimbra
- 5) Logo, João acredita que Arthur Antunes Coimbra é meio campista

A conclusão (5) difere da premissa (3) apenas pela substituição de dois termos correferenciais. Deste ponto de vista, parece que o argumento é válido, sendo assim verdadeiro que João tenha a crença representada por (5). Esta conclusão é amplamente tida como contraintuitiva<sup>6</sup>, não parece que podemos atribuir a crença (5) para João simplesmente pois ele possui uma outra crença correferencial. Uma parcela das discussões sobre o Enigma versa sobre argumentos com a estrutura assinalada acima, com posições dando razões para considerarmos o argumento inválido ou não, ou ainda esforços para

---

<sup>5</sup> Vemos em Salmon (1986, p. 79-80) uma formulação parecida.

<sup>6</sup> Até mesmo teóricos que defendem a validade da inferência, ou que não há alteração no valor de verdade, aceitam que a mesma é contra-intuitiva. Ver, por exemplo, os trabalhos de Salmon, 1986; Saul, 1997 e 1998; Braun 1998 e 2001. Há um esforço nestes trabalhos para dissipar as intuições de invalidez ou alteração do valor de verdade nos casos de substituição de termos correferenciais.

motivar ou dissipar as intuições que cercam o argumento<sup>7</sup>. Frege, como veremos, acredita que o argumento é *inválido*.

Em suma, este é o problema que trataremos neste trabalho. Suas diferentes formulações ou desdobramentos, seja na direção de propriedades cognitivas de identidades, da diferença de valor cognitivo de termos correferenciais ou na suposta validade de argumentos com cláusulas-que, sugerem diferentes tratamentos para a questão. Na seção a seguir, rapidamente apresentaremos uma das soluções fregeanas para o Enigma, aquela que o autor apresentou na *Conceitografia*. Como ficará claro, Frege tem em mente neste seu trabalho de juventude o problema do ponto de vista das sentenças de identidades.

## 1.1.2 A solução da Conceitografia e sua recusa

Frege, no parágrafo 8 da *Conceitografia*, enfrenta um dos desdobramentos do Enigma apontados acima, especificamente o problema das identidades. Para explicar as diferentes propriedades epistêmicas associadas às identidades triviais e informativas, Frege postula que o sinal de identidade cria um contexto sentencial no qual o conteúdo dos termos é alterado para os símbolos eles mesmos, ao invés de sua extensão. Nos termos de Davidson (1968), esta solução

---

<sup>7</sup> Podemos tratar da questão da substituição de termos correferenciais em contextos subordinados a cláusulas-que do ponto de vista de sentenças de atribuição de crença ou do conteúdo das crenças elas mesmas. Um problema trata da semântica de expressões linguísticas que são usadas para atribuir crenças, outro do conteúdo de estados mentais. De maneira problemática, nem todos os autores traçam esta distinção. Uma exceção é Heck, 2012.

fregeana não é semanticamente inocente. Quadros inocentes, neste sentido, são aqueles nos quais não existem contextos sentenciais que alteram a contribuição usual dos termos para as condições de verdade da sentença. A solução do *Conceitografia* postula, pelo contrário, que existem contextos nos quais operadores sentenciais ou certos predicados alteram (*shift*) a contribuição usual dos termos – especificamente, contextos com o símbolo de identidade. Por exemplo, em (1) o termo ‘Zico’ se refere ao objeto Zico. Já na seguinte sentença, pela teoria da *Conceitografia*, este não é o caso:

4) Zico é Arthur Antunes Coimbra

Dado que a paráfrase em cálculo de predicados de (4) é uma sentença da forma  $a=b$ , Frege defende que os termos singulares que satisfazem os espaços de argumento da identidade se referem aos termos eles mesmos. De maneira mais precisa, ao introduzir esta proposta na *Conceitografia*, Frege (1879) deixa de utilizar o símbolo de igualdade usual ‘=’ e passa a utilizar um símbolo para identidade de conteúdo ‘ $\equiv$ ’ (Perry, 2019, p. 30-34). Teríamos como paráfrase de (4) então algo como  $a \equiv b$  – é quando termos satisfazem os espaços do símbolo de identidade de conteúdo que eles referem a si mesmo.

De maneira interessante, veremos como posteriormente, no *Sobre o sentido e a referência*, Frege vai readaptar esta estratégia não inocente para resolver um outro desdobramento do Enigma. Entretanto, o que é importante para nós aqui é notar que podemos diferenciar o conteúdo expresso por (4) daquele expresso por

5) Zico é Zico

Identidades informativas e triviais expressam conteúdos diferentes. Segundo a *Conceitografia*, (4) diz que o nome ‘Zico’ possui a mesma extensão do nome ‘Arthur Antunes Coimbra’, enquanto (6) expressa o fato de que o nome ‘Zico’ possui a mesma extensão (ou conteúdo conceitual) do nome ‘Zico’. Como os termos utilizados nas sentenças são diferentes, e dado que a identidade de conteúdo altera a referência usual dos termos em seus espaços de argumento, temos que a contribuição dos termos para o conteúdo expresso é diferente em (4) e (6). As sentenças deixam de expressar o fato de que um objeto é idêntico a si mesmo, passando a expressar o fato de que dois termos diferentes são correferenciais e de que dois termos iguais são correferenciais. Fica claro como Frege consegue absorver aqui as diferenças em informatividade ao construir o conteúdo destes contextos sentenciais como refletindo os termos eles mesmos.

Entretanto, a solução proposta na *Conceitografia* não foi defendida por Frege ao longo de toda sua vida. Como é sabido, o autor recusou sua primeira solução no *Sobre o sentido e a referência*. Vamos brevemente, antes de seguir a exposição da semântica fregeana, explorar as motivações do autor para tal movimento.

No *Sobre o sentido e a referência*, Frege nota que a conexão entre signo e extensão é arbitrária. Conectamos um nome a um objeto por estipulação, algo como “chamemos o objeto <o> de ‘a’”. Isso significa que o conteúdo de uma identidade informativa diz respeito apenas ao nível da maneira como designamos os objetos, uma esfera arbitrária. Para retomarmos à formulação abstrata das identidades verdadeiras, parece que não estamos descobrindo que dois termos são correferenciais quando aprendemos que  $a \equiv b$ , uma descoberta sobre a atribuição arbitrária de símbolos a objetos. Parece que nós estamos frente a uma descoberta substancial – ao contrário do que

aparentemente se segue da proposta da *Conceitografia*. Da mesma forma,  $a=a$  parece expressar o fato trivial de que algum objeto é idêntico a si mesmo, não que duas ocorrências do mesmo termo são coreferenciais.

A consequência é que tal posição abandona também o *subject matter* das sentenças de identidade, isto é, aquilo sobre o que a sentença trata (*is about*). Perry (2001b) toma o *subject matter* de uma sentença como sendo os objetos e/ou propriedades (condições) designados pelas palavras da sentença (ver também Corazza e Korta, 2015). Parece que quando usamos sentenças como (6), estamos falando de objetos e da relação de identidade, não de palavras ou termos. A solução proposta na *Conceitografia*, quando substitui os objetos designados pelos termos que designam, abandona a ideia de que sentenças de identidade possam ser usadas para falar também do *subject matter*<sup>8</sup> dos termos que as compõem. Essas considerações motivaram Frege a abandonar sua posição anterior.

Notamos também que a solução aqui apresentada dificilmente poderia ser adaptada para lidar com os outros dois desdobramentos salientados na seção anterior. Ambos se dão em contextos sentenciais usuais, sem a atuação da identidade. Sendo assim, é impossível, sem alterar a proposta, apelar para uma contribuição não usual dos termos em ambos os casos<sup>9</sup>. Com isso em mente, brevemente exploraremos

---

<sup>8</sup> Como Perry (2001b, p. 21) nota, a noção de *subject matter* de sentenças completas vai sumir no quadro semântico apresentado no *Sobre o sentido e a referência*. Parafraseando Frege (1892), no nível da referência de sentenças completas, tudo que é específico é perdido. Podemos ainda falar da designação ou referência de termos singulares ou gerais na teoria, mas a referência de sentenças completas, como veremos, será ou o Verdadeiro ou o Falso.

<sup>9</sup> Como nota Perry, 2019, p. 36.

na próxima seção os traços centrais e algumas aplicações da célebre semântica fregeana.

### 1.1.3 A teoria semântica de Frege

Podemos começar a exposição da semântica fregeana por meio da distinção notória entre sentido e referência. Frege (1892/1948) defende que, usualmente, estão associados aos termos de uma língua um sentido e uma referência. Ambas as noções desempenham papéis semânticos, fato que torna seu quadro uma semântica de dois níveis. Dizemos que um termo singular, por exemplo, expressa um sentido e se refere a um objeto. A conexão entre termo, sentido e referência se dá do seguinte modo: podemos arbitrariamente associar um sentido a um termo da língua, mas, uma vez que tal associação foi realizada, o sentido seleciona a referência do termo de maneira não arbitrária. Isso se dá pois o sentido fornece condições de identificação ou notas conceituais que, quando satisfeitas por um objeto, o tornam a referência do termo.

Por exemplo, se associarmos a ‘Zico’ o sentido [O maior ídolo do Flamengo]<sup>10</sup>, o nome se refere ao objeto Zico pois este satisfaz a nota conceitual, uma descrição, expressa pelo termo. Por esta razão que a semântica fregeana é tida como satisfacional, a fixação da referência (um aspecto meta-semântico da teoria) é feita por meio da satisfação de uma condição descritiva. Se não existe objeto que satisfaça a

---

<sup>10</sup> Usamos aqui colchetes para indicar quando tratamos do sentido associado a um termo. Assim, ‘o rei da Inglaterra’ é uma descrição, uma expressão linguística, enquanto [o rei da Inglaterra] é o sentido associado ao nome ‘Charles’, por exemplo. Perry (2011, p. 4) chama atenção para esta diferença entre itens linguísticos e *condições de identificação*, para nós aqui os sentidos associados aos termos.

condição associada ao termo, então este não possuirá referência. Seguindo a nomenclatura de Kaplan (1989b, p. 573-574), a diferença entre semântica e meta-semântica diz respeito, respectivamente, às questões relativas ao conteúdo expresso por um termo, seu valor semântico, e às questões de como tal termo adquiriu tal e tal valor semântico<sup>11</sup>. Em um quadro simplificado, podemos ter que o valor semântico de ‘Zico’ é o objeto Zico, enquanto o aspecto meta-semântico do nome diz respeito à maneira como tal nome adquiriu tal valor. O quadro fregeano não é tão simples, mas, de qualquer forma, a meta-semântica na teoria do autor funciona de forma satisfacional.

O contraponto de quadro satisfacionais são os chamados quadros relacionais. Trata-se de uma distinção entre dois quadros diferentes, proposta por Bach (1987). Quadros satisfacionais são aqueles que fixam o valor semântico, extensão ou referência de um termo por meio da satisfação de uma descrição, condição de identificação ou nota conceitual. A alternativa deste modelo são aqueles quadros que constroem a fixação da referência via uma relação, como na imagem histórico-causal da referência que veremos ainda neste capítulo.

O quadro de dois níveis de Frege consegue absorver aspectos cognitivos do uso e da compreensão da linguagem. De maneira importante, o sentido é construído como desempenhando o papel de *modo de apresentação* de suas referências. De maneira intuitiva, um modo de apresentação é uma maneira de se pensar sobre um objeto (Evans, 1982). Seguindo nosso exemplo, ao falarmos de Zico com o

---

<sup>11</sup> Stalnaker (1997) traça uma distinção equivalente, entre semântica descritiva e semântica fundacional. Seguiremos aqui a formulação kaplaniana. Também não trataremos do problema da fixação da referência de usos específicos de determinados termos. Para isso, ver García-Carpintero, 2012 e a distinção que abre Evans, 1973.

nome ‘Zico’, estamos apresentando o objeto de uma determinada perspectiva – no caso, como [O maior ídolo do Flamengo]. Um outro nome correferencial pode apresentar o mesmo objeto mas de outra maneira. Sendo assim, se associarmos a ‘Arthur Antunes Coimbra’ o sentido [O mais famoso filho de José Antunes Coimbra], estas notas conceituais vão apresentar Zico, mas de outra maneira.

Tal traço permite aos sentidos fregeanos satisfazerem o que Evans (1982, p. 18-19) chama de Critério Intuitivo da Diferença. Tal Critério é formulado inicialmente tendo em vista o sentido de sentenças como um todo, mas pode ser reorganizado de tal forma a se aplicar a componentes sub-sentenciais. Sendo assim:

#### **Critério intuitivo da diferença para componentes sub-sentenciais**

Se um sujeito racional pode acreditar que  $a$  é  $F$  enquanto não acredita que  $b$  é  $F$ , então o sentido associado a ‘ $a$ ’ é diferente do sentido associado a ‘ $b$ ’.

#### **Critério intuitivo da diferença para sentenças**

Se um sujeito racional pode acreditar que  $S$  enquanto não acredita que  $S'$ , então o sentido associado às sentenças é diferente.

Sujeitos que se encontram em uma situação análoga àquela descrita pela Critério, com a adição da correferencialidade de ‘ $a$ ’ e ‘ $b$ ’,

estão instanciando aquilo que é conhecido como um *Caso de Frege*<sup>12</sup>. Comparemos as seguintes crenças:

- 3) João acredita que Zico é meio campista
- 7) João acredita que Arthur Antunes Coimbra não é meio campista

Um determinado sujeito instancia um Caso de Frege quando o mesmo possui crenças contraditórias<sup>13</sup> da forma assinalada, mas sem que isso custe sua racionalidade. Tal racionalidade está garantida pois os sentidos associados aos termos ‘Zico’ e ‘Arthur Antunes Coimbra’ são diferentes. O objeto das crenças, ou de outras atitudes proposicionais, é um Pensamento, um objeto abstrato expresso por uma sentença e constituído pela composição dos sentidos das partes da sentença. Que os sentidos fregeanos conseguem dar conta dos casos de Frege não é, entretanto, nenhuma surpresa. Como vimos, eles são definidos parcialmente tendo em vista o cumprimento deste papel cognitivo. Na subseção seguinte brevemente resgataremos este traço.

Notemos que o Critério havia sido originalmente formulado tendo em vista o valor cognitivo de sentenças como um todo, não componentes sub-sentenciais. Este traço nos leva novamente à questão do sentido expresso por sentenças completas. Em Frege, Pensamentos não são apenas o objeto das atitudes proposicionais, mas o sentido de sentenças como um todo. Já a referência de uma

---

<sup>12</sup> Tal nomenclatura é notoriamente apresentada por Fodor, 1994.

<sup>13</sup> Não se trata de qualquer forma de crença contraditória. Tomemos de exemplo o caso descrito por Lewis (1982). O autor acreditava que a rua Nassau, uma rua em Princeton, possuía uma orientação norte-sul. Ele acreditava também que uma ferrovia próxima possuía orientação leste-oeste. Por fim, Lewis acreditava que ambas eram paralelas – o que é impossível. Há aqui uma contradição, mas não um caso de Frege.

sentença é um valor de verdade: ou o Verdadeiro, ou o Falso. Todas as sentenças verdadeiras<sup>14</sup> possuem a mesma referência, o Verdadeiro, e todas as sentenças falsas se referem ao Falso. Encontramos diferenças no conteúdo expresso pelas mesmas quando notamos os Pensamentos expressos. É neste ponto que vemos como Frege constrói suas proposições notadamente de maneira mais  *fina* (*fine-grained*) que parte da tradição posterior. Isso significa que podemos ter proposições (Pensamentos) diferentes, mas que expressam ou dizem respeito ao mesmo fato. Um exemplo são os Pensamentos expressos por (1) e (2):

1') [O maior ídolo do Flamengo] é meio campista

2') [O mais famoso filho de José Antunes Coimbra] é meio campista<sup>15</sup>

Antes de aplicarmos o quadro no que toca os problemas salientados na seção 1.1.1, temos que notar dois traços centrais da teoria de Frege. Em primeiro lugar, vimos que a fixação da referência se dá por meio da satisfação de uma condição descritiva, uma nota conceitual. Tal nota, o sentido associado ao termo, é também a contribuição do termo para a proposição (como está claro em (1') e (2')). Por estas razões a semântica fregeana é também chamada de descritivista<sup>16</sup>. O conteúdo semântico expresso por uma expressão é

---

<sup>14</sup> A título de simplificação, vamos ignorar por ora se sentenças ou proposições são os portadores do valor de verdade.

<sup>15</sup> Vamos aqui ignorar, a título de simplicidade, a questão do sentido de predicados.

<sup>16</sup> A construção do quadro fregeano como descritivista é canônica na filosofia da linguagem; ver, por exemplo, Kripke, 1980, p. 59. Evans (1982, p. 18) questiona a plausibilidade de atribuir a Frege uma posição descritivista radical, no sentido de uma posição que defenda que a contribuição dos termos para o conteúdo semântico é *sempre* uma descrição. Entretanto, como o próprio Evans nota, Frege não forneceu muitos detalhes sobre a estrutura dos seus modos de apresentação e, usualmente, seus

uma descrição, um modo de apresentação descritivo. Esta característica do quadro será posteriormente questionada pelos teóricos da referência direta.

Assim, notemos que a referência selecionada pela descrição também desempenha um papel semântico na teoria. Ela é responsável pela determinação do valor semântico da sentença, o valor de verdade que, por sua vez, é a referência da sentença como um todo. O objeto selecionado pela descrição em questão satisfaz o espaço de argumento, digamos, de um predicado unário, como em (1) ('Zico é meio campista'). Tal predicado pode ser entendido como uma função proposicional, função essa que mapeia objetos (ou tuplas ordenadas de objetos, a depender da aridade do predicado) em valores de verdade. O Pensamento expresso por (1) é (1'), uma entidade teórica composta de sentidos. Já a referência de (1), seu valor de verdade, é selecionada pelo sentido da sentença. Quando o objeto selecionado pelo sentido do termo singular satisfaz a propriedade selecionada pelo sentido do predicado, a função proposicional é saturada e tem assim como valor o Verdadeiro. Temos então a maneira como um Pensamento pode selecionar a referência de uma sentença.

Esta é, em poucas palavras, a semântica fregeana. Trata-se, como vimos, de um quadro satisfacional ou descritivista e com dois níveis semânticos. A seguir, vamos explorar como a teoria dá conta dos desdobramentos do Enigma de Frege.

---

exemplos são de descrições. Isto em parte justifica a leitura descritivista de Frege ter sido tomada como padrão. Neste trabalho não buscamos fornecer uma outra leitura, mas apenas seguir a discussão canônica.

## 1.1.4 Identidades informativas e correferência

As questões tratadas na seção anterior sugerem uma solução para dois dos desdobramentos do Enigma apontados acima. Em primeiro lugar, podemos explicar as diferentes propriedades das identidades informativas e triviais. Em suma, (4) e (6) expressam Pensamentos diferentes. Um deles composto pelos sentidos de ‘Zico’ e ‘Arthur Antunes Coimbra’ e o outro composto por duas ocorrências do sentido de ‘Zico’:

4) Zico é Arthur Antunes Coimbra

6) Zico é Zico

4') [O maior ídolo do Flamengo] é [o mais famoso filho de José Antunes Coimbra]

6') [O maior ídolo do Flamengo] é [o maior ídolo do Flamengo]

A informatividade de (4) se dá pois o Pensamento (4') expressa o fato de que duas maneiras diferentes de se pensar sobre algum objeto apresentam, na realidade, a mesma referência. É por isso que (4) é informativo. Já (6) expressa um Pensamento trivial; parece óbvio que duas ocorrências de um mesmo modo de apresentação apresentem a mesma referência.<sup>17</sup> Informatividade e trivialidade são explicados por

---

<sup>17</sup> Este ponto foi notado por uma série de autores, como Milikan, 1997, p. 516-518. Como um termo está convencionalmente associado a um sentido, expressando-o sempre que o termo ocorre, as mesmas condições de satisfação atuarão através de todas as ocorrências do termo. Isto significa que a mesma referência deve ser sempre selecionada, em detrimento de variações mundanas ou contextuais. Isto nos leva a dois temas interessantes: (i) a ligação entre identidade de valor cognitivo e a

Frege dada uma teoria mais fina das proposições expressas pelas sentenças de identidade. Se tivermos em mente as inferências que a descoberta de  $a=b$  nos permitem realizar (Taschek, 1992), fica claro como tal diferença de conteúdo permite um ganho de conhecimento.

Notemos que esta solução não recai no problema do *subject matter* que afligiu a solução da *Conceitografia*, ou pelo menos não recai tão diretamente. Dado que o quadro semântico aqui é de dois níveis, sentido e referência, os mesmos termos que expressam um sentido também possuem como referência, usualmente, um objeto. Mesmo que haja uma diferença nos Pensamentos (4') e (6'), ambos possuem exatamente o mesmo *subject matter*, composto por ocorrências de Zico e a relação de identidade. Entretanto, como veremos, ainda há um contexto em que a teoria fregeana prevê mudança de *subject matter* – adiantamos acima que a estratégia de abandono da inocência semântica seria de alguma forma preservada. Trata-se dos contextos sentenciais com operadores de atitudes proposicionais, caso que trataremos na subseção seguinte. Vamos por ora apenas notar que, ao compararmos as soluções da *Conceitografia* com do (SR) para

---

demarcação da correferência e (ii) os problemas levantados por Perry (1977) no que toca o modelo fregeano de indexicais. Quanto a (i), é um tema largamente aceito (ver Fine, 2007; Gray, 2017; Recanati, 2012, entre outros) que o valor ou significância cognitiva possui um papel de demarcação da correferencialidade de ocorrências de termos. Quanto a (ii), a exigência de seleção unívoca da referência entra em tensão com o funcionamento de termos indexicais. Como nota Perry (1977, p. 479-480), o tratamento fregeano de indexicais (Frege, 1918/1956) parece sugerir que o sentido de indexicais como 'hoje' deve de alguma forma mudar à meia noite, visto que seriam diferentes os Pensamentos expressos por sentenças com indexicais proferidas em contextos diferentes. O sentido de indexicais não poderia funcionar como um *character* kaplaniano nem poderia ser identificado com a referência da ocorrência do indexical.

identidades verdadeiras, o Frege deste último trabalho está em vantagem visto que não altera o *subject matter* das identidades.

Podemos extrapolar o tratamento de sentenças de identidade para termos correferenciais em geral. Sentidos são parcialmente definidos em termos do papel cognitivo desempenhado pelos mesmos, então o tratamento da diferença de valor cognitivo de termos como ‘Zico’ e ‘Arthur Antunes Coimbra’, tal como aparecem em (1) e (2), por exemplo, é simples. Os termos simplesmente estão associados a sentidos diferentes, os expressando em cada uma de suas ocorrências. Assim como notamos que os Pensamentos expressos pelas diferentes identidades informativas são diferentes, o mesmo ocorre no caso de (1) e (2) – comparemos (1’) e (2’). Assim, o valor cognitivo dos nomes difere na medida em que seus sentidos associados ou modos de apresentação são diferentes. Claro, da diferença de sentido se segue a possibilidade de agentes racionais acreditarem que um mesmo objeto é e não é F, sem que haja perda de racionalidade.

A solução dos dois primeiros desdobramentos se deu de maneira simples; o quadro fregeano é especialmente compatível com tais facetas do Enigma. O terceiro desdobramento, o problema da validade do argumento composto pelas premissas (3-5), precisará de mais elementos. Lidaremos com ele na próxima subseção.

## 1.1.5 Inocência perdida, novamente

O artigo *Sobre o sentido e a referência* contribuiu com uma série de inovações, *insights* e problemas que moldaram toda a filosofia da linguagem. Uma destas contribuições é o chamado Critério de Substituibilidade *salva veritate*, proposto por Frege. Trata-se de um

critério que prevê quando a substituição de termos em contextos sentenciais específicos altera ou não o valor de verdade da sentença em questão. Em nossa reconstrução do Critério de Substitutibilidade, divergiremos levemente da formulação fregeana.<sup>18</sup> Começaremos definindo contextos sentenciais extensionais, intensionais e hiperintensionais:

### Contexto sentencial extensional

Um determinado contexto sentencial é *extensional* quando a substituição de um de seus componentes por outro co-extensional não altera o valor de verdade da sentença.

Um exemplo claro é a substituição de ‘Zico’ por ‘Arthur Antunes Coimbra’ em (2) (‘Arthur Antunes Coimbra é meio campista’). As sentenças (1) e (2) configuram contextos sentenciais extensionais na medida que a substituição dos nomes correferenciais, portanto co-extensionais, não altera o valor de verdade da sentença – ambos (1) e (2) são verdadeiros e diferem somente pela troca dos nomes que correferem. Tal substituição pode ser realizada não somente no caso de componentes sub-sentenciais, mas também para sentença como um todo. Tomemos a sentença molecular

8) Zico é meio campista e Nunes é centroavante

---

<sup>18</sup> Uma excelente discussão pormenorizada do Critério de Substitutibilidade e suas variedades pode ser encontrada em Recanati, 2000, especificamente nos capítulos 1 e 8.

Tal sentença é formada pelas sentenças ‘Zico é meio campista’ e ‘Nunes é centroavante’, além da conjunção. Se substituirmos qualquer uma dessas sentenças por outra verdadeira, não haverá alteração no valor de verdade. Assim, podemos ter

9) Zico é meio campista e Leandro é lateral direito

A diferença entre (8) e (9) é a troca da segunda sentença em (9) por ‘Leandro é lateral direito’. Como ambas são verdadeiras e o contexto sentencial é extensional, não há alteração no valor de verdade de (8) para (9).

O exemplo com sentenças moleculares nos permite definir operadores sentenciais extensionais. Sabemos que se  $P$  é uma sentença e se  $*$  é um operador sentencial, então  $*P$  é uma sentença. Um operador sentencial é extensional quando suas ocorrências geram contextos sentenciais extensionais, permitindo a substituição de termos co-extensionais sem alteração dos valores de verdade. Um exemplo clássico de operador do tipo é a negação. Com tais noções em mãos, podemos partir para contextos e operadores sentenciais não extensionais.

### Contexto sentencial intensional

Um determinado contexto sentencial é *intensional* quando a substituição de um de seus componentes por outro de mesma extensão não garante a manutenção do valor de verdade.

Notadamente, contextos intensionais são aqueles nos quais a troca de um componente por outro co-extensional não garante a

manutenção do valor de verdade. Nos termos de Quine (1960), tais contextos são opacos<sup>19</sup>. Contextos transparentes são extensionais, garantindo a manutenção do valor de verdade dada a substituição de termos co-extensionais, já contextos opacos não nos fornecem tal garantia. Como é de se esperar, os operadores que geram tais contextos são ditos operadores intensionais. Os mais notórios são os operadores clássicos das modalidades aléticas, possibilidade e necessidade. Para vermos como as modalidades aléticas criam contextos opacos, segue um exemplo:

- 10) É necessário que  $8 > 7$
- 11) É necessário que o número de planetas no sistema solar  $> 7$

(10) é obviamente verdadeira, mas a substituição de '8' por 'o número de planetas no sistema solar' não garante que o valor de (11) seja verdadeiro. Isso pois existe ao menos um mundo no qual o número de planetas no sistema solar é diferente de oito, falseando assim (11). Sendo assim, operadores de modalidade alética geram contextos opacos. Salvaguardamos o valor, em contextos intensionais, apenas se substituirmos dois termos que sejam co-intensionais. Se a intensão de um termo é uma função de mundos para extensões, precisamos que a substituição seja feita entre termos cuja intensão mapeia os mesmos mundos nos mesmos valores.

Por fim, existem contextos sentenciais nos quais até mesmo a substituição de termos co-intensionais falha (Recanati, 2000, p. 118-119). Estes são usualmente chamados de contextos hiper-intensionais

---

<sup>19</sup> A distinção quineana entre contextos sentenciais opacos e transparentes consiste na distinção entre contextos que permitem substituição co-extensional, transparentes, e contextos que não permitem tal substituição, sendo assim opacos.

– expressão que dá nome para os operadores sentenciais que geram tais contextos. O exemplo mais notório de um operador do tipo são os operadores doxásticos, os termos de atribuição de crença como ‘S acredita que...’. Temos com isso o último tipo de contexto sentencial relevante para nós aqui.

### Contexto sentencial hiper-intensional

Um determinado contexto sentencial é *hiper-intensional* quando a substituição de dois termos co-intensionais não garante a manutenção do valor de verdade.

O último desdobramento do Enigma que Frege propõe explicar se dá em contextos sentenciais hiper-intensionais. Reproduziremos aqui as sentenças (3), (4) e (5).

3) João acredita que Zico é meio campista

4) Zico é Arthur Antunes Coimbra

5) Logo, João acredita que Arthur Antunes Coimbra é meio campista<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Estamos assumindo aqui a interpretação tipicamente fregeana que toma os contextos sentenciais semelhantes ao contexto acima como falhando em manter o valor de verdade idêntico. Existem autores que discordam desta interpretação, como Braun, 1997; Salmon, 1986; Soames, 1987a e 1987b; Saul, 1997 e 1998. Para eles, o argumento é válido e o valor de verdade é mantido de (3) para (5), mesmo se temos uma *intuição* de alteração no valor. O objetivo destes autores é explicar como pode haver intuições de alteração do valor de verdade, apelando, por exemplo, para informações que seriam pragmaticamente comunicadas com enunciações de (3) em comparação com (5).

Temos a substituição de dois termos co-extensionais e co-intensionais (seguindo a ideia de que nomes próprios são designadores rígidos (Kripke, 1980)) de (3) para (5), entretanto, parece que a substituição falha e que não podemos usar (5) para atribuir tal crença para João<sup>21</sup>. Como explicar a suposta invalidade do argumento acima?

Frege possui recursos em seu quadro para explicar tal invalidade. É aqui que o autor utiliza novamente uma estratégia similar à ensaiada na *Conceitografia*, abandonando novamente a inocência semântica. Frege vai defender que contextos de discurso indireto, como aqueles que são criados por operadores doxásticos, a referência usual dos termos é alterada para o seu *sentido usual*. Assim, a referência de uma sentença em contextos sentenciais do tipo seria alterada para o Pensamento expresso por ela, em detrimento de seu valor de verdade. Da mesma forma, a referência de 'Zico' seria alterada do objeto Zico para o sentido [o maior ídolo do Flamengo].

Frege pode apelar para este movimento em seu novo quadro semântico pois agora existem recursos o suficiente para evitar os problemas da *Conceitografia*. Não se trata de alterar a referência para os símbolos eles mesmos, mas sim para os modos de apresentação associados aos termos linguísticos. Com isso, Frege pode sustentar que, entre (3) e (5), não houve substituição de termos co-extensivos! O argumento é *inválido* pois os operadores doxásticos alteram a referência dos termos subordinados.

---

<sup>21</sup> Claro, não dissemos nada sobre como devemos individuar crenças. Uma alternativa seria dizer que crenças são individuadas em termos de seus conteúdos vericondicionais, o que tornaria as crenças atribuídas em (3) e (5) idênticas. Por ora não vamos entrar nestas questões, basta notarmos que há uma diferença intuitiva entre as crenças atribuídas em nosso exemplo.

## 1.1.6 Conclusão

Concluímos assim a apresentação do Enigma, de seus desdobramentos e de como a noção de sentido foi usada por Frege para dar conta dos mesmos. Como ficou claro, o sentido é uma ferramenta teórica desenvolvida para dar conta também<sup>22</sup> de aspectos cognitivos do uso da linguagem. Isso se reflete na construção teórica do conteúdo semântico e nas soluções propostas para os três desdobramentos.

Nesta seção (1.1), nos propusemos a duas tarefas: (i) apresentar o problema que este trabalho busca enfrentar e (ii) apresentar o quadro teórico central que não só primeiro formulou o problema, mas também primeiro buscou solucioná-lo. No que toca a tarefa de apresentar o problema, buscamos o apresentar como um *puzzle* e distinguir três desdobramentos do mesmo: o problema das identidades informativas, do valor cognitivo e da substituição de termos correferenciais. A bibliografia que discute o Enigma é grande e complexa, ora enfrentando um desdobramento, ora enfrentando

---

<sup>22</sup> Omitimos, por razões de espaço, uma discussão sobre a noção fregeana de comunicação e como os sentidos e Pensamentos ajudam a explicar a transmissão de informação. Sentidos não seriam *apenas* ferramentas cognitivas, mas desempenham papel comunicacional também. Em poucas palavras, para Frege, um proferimento assertivo comunica o Pensamento expresso pelo mesmo, de tal forma que o ouvinte apreenderá o mesmo Pensamento expresso pelo falante. Ou seja, a comunicação já se dá em relação a um conteúdo proposicional, um Pensamento, fino (*fine-grained*) que é objetivamente apreensível entre falantes (ver Frege, 1918/1956). Da mesma forma, os sentidos associados aos componentes sub-sentenciais são objetivamente apreendidos pelos falantes da língua, como salientado por Evans (1982, p. 16-17). Se o sentido de ‘Zico’ for [O maior ídolo do Flamengo], todo falante do Português que adquira o nome vai apreender o mesmo sentido objetivamente.

outro. Claro, isto não é um problema, são todas as facetas do mesmo Enigma. Nossa exposição buscou ilustrar tal fato.

Já em relação às contribuições de Frege, uma apresentação pormenorizada do quadro é benéfica dada a pervasividade da influência do autor em tudo que toca o Enigma – problema esse que leva seu nome. Nossa exposição do quadro buscou respeitar a divisão do problema em três desdobramentos. As diferenças das soluções para cada um são resgatadas de maneiras diferentes por autores centrais da bibliografia. Também por esse fato buscamos uma apresentação com tal estrutura.

A próxima parte do capítulo encerra as discussões preliminares que guiam tudo que é produzido ao redor do Enigma. Discutiremos alguns argumentos centrais da chamada teoria da referência direta, focando em como os aspectos descritivistas e satisfacionais da teoria fregeana não funcionam. Somos assim levados a uma outra teoria, que constrói o conteúdo semântico e a fixação da referência de maneiras diferentes. O impacto para nós se dá no abandono do quadro fregeano, visto que não temos mais o sentido para desempenhar os papéis salientados acima nas seções (1.1.4) e (1.1.5). A dialética entre fregeanismo e referência direta é conhecida: os desdobramentos do Enigma voltam a ser uma problemática central. Apresentar a dinâmica argumentativa entre as posições nos preparará para discutir soluções que respeitem os resultados do referencialismo.

## Seção 1.2 – A teoria da referência direta

### 1.2.0 Introdução

Como vimos, a semântica fregeana se trata de um quadro de dois níveis semânticos, o sentido e a referência. Tendo em mente a construção canônica descritivista do sentido, este “contém” notas conceituais que desempenham papéis semânticos, meta-semânticos e cognitivos. Um termo expressa um sentido, contribuindo com uma nota conceitual para o Pensamento expresso pela sentença. A nota conceitual oferece condições que, se satisfeitas por um objeto, o tornam a referência do termo. Tal referência deve satisfazer o predicado, a função proposicional, para que obtenhamos o valor semântico da sentença, seu valor de verdade. Além disso, podemos pensar de maneira diferente sobre as referências em virtude justamente das notas conceituais: seguindo nosso exemplo, podemos pensar sobre o objeto Zico como [o maior ídolo do Flamengo] ou como [o mais famoso filho de José Antunes Coimbra]. A solução para o Enigma é dada nestes termos.

Nesta seção, faremos uma revisão de um movimento teórico em filosofia da linguagem que criticou todos estes aspectos da semântica fregeana. Trata-se da chamada teoria da referência direta, ou referencialismo, movimento teórico que surgiu nos anos 60 e 70 do século XX. Se a semântica fregeana foi amplamente dominante até então, foram os esforços dos teóricos ligados ao movimento que criticaram decisivamente a teoria. O *locus* mais notório de esforços

contra o descritivismo é Kripke<sup>23</sup> (1980), mas apresentaremos também alguns outros trabalhos, como Donnellan (1966), Kaplan (1989a) e Wettstein (1986). Esse recorte nos dará os recursos para construir a posição da referência direta e ver como, dentro desta tradição, o Enigma de Frege é um problema de difícil solução.

## 1.2.1 Metasemântica satisfacional: argumentos negativos

Nosso ponto de partida será uma distinção proposta por Donnellan (1966) entre diferentes usos de descrições definidas. O autor reconhece que um dos usos que podemos fazer de descrições (contando aqui usos singulares, que buscam fazer referência a um objeto em particular)<sup>24</sup> é aquele exibido pela teoria descritivista – uma

---

<sup>23</sup> A famosa monografia de Kripke, *Naming and Necessity*, foi oficialmente publicada em 1980. O texto é um clássico da filosofia da linguagem, da mente e da metafísica, sendo fundamental em todas essas áreas. Sua influência, entretanto, não se deu após a publicação. O texto circulou por muitos anos enquanto manuscrito não publicado – sendo escrito por ocasião de um conjunto de conferências ministradas por Kripke em Princeton no início de 1970.

<sup>24</sup> Claro, existem outros usos possíveis de descrições. Donnellan está preocupado com dois tipos de usos de descrições definidas, os usos atributivos e referenciais. Existem outros usos que, pelo menos inicialmente, não se encaixam em usos atributivos e referenciais e que parecem poder escapar da análise de Russell (1905). Temos os usos associados a conceitos denotativos não contáveis ('a água está em cima da mesa'), usos genéricos ('a baleia é um animal') (ver Strawson, 1950), entre outros. O que une essa classe de expressões, seguindo Neale (1990, p. 34-35) é sua forma sintática composta de um determinante, no caso dos exemplos ocorrências de um artigo (definido), e uma expressão nominal (*nominal expression*), fazendo o papel semântico de conceito denotativo ('água', 'baleia', 'a pessoa bebendo martini no bar' e *etc*). Podemos ter usos diferentes do que é uma classe sintaticamente unificada de expressões. Neale identifica outra forma sintática possível para descrições definidas no inglês, a forma possessiva – expressões como 'o meu carro'. Estes casos não nos interessam aqui.

descrição designa um objeto em virtude deste satisfazer a condição imposta por aquela. Entretanto, além deste uso *atributivo*, Donnellan reconhece também um uso *referencial*. Podemos adaptar seu exemplo aqui e imaginar que agentes em uma festa estejam conversando sobre as pessoas ao seu redor. Digamos que um dos agentes enuncie a sentença

12) A pessoa bebendo um martini no bar é flamenguista.

Munido da descrição {a pessoa bebendo martini no bar}<sup>25</sup>, o interlocutor identifica uma pessoa no bar bebendo um líquido transparente e absorve a informação comunicada. Parece ser um caso típico de fixação da designação da descrição por satisfação de condições descritivas. A descrição definida em (12) denotaria, seguindo a expressão russelliana, o objeto que satisfizer a descrição.

A novidade de Donnellan está em construir seu exemplo de tal forma em que o líquido transparente é, digamos, água e não o *drink* martini. Ou seja, o objeto não satisfaz as condições descritivas e, pela teoria até então vigente, a descrição não deveria ter designação nenhuma<sup>26</sup>. Este resultado não parece se conformar com as nossas

---

<sup>25</sup> Até aqui usamos colchetes ([,]) para representar sentidos fregeanos. Como os argumentos da teoria da referência direta não atacam somente sentidos, mas sim quaisquer mecanismos meta-semânticos que *sempre* apelam para descrição na fixação da referência, optamos por usar chaves ({,}) para designar descrições em sentido amplo.

<sup>26</sup> Ignoramos aqui uma das complicações com usos de descrições definidas atributivas. É possível que a descrição em (12) não se refira a objeto nenhum pois existe mais de um objeto que a satisfaça. O problema é o mesmo de expressões como ‘a janela está fechada’ (em contextos em que há mais de uma janela). Seguindo à risca a teoria russelliana, como a unicidade não está garantida, sentenças com tal expressão denotativa são falsas. Entretanto, parece intuitivo sustentar o contrário, visto que é

intuições sobre o exemplo estipulado, mas, principalmente, não parece se conformar com nossas práticas linguísticas e comunicativas. Parece absolutamente corriqueiro que descrições incompletas, insuficientes ou até mesmo falsas sejam utilizadas por falantes competentes para fixar um determinado objeto enquanto designação da enunciação. Usos referenciais de descrições são, assim, um ponto inicial de desconfiança para com o papel meta-semântico de descrições: nem todo uso de uma descrição fixa satisfatoriamente uma designação, ou ainda: descrições não *precisam* designar via satisfação.

Ainda no que toca a meta-semântica descritivista, podemos continuar explorando problemas com a fixação da referência a partir dos trabalhos de Kripke (1980). O autor chama atenção para o fato de que falantes diferentes podem associar informações (descrições)<sup>27</sup>

---

corriqueiro o uso atributivo de expressões denotativas definidas que não satisfazem a unicidade (como aponta Strawson (1950)). Existem muitas estratégias para lidar com este problema. Olhando para o problema do ponto de vista da restrição do domínio de quantificação, podemos restringir contextualmente o domínio por meio de processos de enriquecimento livre (Recanati, 2004) ou, em contraste, temos alternativas indexicalistas que postulam um índice na forma lógica da sentença para toda ocorrência de domínio de quantificação restrito (ou toda ocorrência de variação contextual) (Stanley e Szabo, 2000). Podemos ainda, seguindo a taxonomia de Stanley e Szabo, defender que não existe restrição de domínio nas condições de verdade, sendo esta comunicada pragmaticamente (apesar de que esta alternativa não tem uma aplicação tão clara ao problema das descrições incompletas). Ver também Ruffino, 2009.

<sup>27</sup> Um uso corrente e relevante para nós do termo ‘descrições’ é este ligado ao fenômeno da associação de informações aos termos da língua. Dizer que falantes associam descrições ou informações aos termos *não* é dizer que tais informações são construídas ou concebidas como descrições definidas russellianas. Trata-se de um uso não técnico do termo. Por exemplo, podemos associar ao termo ‘Zico’ a informação/descrição ‘um filósofo’. Não se trata de uma descrição definida, mas apenas de uma descrição.

falsas, incompletas ou até mesmo diferentes a um mesmo termo e, ainda assim, se referir ao objeto em questão por meio do nome próprio. Por exemplo, Kripke (1980, p. 85) alude à concepção aparentemente comum de que Einstein inventou a bomba atômica. Digamos que falantes leigos associem ao nome ‘Einstein’ a descrição {o inventor da bomba atômica}, descrição essa que, em um quadro satisfacional, desempenha o papel meta-semântico de fixar a referência. Em primeiro lugar, esta descrição não é satisfeita por nada, afinal a unicidade demandada pelo artigo definido não é satisfeita. Além disso, mesmo assumindo que o principal responsável pelo projeto da bomba tenha sido apenas uma pessoa, este seria então Oppenheimer e não Einstein. Ou seja, pela meta-semântica satisfacional, tal condição associada a ‘Einstein’ fixaria como referência dos usos do nome o objeto Oppenheimer!<sup>28</sup>

A situação pode ser piorada se pensarmos que falantes diferentes podem associar descrições diferentes aos *mesmos nomes*. Assim, se S associa a ‘Zico’ {o maior ídolo do Vasco} e S’ associa o nome a {um jogador de futebol} (Kripke, 1980, p. 81, exemplo modificado), não parece ser possível explicar como os falantes podem estar falando da mesma coisa, afinal os usos do mesmo nome são constrangidos por descrições diferentes, uma selecionando Roberto Dinamite e a outra falhando em selecionar um único indivíduo. Neste contexto, um fregeano poderia objetar que não há tamanha variabilidade na associação de condições descritivas ao nome; o sentido seria o tesouro

---

<sup>28</sup> Outro exemplo famoso de Kripke (1980) diz respeito ao cenário imaginado em que Gödel não provou os teoremas da incompletude, mas sim os roubou de um lógico desconhecido chamado de Schmidt. Se a condição descritiva {o lógico que provou os teoremas da incompletude} fixa a referência do nome ao qual ela está associada, ‘Gödel’ portanto, então usos do nome do lógico austríaco se referem a Schmidt, não a Gödel!

compartilhado da humanidade (ver n.22). Esta objeção é estranha, mas não precisamos entrar em seu mérito – esta possibilidade foi aceita por Frege ele mesmo! Na polêmica nota de rodapé presente no *Sobre o sentido e a referência*, Frege permite que o sentido associado a termos como ‘Aristóteles’ difira de falante para falante<sup>29</sup>, então o apelo para a mútua apreensibilidade ou estabilidade do sentido é insuficiente. Frege ter reconhecido, na nota, tal fato não implica que o autor tenha uma resposta para os problemas levantados por ela.

Temos que, apesar da variabilidade das descrições associadas aos nomes, falantes que utilizam o mesmo termo se referem ao mesmo objeto. Isso explica por que, em situações de escassez informacional, como no caso de S’ acima, tal agente pode se comunicar com outros falantes ou até mesmo pode adquirir mais informações sobre Zico; independentemente das informações que S’ tenha, o *subject matter* de suas enunciações está dado. A explicação de como isso pode ser o caso, a proposta meta-semântica positiva, será apresentada posteriormente.

## 1.2.2 Semântica descritivista: argumentos negativos

Kripke não oferece apenas argumentos contra a meta-semântica descritivista, mas contra sua semântica também. No quadro fregeano, a contribuição dos termos para o Pensamento expresso é sua nota

---

<sup>29</sup> Frege adiciona a restrição adicional de que a variabilidade no sentido é tolerável desde que a referência selecionada seja a mesma em cada caso. O problema de sustentar esta qualificação está no fato de que não parece ser o caso que a variabilidade de sentidos se restrinja a diferentes condições descritivas que respeitem unicidade e co-extensionalidade (no caso de termos singulares), como é mostrado pelos exemplos acima.

conceitual associada. Se este for o caso, parece que as propriedades modais e epistêmicas dos conteúdos expressos se comportam de forma estranha (Kripke, 1980, p. 74-75). Seguindo nosso exemplo, no qual [o maior ídolo do Flamengo] está associado a ‘Zico’, qual seria o Pensamento expresso por uma enunciação de ‘Zico é o maior ídolo do Flamengo’? A seguinte enunciação expressaria o subsequente Pensamento:

13) Zico é o maior ídolo do Flamengo

6’) [o maior ídolo do Flamengo] é [o maior ídolo do Flamengo]

O Pensamento (6’) é necessário e conhecível *a priori*. Apesar disso, parece claro que Zico poderia, em primeiro lugar, não ter sido o maior ídolo do Flamengo e, em segundo, parece que precisamos de alguma informação mundana para decidir sobre a importância deste jogador na história de um clube de futebol. No caso modal, ao dizermos que é possível que Zico não tenha sido o maior ídolo do Flamengo, em uma leitura *de dicto* do escopo do operador modal<sup>30</sup>,

---

<sup>30</sup> A título de brevidade, omito do corpo do texto uma discussão mais pormenorizada do fenômeno da variação de escopo de operadores em descrições. As leituras *de dicto* e *de re* do escopo do operador alético de possibilidade em descrições pode ser vista a seguir, em uma formalização parcial:

*de dicto*)  $\Diamond(\exists x \text{ } x \text{ é o maior ídolo do Flamengo} \ \& \ \forall y(\text{se } y \text{ é o maior ídolo do Flamengo então } y=x) \ \& \ x \text{ não é o maior ídolo do Flamengo})$

*de re*)  $(\exists x \text{ } x \text{ é o maior ídolo do Flamengo} \ \& \ \forall y(\text{se } y \text{ é o maior ídolo do Flamengo então } y=x) \ \& \ \Diamond \ x \text{ não é o maior ídolo do Flamengo})$

Fica claro que a leitura *de dicto* é falsa, enquanto a leitura *de re* é verdadeira. Como vemos acima, operadores modais com escopo *de re* não atuam sobre a descrição que opera fixando a designação; as descrições selecionam os objetos que as satisfazem em @ e avaliam se tal objeto possui ou não a propriedade predicada em algum ou em todos os mundos possíveis. Já o escopo *de dicto* seleciona algum objeto que satisfaça a descrição naquele mundo e afirma que tal objeto não satisfaz a descrição. Mesmo que

parece que dizemos algo falso, i.e., seria impossível que Zico não fosse o maior ídolo do Flamengo. Já do lado epistêmico, há um descompasso entre (13), que parece expressar um fato a ser descoberto *a posteriori*, e (6'), que parece ser um Pensamento conhecível *a priori*. É neste sentido que o descritivismo, desta vez enquanto quadro semântico, não captura os perfis modal e epistêmico de sentenças com termos singulares.

Um último traço do quadro de Kripke conectado com considerações semânticas e que devemos salientar é sua tese de designação rígida. Um traço interessante de descrições em contextos modais é que estas podem selecionar objetos diferentes em mundos possíveis diferentes. Usando '@' para se referir ao mundo atual e 'w'<sup>1</sup> e 'w'<sup>2</sup> para mundos possíveis não atuais, temos que a descrição {o maior ídolo do Flamengo} seleciona Zico em @, mas poderia selecionar Júnior em w<sup>1</sup> ou Gabigol em w<sup>2</sup>, dadas diferenças apropriadas nas histórias do futebol em cada mundo. Podemos dizer ainda que descrições co-extensionais, como {o maior ídolo do Flamengo} e {o camisa 10 da seleção de 1982}, não são co-intensionais; as intensões das descrições, funções de mundos para extensões, são diferentes – basta que exista um mundo w no qual o maior ídolo do Flamengo não foi camisa 10 da seleção de 1982.

Dadas estas características de descrições, Kripke salienta que nomes próprios como 'Zico', ao contrário de descrições, são *designadores rígidos* – eles selecionam o mesmo objeto em todo

---

o fenômeno da variação de escopo tenha sido usado para defender uma posição descritivista (Dummett, 1973, p. 110-135), basta aqui dizermos que termos singulares não são passíveis de apresentarem uma ambiguidade de escopo do tipo (Recanati, 1993, p. 8), o que seria esperado caso sua análise fosse descritivista. O único escopo possível para sentenças simples com termos singulares é:

*Singular*)  $\Diamond a$  é F

mundo possível<sup>31</sup>. Parte do argumento de Kripke apela para intuições (Kripke, 1980, p. 41-42), mas ele também captura a maneira como nós falantes de uma língua e habitantes de @ agimos. Em específico, é tomando nossos termos singulares de base e suas extensões que partimos para falar sobre situações contrafactuais (*ibid*, p. 77); “começamos” com a extensão do nome em @ e selecionamos o mesmo objeto em todo mundo possível que ele existe, se o contexto sentencial estiver sob atuação de operador modal alético. Por exemplo, ‘Zico’ se refere a Zico em @. Uma sentença como:

14) É possível que Zico fosse o maior ídolo do Vasco

Vai ser avaliada em relação a mundos possíveis diferentes do atual. A sentença é verdadeira sse existe um mundo *w* no qual Zico é o maior ídolo do Vasco. Dado que que fixamos a referência do nome tendo em vista seu uso em @, selecionamos o mesmo objeto em todo mundo possível no qual ele existe e averiguamos se o mesmo satisfaz a propriedade predicada em (14).

Esses são os argumentos negativos de Kripke contra o descritivismo. A tradição filosófica os tomou, em larga medida, como decisivos – descrições não fixam a referência dos termos e não são aquilo que figura no conteúdo semântico das proposições. Como é de se esperar, um vácuo explicativo é criado com tais argumentos

---

<sup>31</sup> Este resultado do quadro kripkeano bloqueia soluções intensionais simples e gerais para o Enigma de Frege. Poderíamos querer dizer que a diferença de significância cognitiva entre termos coreferenciais fosse explicada por diferenças intensionais, como parece que pode ser feito com as descrições do parágrafo acima. Entretanto, designadores rígidos co-extensionais são também co-intensionais e podem ter valores cognitivos diferentes. A tentativa de resgate desta solução é um projeto que foi perseguido, entre outros, por Chalmers (2004) em um quadro bidimensionalista.

negativos. Precisamos saber qual a contribuição de um nome para o conteúdo das sentenças em que figura e qual o quadro meta-semântico que a explica a fixação da referência dos termos. Mas, de maneira mais importante para nós, as descrições, ou notas conceituais, também desempenhavam o papel de explicar o valor cognitivo dos termos em questão. Um traço central da semântica fregeana era deixar o conteúdo semântico como responsável por rastrear diferenças de valor cognitivo, traço esse que aparece no caráter mais fino (*fine-grained*) da teoria da proposição fregeana. À medida que nos encaminhamos para o fim desta seção, teremos que ter em mente este vácuo explicativo, principalmente ao avaliarmos se as respostas positivas para as outras duas questões nos darão recursos para responder esta terceira.

### 1.2.3 Semântica referencialista

Vamos então finalmente expor traços positivos do referencialismo. Começemos com a parte semântica. Uma diferença basilar deste quadro semântico com o fregeano diz respeito aos níveis semânticos aqui aceitos. Se o fregeano trabalhava com dois níveis, sentido e referência, a nova teoria vai trabalhar apenas com o nível da referência. Ao invés de termos Pensamentos, uma sentença como (1) ('Zico é meio campista') expressa uma *proposição singular*<sup>32</sup>. Esta

---

<sup>32</sup> Proposições podem ser construídas de muitas formas. Uma forma é construí-las como proposições russellianas, objetos abstratos que contêm como constituintes os objetos e relações que são as referências dos termos. Outra forma canônica de construir proposições é como um conjunto de mundos possíveis, o conjunto de mundos compatíveis com a proposição – no caso de (13), por exemplo, o conjunto de mundos nos quais Zico é o maior ídolo do Flamengo. Esta abordagem foi

expressão é utilizada por muitos na bibliografia, mas um dos autores paradigmáticos que a popularizou foi Kaplan (1989a, p. 483). Ao contrário de conter notas conceituais, proposições singulares contém objetos e relações (ou propriedades) – as referências dos termos referenciais em questão. Claro, podemos usar descrições em nossas enunciações. No caso da enunciação de

15) O camisa 10 da seleção de 1982 é o maior ídolo do Flamengo

Teríamos não um conteúdo semântico singular, mas sim geral. Seguindo a terminologia de Perry (2011, p. 83-85), o conteúdo semântico de uma descrição é uma condição de identificação (ou, no vocabulário fregeano, uma nota conceitual), enquanto sua designação é o objeto que satisfaz tal condição em @. Já no caso de termos singulares, conteúdo semântico e designação coincidem. O valor semântico do nome, como veremos, não é uma descrição ou o que quer que satisfaça a descrição, mas o objeto ele mesmo. Assim, a proposição expressa por (13) ('Zico é o maior ídolo do Flamengo') é:

13") <Zico, ser o maior ídolo do Flamengo><sup>33</sup>

Notemos como é o conteúdo semântico que dá conta dos perfis modais e epistêmicos, dos termos. Comparemos a proposição singular

---

notoriamente defendida por Stalnaker (1978) e foi adotada de maneira frutífera na filosofia e linguística, mas vamos nos ater ao modelo russelliano neste trabalho.

<sup>33</sup> Nossa escolha terminológica para representar proposições russellianas é a seguinte: os componentes serão assinalados em negrito. No caso de proposições singulares, estão representados os objetos, relações ou propriedades que compõem a proposição. Se a contribuição vericondicional for uma descrição, também a mesma será marcada em negrito, mas envolvida em chaves ({,}).

(13”) com o Pensamento (6’)<sup>34</sup> – é (13”) que captura o fato contingente expresso por (13). Ao mesmo tempo, no caso epistêmico, fica óbvio como (13) só pode ser conhecido *a posteriori* quando olhamos para (13”). Além disso, tal conteúdo captura a ideia de que em (13) estamos falando do objeto Zico, enquanto para o descritivista estaríamos falando da propriedade de ser o maior ídolo do Flamengo.<sup>35</sup>

Uma característica interessante do referencialismo diz respeito ao fato de que a posição permite, apesar dos argumentos assinalados acima, a associação de condições de identificação ou notas conceituais aos seus termos singulares. Um exemplo se dá no contexto da teoria dos indexicais de Kaplan (1989a). Indexicais puros, como ‘eu’ ou ‘aqui’, possuem um *character*, um significado convencional associado aos termos; ‘eu’, por exemplo, está associado a {o enunciador da ocorrência do termo}, ou algo assim. Isto não impede que o conteúdo semântico de enunciações do termo seja singular. Como é sabido da teoria kaplaniana, o *character* é uma função de contextos restritos<sup>36</sup>,

---

<sup>34</sup> Em nossos exemplos, o Pensamento (6’) foi expresso por uma enunciação de (6), a identidade trivial ‘Zico é Zico’. Isso pois associamos o sentido [o maior ídolo do Flamengo] ao nome ‘Zico’. Nesta construção, o mesmo Pensamento, (6’), também seria expresso pela enunciação de outra sentença, a saber, (13).

<sup>35</sup> Existe muita bibliografia sobre a falha do descritivismo de dar conta do conteúdo singular, da ideia de que podemos pensar e falar sobre objetos e não apenas sobre propriedades. Uma fonte particularmente clara é (Recanati, 2010).

<sup>36</sup> A distinção entre contexto restrito e contexto amplo é uma das escolhas terminológicas que tenta rastrear os diferentes impactos da variação contextual no conteúdo semântico e em efeitos pragmáticos de enunciações. Stalnaker (2014) distingue muito claramente entre contextos restritos e amplos, apesar de sua terminologia diferir da nossa aqui adotada. O contexto em Kaplan é chamado pelo autor de *K-Context*, enquanto o contexto amplo, o *common ground*, é chamado de *CG-Context*. Dito isso, as noções são equivalentes: de um lado temos sequências de parâmetros e do outro informações (construídas em termos de atitudes proposicionais) tidas como compartilhadas pelos falantes de uma troca conversacional.

sequências de parâmetros<sup>37</sup>, para conteúdos. Conteúdos, por sua vez, são funções de circunstâncias de avaliação, sequência de parâmetros alteráveis por operadores intensionais (como os assinalados na seção 1.1.5), para valores de verdade. Não precisamos nos comprometer com o descritivismo semântico mesmo se os termos estão de fato convencionalmente associados a descrições. O importante é que o conteúdo continue sendo singular, que o *character* não “invada” a proposição singular.

Então termos diretamente referenciais, cujo conteúdo é singular, podem ter condições descritivas associados a si. Colocado nestes termos, o referencialismo não é uma teoria que implica no Millianismo para todos os seus termos com referência singular. Podemos distinguir, seguindo Marti (1995), entre termos diretamente referenciais e termos millianos. Enquanto aqueles possuem referência singular, estes não apenas são diretamente referenciais, mas também não possuem nenhuma condição descritiva associada a si. Exemplificam a distinção os indexicais, termos cujo conteúdo é singular mas fixado via descrição, e os nomes próprios, que não possuem tais condições associadas. É neste contexto que Perry (2011,

---

<sup>37</sup> Esta não é a única forma de construir contextos restritos. Lewis (1980, p. 85-86), por exemplo, constrói o contexto como a situação mundana ligada ao evento de produção do *token*. Esta formulação é largamente equivalente à de Kaplan, na medida em que distingue contexto/circunstância (ou contexto/índice, nos termos de Lewis) e que estabelece que circunstâncias são alteráveis (*shiftable*) por operadores, enquanto contextos não. Além disso, ambos os quadros dão conta das distribuições intuitivas de valores de verdade de pares sentença-contexto. Seguindo Stalnaker (2014, seção 1.3), a diferença diz respeito ao nível intermediário do conteúdo; enquanto em Kaplan temos duas funções diferentes, *characters* sendo funções de contextos para conteúdos e conteúdos sendo funções de circunstâncias para valores de verdade, em Lewis temos apenas o *character* como uma função de pares contexto-circunstância (índice) para valores de verdade.

p. 37-39) define indexicais como denotando e nomes como nomeando: uma classe de termos é convencionalmente associada às condições de identificação, enquanto a outra é diretamente associada a objetos<sup>38</sup>. Tudo isso sem perder o fato de que tanto indexicais quanto nomes se referem diretamente a objetos e não os descrevem. A maneira que o termo designa um objeto não impacta diretamente em qual vai ser sua contribuição para o conteúdo semântico da sentença – este pode continuar sendo uma proposição singular.

---

<sup>38</sup> Perry (2011, p. 23-25) distingue entre o *meaning* e o *content* dos termos referenciais em questão. O *meaning* pertence a uma expressão-tipo, já o conteúdo a um uso específico de tal expressão, um proferimento ou enunciação. Os *meanings*, de maneira mais precisa, são regras que atribuem conteúdos a proferimentos específicos das expressões. O *meaning* de um indexical é seu *character*, uma condição descritiva que associa ao uso de um indexical um objeto que satisfaz tal condição a cada uso, contribuindo com tal objeto para o conteúdo do proferimento. Já o *meaning* de nomes próprios funciona de maneira diferente. Trata-se de uma regra convencional que permite a associação direta de um objeto ao nome, sem a satisfação de condições descritivas. Por isso que, no quadro de Perry, nomes nomeiam (*meaning*) e se referem (*content*), indexicais denotam e se referem e descrições denotam e descrevem. Um problema adicional, que não trataremos aqui, diz respeito à natureza dos *meaning* associados aos nomes, em conexão com a questão da individuação de nomes. Perry (2011), juntamente com Kripke (Perry e Kripke, 2011), acreditam que nomes são nambíguos. A nambiguidade é uma ambiguidade de nomes, isto é, a ideia de que um mesmo nome pode se referir a objetos diferentes. O seu *meaning*, assim, é uma convenção permissiva que pode ser explorada para fazer referência a diferentes objetos. Taylor (2014) (ver também Kaplan, 1990) é um dos que negam tal proposta, individuando nomes de maneira mais fina, como mecanismos para demarcar sintaticamente a co-referência de suas ocorrências. Como este autor assinala, não é possível sustentar ambas concepções ao mesmo tempo.

## 1.2.4 Metasemântica referencialista

Como foi visto, descrições não parecem desempenhar o papel meta-semântico de fixar a referência de nomes próprios. Estes são termos Millianos, contrariamente aos indexicais, não possuindo condições de identificação ou notas conceituais associadas a si, referindo assim aos objetos diretamente. Se a meta-semântica dos termos não é satisfacional, como sua extensão é fixada para o referencialista? A resposta padrão, que pode ser notoriamente encontrada em Kripke (1980, p. 91-97), apela para um quadro que Bach (1987) chamaria de relacional.

Kripke não oferece uma teoria propriamente dita, mas uma espécie de imagem ou *sketch* de como a referência seria fixada. Trata-se da conhecida imagem histórico-causal da fixação da referência. Um uso de um nome como ‘Zico’ se refere ao objeto Zico pois tal uso se conecta ao objeto por meio de uma cadeia comunicacional entre falantes de uma comunidade. O nome, neste caso um apelido, foi atribuído ao objeto em um “batismo”. O termo se tornou então disponível para uso pelos falantes da comunidade e, a cada novo falante que adquiriu o termo e o utilizou, o fez em conexão com o uso do falante anterior e assim sucessivamente até chegarmos ao objeto batizado.

Essa imagem explica porque é possível falarmos de Zico mesmo se temos um conjunto de informações insuficiente ou até mesmo falso associado ao termo. O nome disponibilizado para uso na comunidade independe largamente das informações que diferentes falantes associam ao termo. Podemos falar da mesma coisa em virtude de uma cadeia externa ao sujeito, que não precisa ser representada nem comunicada proposicionalmente pelo mesmo. Mas mais do que

propor um novo tipo de quadro meta-semântico<sup>39</sup> para nomes, Kripke abre espaço para quadros relacionais em geral, que podem ser desenvolvidos para explicar a fixação do conteúdo referencial não só de nomes próprios, mas também de conceitos ou representações mentais. A meta-semântica relacional desempenhará um papel importante no decorrer deste trabalho, principalmente no que toca soluções para o Enigma que respeitem o referencialismo

Pelo menos inicialmente, os problemas do descritivismo, que previa a fixação inadequada de referências, são resolvidos pela proposta de Kripke. Claro, existem problemas com a imagem causal. Evans (1973/1985, p. 1-24) apresenta algumas críticas à imagem e busca a formulação de uma teoria propriamente dita. Por exemplo, temos a famosa anedota do nome ‘Madagascar’, que foi supostamente introduzido por Marco Polo na Europa como se referindo à ilha ao leste da África continental. Os falantes por meio do qual Marco Polo adquiriu o nome, entretanto, o usavam para se referir a uma porção do continente, não à ilha. Parece que o quadro não qualificado de Kripke tem dificuldade de explicar este tipo de caso, visto que há uma cadeia causal conectando os usos de ‘Madagascar’ na Europa com uma porção do continente africano, não com a ilha.

Tais problemas não devem nos impressionar. Eles são esperados, visto que Kripke não fornece uma teoria meta-semântica propriamente dita. Talvez sejam necessários adicionar mais elementos, como a intenção referencial do falante (Kripke, 1980, p.

---

<sup>39</sup> A rigor, Kripke não foi o primeiro a propor uma imagem histórico-causal da fixação da referência. Uma das mais antigas menções à ideia está no trabalho de Geach (1972), como notado por Recanati (2012, p. 31). A “inovação” de Kripke não está em fornecer uma teoria, visto que ele não o faz, mas sim unir uma série de argumentos contra a posição dominante até então e conseguir ser convincente ao mostrar que uma imagem causal é mais adequada tendo em vista nossas práticas comunicativas.

96)<sup>40</sup>. De qualquer forma, o mais importante para nós é o quadro geral resultante: termos referenciais contribuem com objetos e relações para o conteúdo semântico das sentenças e tais referências podem ser fixadas sem a satisfação de condições descritivas. Digo “podem ser fixadas” pois existem sim casos de fixação descritiva da referência<sup>41</sup> dentro da teoria da referência direta, como vimos no caso dos indexicais. Isto não implica, no entanto, na tese de que o conteúdo semântico destes termos é geral, como previa o descritivismo.

O referencialismo se configura então como uma posição em filosofia da linguagem radicalmente diferente da semântica fregeana. Trabalhamos aqui apenas com um nível semântico, o da referência. O conteúdo de sentenças com termos singulares é uma proposição russelliana composta de objetos, não um Pensamento composto de sentidos e a sua meta-semântica é relacional e não satisfacional. Uma consequência a ser explorada na próxima seção diz respeito a esta nova concepção de conteúdo: como foi adiantado anteriormente,

---

<sup>40</sup> Evans (1985, p. 6) expressa este ponto ao defender que os *links* entre usos de um nome devem preservar a referência dos usos anteriores e isto é feito por meio da intenção do novo usuário de usar o termo adquirido da mesma forma, tendo a mesma referência, que o falante anterior.

<sup>41</sup> Um caso mais polêmico são os chamados nomes descritivos, como o ‘Julius’ de Evans (1982, p. 31 e 1985, p. 181), nome cuja referência é fixada pela descrição {o inventor do zipper} ou o ‘Newman’ de Kaplan (1968, p. 201), que é fixado pela descrição {a primeira criança a nascer no século XXII}. Um dos muitos *puzzles* interessantes ligados a estes nomes diz respeito ao tipo de crenças que sujeitos podem ter após a estipulação de um deles. Por exemplo, será que minhas crenças sobre Julius são singulares ou gerais? As posições dos autores acima diferem: Evans (1982, p. 50) acha que sem uma conexão causal adequada, não há singularidade de conteúdo, já Kaplan em *Afterthoughts* (1989b, p. 602-605) (ver também Kaplan, 1978) acredita que a posse de um nome, *qua* termo linguístico, é suficiente para que o sujeito seja capaz de ter novos pensamentos singulares, mesmo se o nome em questão for descritivo. Ver Recanati, 2010, p. 163-170 para discussão.

proposições russellianas são menos finas que Pensamentos<sup>42</sup>, entrando em tensão direta com o Enigma e os Casos de Frege. Reformularemos as dificuldades em termos referencialistas e apresentaremos uma possível abordagem para com elas: a semântica não deve dar conta do pensamento e de aspectos cognitivos do uso da linguagem.

## 1.2.5 Wettstein e o erro da semântica fregeana

A dialética até aqui pode ser resumida da seguinte forma: Frege tomou o Enigma e os Casos como problemas centrais que devem ser resolvidos pela sua teoria semântica<sup>43</sup>. Sua teoria acerca do conteúdo semântico e da fixação da designação era descritivista e satisfacional; o problema era resolvido pois o nível do sentido (com suas notas conceituais) explicava a informatividade de identidades verdadeiras e a racionalidade de sujeitos em Casos de Frege. O sentido explica semanticamente o valor cognitivo. Mas, se considerarmos os

---

<sup>42</sup> Vale lembrar que a concepção stalnakeriana de proposições, enquanto conjuntos de mundos possíveis, apresenta o mesmo nível de granularidade que as proposições russellianas no que diz respeito a termos singulares correferenciais: todo mundo em que Zico é meio campista é um mundo no qual Arthur Antunes Coimbra é meio campista. Entretanto, há uma diferença não apenas em seu caráter estruturado ou não, mas também em sua granularidade no que toca às proposições necessárias; aqui, proposições russellianas são mais finas. Ver Stalnaker, 1991 sobre o problema da onisciência lógica.

<sup>43</sup> Como é notado por Almog (2005), entre outros, Frege trabalhava com um Critério de Adequação Psicológico para com sua teoria semântica. Ou seja, o conteúdo semântico fregeano foi construído em parte para lidar com aspectos cognitivos do uso e do entendimento da linguagem – aspectos como diferenças de valor cognitivo entre expressões correferenciais. Este capítulo em parte se esforçou para mostrar tal fato.

argumentos referencialistas, semânticas descritivistas e satisfacionais dificilmente são sustentáveis. As noções centrais de Frege foram substituídas pela semântica e meta-semântica referencialista: o conteúdo semântico de enunciações de termos singulares é russelliano e estamos abertos agora para fixações relacionais da referência.

Vamos partir então para a análise semântica dos exemplos do Enigma e dos Casos de Frege. Repetiremos aqui as identidades da seção anterior e apresentaremos, para comparação, tanto a análise fregeana quanto referencialista, seguindo nossa terminologia adotada.

4) Zico é Arthur Antunes Coimbra

6) Zico é Zico

Ambos expressam a proposição russelliana

16) <Zico, Zico, =>

Enquanto, na proposta fregeana, as sentenças expressariam os respectivos Pensamentos:

4') [O maior ídolo do Flamengo] é [o mais famoso filho de José Antunes Coimbra]

6') [O maior ídolo do Flamengo] é [o maior ídolo do Flamengo]

Para os casos de Frege, digamos que João tenha as seguintes crenças:

3) João acredita que Zico é meio campista

- 7) João acredita que Arthur Antunes Coimbra não é meio campista

O referencialista poderia dizer que, simultaneamente

- 17) João acredita que <Zico, é meio campista> & <Zico, não é meio campista>

A conjunção (17) não parece ser uma boa consequência. O fregeano poderia dizer, no entanto, que simultaneamente:

- 18) João acredita que [[o maior ídolo do Flamengo] é meio campista] & [[o mais famoso filho de José Antunes Coimbra] não é meio campista]

As análises expostas acima retratam o conteúdo referencial e os Pensamentos expressos por (4), (6), (3) e (7). Após a adoção do quadro referencialista, temos em mãos uma noção de conteúdo semântico que captura apenas objetos e propriedades, sem apelo aos sentidos. Sendo assim, não temos recursos *semânticos* para explicar a informatividade de (4) em detrimento de (6), ou para explicar como um sujeito com crenças referencialmente contraditórias pode continuar sendo racional. Por fim, não temos mais como apelar para a estratégia fregeana em contextos sentenciais com operadores doxásticos – o argumento (3)-(5) volta a parecer válido. Se a teoria da referência direta criticou decisivamente o descritivismo, uma das suas consequências foi a volta do Enigma: não temos mais acesso aos objetos teóricos que resolviam o problema na semântica fregeana.

Para termos em mãos o contraste, lembremos que a teoria da proposição fregeana é mais fina que aquela adotada pelos referencialistas. Os fregeanos podem sustentar que a proposição expressa pelas sentenças (1) ('Zico é meio campista') e (2) ('Arthur Antunes Coimbra é meio campista') são diferentes, mesmo se (16) é o caso. Se tivermos em mente a teoria relacional da crença, que toma atitudes proposicionais como relacionando um sujeito à uma proposição, temos proposições diferentes e, portanto, crenças diferentes. Se o modelo relacional simples das crenças for simplesmente aplicado para analisar crenças dentro de uma perspectiva referencialista, então as crenças que seriam atribuídas por operadores doxásticos quando operando sob (1) e (2) seriam exatamente a mesma. Este é um problema de *granularidade* que o referencialismo enfrenta, seja na individuação de crenças, seja no enfrentamento dos nossos três desdobramentos do Enigma.

Uma das reações possíveis a este cenário é duvidar da utilidade de proposições russellianas ou da adequação do referencialismo enquanto uma teoria do conteúdo. Afinal de contas, Casos de Frege ou os desdobramentos do Enigma parecem precisar de uma explicação semântica, não? Parece que a racionalidade do sujeito deve ser explicada em termos dos conteúdos de suas crenças no que toca os Casos, ou ainda que a diferença de informatividade ou de valor cognitivo deve ser explicada por uma teoria do conteúdo semântico. Bem, este não precisa necessariamente ser o caso. Em um artigo clássico, Wettstein (1986) analisa uma condição de adequação de teorias semânticas, condição esta aceita por Frege e que pode ser formulada da seguinte maneira: teorias do conteúdo semântico devem

ser capazes de dar conta dos fenômenos ligados à significância cognitiva, como o Enigma e os Casos<sup>44</sup>.

Para Wettstein, tal condição pode ser negada pelo referencialista; na realidade, aceitar a condição de adequação é considerado por ele um erro. O autor distingue de maneira estanque entre o alvo do referencialismo *qua* teoria, estudar as relações entre linguagem e mundo e como os usos de certos termos são práticas sociais dentro de uma comunidade (devemos nos lembrar aqui da imagem meta-semântica de Kripke), e o fregeanismo, uma teoria que busca entender a relação entre linguagem e mente (pelo menos no que toca os conteúdos objetivamente apreensíveis pela mente) (Wettstein, 1986, p. 201). É claro que o Enigma e os Casos são problemas que merecem atenção, mas não está claro porque deve ser o referencialista que vai resolvê-los. A teoria não é “mal-equipada” para lidar com fenômenos cognitivos, estes simplesmente não estão no escopo dela<sup>45</sup>. O erro da semântica fregeana é a aceitação de um critério de adequação psicológico sobre a mesma, critério esse que quando aceito, levou o descritivismo de dois níveis fregeano a cometer os erros e lapsos explorados pela teoria da referência direta.

---

<sup>44</sup> Ver também Almog, 2005; Perry, 2011 e Taylor, 1995. Interessante pensar como Frege aparentemente trabalhava desta forma desde a *Conceitografia*. Lembremos que, em contextos o símbolo de identidade, a contribuição dos termos para o conteúdo é o próprio termo – a informatividade de  $a=b$  é explicada no nível do conteúdo semântico.

<sup>45</sup> Ou ainda, como colocado por Wettstein, investigar as práticas de uso de nomes ou outros termos singulares em uma comunidade ou desvendar as convenções linguísticas ou institucionais ligadas a tais termos não parece iluminar como os falantes pensam sobre os conteúdos de suas enunciações.

## 1.2.6 Conclusão

Encerramos, com a proposta de Wettstein, nossa exposição da dialética que está por trás de toda a discussão ao redor do Enigma de Frege. Tendo em mente os três desdobramentos do Enigma, além dos Casos de Frege, dividimos a seção 1.2 deste primeiro capítulo em argumentos negativos contra aspectos semânticos e meta-semânticos do quadro fregeano e propostas positivas tanto semânticas quanto meta-semânticas da teoria da referência direta. Por fim, apresentamos a sugestão de Wettstein de que aceitar um critério de adequação psicológico sobre a semântica é um erro: conteúdo referencial construído aos moldes da referência direta não é uma ferramenta adequada para dar conta do valor cognitivo de termos linguísticos – e nem deveria ser.

Estamos preparados para seguir em frente. Na sequência deste trabalho, levaremos a sério tanto as considerações de Wettstein quanto o quadro referencialista como um todo. Não apostaremos no projeto de revitalizar o descritivismo, mas buscaremos entender em que medida novos recursos teóricos consistentes com o referencialismo podem ser propostos para dar conta do Enigma. Em especial, faremos isso respeitando a meta-semântica relacional e prestando atenção para um fenômeno já abordado pela tradição referencialista, a saber, o fato de que falantes diferentes podem associar informações aos termos da língua. No próximo capítulo, analisaremos uma proposta que pode ser entendida nestes termos: os nomes vívidos de Kaplan (1968). Se a semântica fregeana aceitou o critério psicológico, isso a levou à concepção de que sua teoria deveria ser construída de maneira a responder o Enigma. Veremos como é possível dissociar estes

elementos, respeitando a centralidade do Enigma, mas sem construir a semântica primariamente em termos cognitivos.



# Capítulo 2: Arquivos mentais e referência direta

[...] qualquer forma de representação de, ou interação com, um objeto que seja suficiente para que nós concebamos um sujeito como tendo uma crença *de re* acerca de tal objeto é de tal forma que um sujeito poderia ter duas representações de, ou duas interações com, o mesmo objeto sem perceber que são de (ou com) o mesmo objeto. Isso, claro, não mostra exatamente que devem haver tais representações ou interações mediadoras, mas a tese é suposta de tornar mais evidente o que possa anteriormente ter passado despercebido. *E o fato de que a existência de tais mediadores explicaria elegantemente o fenômeno.* (Kaplan, 2013, p. 28)<sup>46</sup>

## Seção 2.0 – Introdução

O último capítulo apresentou e organizou a discussão básica que está ao fundo de toda a bibliografia sobre o Enigma de Frege. Com os argumentos referencialistas, e os quadros semântico e meta-semântico adotados, o Enigma se torna um problema de difícil solução. A estratégia fregeana de resposta, uma semântica de dois níveis, não é mais sustentável. Entretanto, não precisamos abandonar ou aceitar a dissolução do Enigma, como aponta o argumento de

---

<sup>46</sup> Todas as traduções deste livro são de minha autoria, salvo em casos contrários devidamente indicados.

Wettstein. Podemos, seguindo Perry (2011, p. 8-9), tomar o referencialismo como nos dando ao menos algumas ferramentas que permitem a solução do problema de dentro desta tradição.

Neste capítulo, vamos nos dedicar a entender como uma solução baseada na ideia de um *arquivo mental* pode ser desenvolvida desta forma, de dentro da tradição referencialista. A ideia é compatibilizar a semântica e meta-semântica apresentadas na seção (1.2) com uma teoria de representações mentais singulares que podem desempenhar papéis cognitivos.

Nosso ponto de partida (2.1) é um debate clássico entre Quine e Kaplan. A discussão entre os autores sedimenta uma série de temas relevantes: a ideia de uma crença (ou de atitudes proposicionais) singulares, o impacto do Enigma no tratamento de tais atitudes, a ideia de que não existem crenças “puramente *de re*” e, principalmente, o desenvolvimento dos chamados *nomes vívidos*.

A partir dessas discussões, a maior seção do capítulo (2.2) expande a teoria kaplaniana apresentada em (2.1.3). Identificamos a introdução da ideia de um arquivo mental na bibliografia a partir dos trabalhos de Perry, que cita Kaplan diretamente ao introduzir tal tema. O esforço conjunto de Perry, Evans e Recanati, dentre outros, expande e clarifica muito do projeto kaplaniano. Depois de uma discussão pormenorizada, e de uma breve incursão na psicologia cognitiva, argumentaremos a favor da compatibilização da teoria de arquivos com o referencialismo. Ao fim, estaremos prontos para voltar ao Enigma a partir do próximo capítulo.

## Seção 2.1 – Pensamento singular e nomes vívidos

### 2.1.0 Introdução

Nesta primeira seção (2.1), exploraremos uma dialética entre Quine e Kaplan que tem como preocupação central o Enigma de Frege. A discussão coloca em jogo uma série de temas relevantes para a construção de uma solução ao Enigma que seja compatível com o referencialismo, como a ideia de uma crença singular. Quine, em específico, enfrenta o Enigma ao buscar uma formulação para o chamado sentido relacional de crença. O trabalho quineano serve de base para um trabalho central de Kaplan, o artigo *Quantifying In* (QI). Nele, Kaplan rompe com uma série de temas da filosofia quineana e nos oferece as bases para concretizar nosso projeto. Ao fim, teremos em mãos a noção de um *nome vívido* e sua estrutura dual, manifestada na distinção entre caráter genético e conteúdo descritivo.

### 2.1.1 Quine, contextos opacos e atitudes proposicionais

Nosso ponto de partida, neste capítulo, é o influente artigo de Quine (1956), *'Quantifiers and Propositional Attitudes'*. O artigo, em poucas palavras, trata do problema da substituição de termos correferenciais dentro de contextos intensionais e hiper-intensionais; ou seja, trata de um dos desdobramentos do Enigma de Frege. Nosso

principal interesse está em apresentar os elementos que influenciaram decisivamente os trabalhos de Kaplan. Quine apresenta uma distinção sobre diferentes tipos de crenças (ou de atribuições de crenças e outras atitudes proposicionais) e uma estratégia para lidar com os contextos opacos. Este será o foco desta subseção.

Como vimos na seção (1.1.5), Quine (1960) caracteriza contextos transparentes como aqueles que permitem a substituição *salva veritate* de termos correferenciais sem a alteração do valor de verdade da sentença. No capítulo anterior, distinguimos entre contextos sentenciais extensionais, intensionais e hiper-intensionais; Quine, entretanto, traça a distinção de maneira mais geral, entre contextos extensionais e contextos não-extensionais. Assim, contextos opacos, para Quine, são tanto os contextos intensionais quanto os hiper-intensionais, caracterizados pela falha substitucional.

De maneira interessante, o autor trata os contextos opacos em geral como contextos nos quais os termos não são usados, mas sim mencionados; o exemplo paradigmático de contexto do tipo são as citações. Para Quine (1951, p. 26)<sup>47</sup>, citações devem ser tratadas como um termo ou símbolo inteiro, não divisível em partes. Uma citação ou menção é um *display* da sentença, ao contrário de usos usuais das sentenças ou termos que as compõem. Assim, em Quine, contextos opacos são analisados em termos de contextos citacionais. Qual o argumento do autor para este tratamento?

A marca de um contexto transparente é a substituição de termos co-extensivos ou correferenciais. Termos, nestes contextos, são apenas usados para especificar sua referência (Quine, 1960, p. 128-129), *independentemente da maneira utilizada para se referir*; quando este é

---

<sup>47</sup> Ver também Quine, 1960, p. 129.

o caso, a substituição e a generalização existencial são permitidas. Já contextos opacos exibem a falha de substituição (e de generalização) para diferentes tipos de expressões. Os contextos intensionais podem ter seu valor de verdade alterado caso descrições com intensões diferentes sejam substituídas e os contextos hiper-intensionais podem ter seu valor alterado caso substituamos nomes próprios correferenciais diferentes.

Assim, Quine nota que, tal como os contextos opacos, contextos citacionais também exibem falha de substituição co-extensiva. A seguir vemos como tal substituição pode levar a uma falsidade:

- 1) 'Zico' tem quatro letras<sup>48</sup>
- 2) 'Arthur Antunes Coimbra' tem quatro letras

(2) é falsa, mesmo se foi obtida pela troca de dois nomes correferenciais. De maneira semelhante, contextos hiper-intensionais exibem o mesmo padrão. Temos então:

- 3) S acredita que Zico é meio campista
- 4) Zico = Arthur Antunes Coimbra
- 5) S acredita que Arthur Antunes Coimbra é meio campista

Novamente, temos a falha substitucional. É pela similaridade entre contextos citacionais e contextos opacos, tendo em vista que ambos os contextos falham no teste de substituíbilidade, que Quine trata os contextos opacos como um caso de menção, não de uso. A

---

<sup>48</sup> A cada capítulo a numeração dos exemplos será reiniciada. Se for necessário reutilizar os exemplos de alguma seção de outro capítulo, repetiremos a sentença mas com a numeração adequada no contexto do presente capítulo.

abordagem, notemos, não é semanticamente inocente, visto que os termos no escopo da cláusula-que se referem aos termos eles mesmos, não às suas referências (Recanati, 2000, p. 7). Se Frege permitiu a alteração da referência, em contextos opacos, para os sentidos dos termos, Quine apela apenas para expressões linguísticas e dispensa uma semântica de dois níveis<sup>49</sup>.

O tratamento quineano de contextos opacos entra em tensão com um tema central do seu *Quantifiers and Propositional Attitudes*. No artigo, Quine introduz uma distinção entre dois sentidos diferentes de atitudes proposicionais, dois sentidos de acreditar-que, desejar-que e *etc*: os chamados sentido relacional e sentido nocional. Vamos apresentar o exemplo clássico de Quine e entender como ele se relaciona com nossas discussões aqui. A seguinte sentença

- 6) Ralph acredita que alguém é um espião  
pode ser lida nos sentidos relacionais e nocionais<sup>50</sup>
- 7) Relacional:  $\exists x B_R Fx$
- 8) Nocional:  $B_R \exists x Fx$

---

<sup>49</sup> Como é sabido, Quine tinha preocupações ontológicas em mente, somadas a um rigor para com a individuação de quaisquer entidades admitidas em sua ontologia. Proposições, sentidos, intensões e até a modalidade eram vistos com desconfiança pelo autor. Assim, ele diz que “[...] intensões são criaturas da escuridão, e eu comemorei com o leitor quando elas forem exorcizadas.” (Quine, 1956, p. 180). O “apreço estético por paisagens desérticas” do autor (Quine, 1948) é assim influente em toda sua obra.

<sup>50</sup> Um dos objetivos de Quine em seu artigo é tratar a ambiguidade de sentenças como (6). Tais sentenças podem ser lidas como dizendo respeito a um objeto em específico (leitura relacional) ou dizendo respeito a qualquer objeto que satisfaça a propriedade (leitura nocional). Ver Eaker, 2004, p. 382-383.

As leituras variam radicalmente, na medida em que, usualmente, (7) será falso e (8) verdadeiro, assumindo que Ralph é uma pessoa típica, que não se encontra pessoalmente com espões, mas acredita que eles existem. O sentido relacional de crença tenta atribuir ao agente uma crença sobre um objeto em específico, o que veio a ficar conhecido como uma crença singular (ou *de re*). Já o sentido nocional busca atribuir uma crença “geral”, dizendo que Ralph acredita que a propriedade de ser um espião é instanciada. A diferença na atribuição se dá via uma modificação no escopo do quantificador em relação ao operador doxástico. O quantificador em (7), especificamente, está se ligando a uma variável *dentro* do escopo de um operador doxástico, ou seja, dentro de um contexto opaco – é isto que veio a ficar conhecido pela expressão em inglês “*quantifying in*”.

Permitir a quantificação irrestrita em contextos opacos pode nos levar a inferir contradições. Isto, é claro, é mais uma das reverberações do Enigma de Frege. O exemplo de Quine, ainda com (7) em mente, consiste em imaginar um caso onde Ralph acredita de um mesmo objeto, que ele é e não é um espião. Casos de Frege como esses são fáceis de serem construídos: digamos, com o autor, que Ralph observou um certo homem ter comportamentos suspeitos uma certa noite e, no dia seguinte, Ralph reencontra um velho conhecido de seu bairro regando seu jardim; sem que o nosso sujeito saiba, ambos são a mesma pessoa. Será que nesses casos podemos mesmo atribuir uma crença na leitura relacional a Ralph? O nosso sujeito certamente não diria que o homem regando o jardim é um espião, mesmo dizendo, ao mesmo tempo, que o suspeito da noite anterior certamente o é.

Então, casos de Frege pressionam a análise inicial da atribuição relacional, que tem a forma de (7). Entretanto, no *framework* de Quine, uma crença no sentido nocional claramente pode ser atribuída em

casos de Frege (Quine, 1956, p. 179). Vamos ver como ambas as possibilidades, a atribuição nocional e a atribuição relacional, se dão aqui. Teríamos as seguintes atribuições:

- 9) Ralph acredita que o homem de comportamento suspeito é um espião
- 10) Ralph acredita que o seu vizinho conhecido não é um espião

Se lermos (9) e (10) no sentido relacional, temos uma contradição. Para construirmos as sentenças acima em tal sentido, podemos apelar para uma estratégia proposta no artigo de Quine, a chamada estratégia de paráfrase. A ideia é introduzir uma nova forma da sentença, mas com o termo singular em questão em posição transparente, não opaca. As versões relacionais de (9) e (10) seriam, respectivamente:

- 9') Do homem de comportamento suspeito, Ralph acredita que ele é um espião
- 10') De seu vizinho conhecido, Ralph acredita que ele não é um espião

Das sentenças acima, inferimos a conjunção contraditória

- 11') De seu vizinho conhecido, Ralph acredita que ele é e não é um espião

Como nas sentenças acima a descrição relevante está na posição transparente, tanto faz qual das duas usamos em (11'). Ademais,

podemos também querer realizar uma generalização existencial em (11'), que nos daria

- 11)  $\exists x$  Ralph acredita que ele ( $x$ ) é e não é um espião<sup>51</sup>

É em geral este tipo de linha argumentativa que nos leva, do sentido relacional de crença, a inferir contradições. A formulação quineana é especialmente vulnerável para com os casos de Frege. Parte do problema está justamente no fato de que, em posições transparentes, pouco importa a maneira que nos referimos ao objeto em questão.

Por outro lado, a leitura nocional de (9) e (10) é permitida, na medida em que “deixa de afirmar a relação de Ralph com qualquer homem” (Quine, *ibid*). Termos em posições opacas não são usados, mas sim mencionados. Como as expressões linguísticas em cada caso são diferentes, não temos a atribuição de atitudes *de re* contraditórias a Ralph.

Qual o dilema quineano, no fim das contas? O sentido relacional, singular, de crença (ou de atitudes proposicionais) parece ser imprescindível. Claramente há uma diferença entre acreditar algo sobre um indivíduo em específico e acreditar na instanciação de uma propriedade. Mas, pelo menos da forma que Quine o constrói, o sentido relacional é suscetível aos casos de Frege. A formulação proposta do sentido relacional nos leva a atribuição de crenças contraditórias ao agente, mesmo em casos onde não parece que tal agente é irracional.

---

<sup>51</sup> Nesta formalização parcial, o quantificador se liga à variável representada pelo pronome pessoal 'ele' dentro da cláusula complementar.

Por outro lado, o tratamento do sentido nocional, a construção de todo o contexto sentencial como um caso de menção e não de uso, não padece do mesmo problema. Afinal de contas, as expressões em (9) e (10), ‘o homem de comportamento suspeito’ e ‘o vizinho conhecido’, são diferentes. Aqui, a denotação das descrições não importa, só o fato de que são diferentes. Não podemos inferir uma contradição como (11’). A estratégia não se generaliza, entretanto: se apenas o sentido nocional for adequado, se apenas ele não atribui crenças contraditórias a um agente que é racional, então abandonamos o que parecia ser um dos sentidos imprescindíveis de crença, o sentido relacional.

Para concluir, temos duas opções, neste quadro, no que toca os verbos de atitudes proposicionais (ver Quine, 1956, p. 182). O sentido nocional torna a sentença embutida opaca, sendo mencionada ao invés de usada. Isto implica no bloqueio da substituição e da quantificação dentro do contexto opaco. Já o sentido relacional pode ser representado por meio da estratégia de paráfrase, permitindo substituição e quantificação. Entretanto, toda paráfrase relacional é suscetível a um contra-exemplo *à la* Frege. Termos em posições transparentes são usados para se referir a um objeto, independentemente da maneira de se referir. É com estas considerações quineanas que Kaplan escreve seu *Quantifying In*. Dirigimos nossa atenção, na sequência, a este trabalho.

### 2.1.2 O projeto do *Quantifying In*

O ponto de partida de Kaplan, em seu *Quantifying In* (Kaplan, 1968), é o mesmo de Quine: o problema dos contextos opacos. Kaplan nota, como é de se esperar, que contextos opacos falham no teste de

substituição e na generalização existencial. Ademais, o autor contrasta de maneira estanque duas estratégias para lidar com o problema: uma estratégia trata contextos opacos como casos de uso, já a outra os trata como casos de menção. Quine é imediatamente identificado como o autor que trata contextos opacos, em larga medida, como citações – tais contextos seriam “acidentes ortográficos”<sup>52</sup> (Kaplan, 1968, p. 178).

A teoria que trata contextos opacos não como casos de menção, mas de uso, é a de Frege. Notem que a distinção aqui tratada não atribui a Frege uma posição semanticamente inocente. Mesmo que os termos dentro de contextos opacos, em Frege, sejam usados e não mencionados, isso não implica que sua referência é a ordinária nestes casos. A ideia é, como sabemos, que a referência usual dos termos é alterada, não havendo falha de substituição de termos co-extensivos. Portanto, a diferença entre Frege e Quine não se dá na medida em que uma teoria é inocente, enquanto a outra não é; ela pode ser vista quando temos em mente a distinção entre uso e menção. Para Frege, expressões em contextos opacos possuem referência, não são meramente um *display* – apenas sua referência está alterada.

No balanço entre as duas estratégias, Kaplan parece favorecer a fregeana. Em primeiro lugar, isso se dá pois Kaplan parece aceitar um princípio fregeano que foi chamado por Eaker (2004, p. 383) de *princípio das representações mediadoras*. A ideia, seguindo também Kaplan (2013, p. 26) e Almog (2005, p. 509)<sup>53</sup>, é que não existem crenças

---

<sup>52</sup> A ideia de um acidente ortográfico pode ser vista no seguinte exemplo. “Dentro” da palavra ‘sapato’ estão inclusas letras que formam a palavra ‘pato’. Entretanto, em usos de ‘sapato’, não estamos ao mesmo tempo usando o termo ‘pato’. Que este ocorra no meio daquele é meramente um *acidente ortográfico*.

<sup>53</sup> Voltaremos a falar do texto de Almog. No trecho, o autor comenta a tese de “desunidade” (*disunity*), a ideia que pode ser resumida em um lema: crenças são *de dicto*, mas atribuições de crenças são *de re*. A ideia, seguindo (Kaplan, 2013) e a infame

(ou, em geral, atitudes proposicionais) que sejam puramente *de re*, isto é, que sejam puramente sobre os objetos aos quais dizem respeito. Sempre é necessária uma representação mediadora. A razão para isso se deve largamente à suscetibilidade da crença relacional aos casos de Frege. Parece que toda crença *de re* pode ser vítima de um caso de Frege (Kaplan, 2013). Em Frege vemos a aceitação deste “princípio” claramente, na medida em que o sentido atua como uma entidade mediadora<sup>54</sup>. A aceitação deste princípio, no *Quantifying In*, se tensiona com a leitura relacional das atitudes de Quine, na medida em que esta parece atribuir ao agente algum tipo de atitude puramente *de re*.

Em segundo lugar, Kaplan parece impressionado com a “beleza e o poder” (Kaplan, 1968, p. 185) do método fregeano de tratamento de contextos opacos. Mesmo se não aceitarmos a teoria do SR de Frege, Kaplan nota que dada a força da estratégia fregeana, se o teórico não quiser apelar para sentidos, talvez seja hora de começar a formular uma teoria que possa desempenhar papéis semelhantes. O começo de tal busca se dá por meio de uma análise da teoria de Frege para a

---

nota de rodapé do SR (Frege, 1892) é que, por um lado, toda crença é de tal forma que depende de uma maneira específica de representar um objeto. Novamente, não existiria um estado mental ou atitude puramente *de re*. Por outro lado, nossas práticas comunicacionais de atribuições de crença usualmente extrapolam o modo de apresentação específico sendo utilizado pelo agente ao qual a crença é atribuída. Nós não precisamos nos comprometer com a maneira que S pensa sobre P para atribuir a ele a crença que P; basta que a referência (dos componentes) da atribuição seja a mesma da atitude atribuída.

<sup>54</sup> ‘Representação’ foi usada aqui em sentido amplo. Sentidos em Frege, como vimos no capítulo 1, não são representações mentais ou *ideias*, mas objetos abstratos objetivamente compartilhados entre os falantes de uma língua. De qualquer forma, o sentido fregeano atua como entidade mediadora, intermediária, entre sujeito e objeto. O objetivo deste capítulo é encontrar uma entidade do tipo que seja compatível com o referencialismo.

quantificação dentro de contextos citacionais – atenção, a teoria de Frege é anterior à de Quine, portanto o tratamento dado às citações difere daquele oferecido aos contextos opacos. Vamos seguir o exemplo de Kaplan:

13) ‘9 é maior que 5’ é uma verdade da aritmética

Podemos quantificar dentro do contexto citacional da seguinte forma. Tomando letras gregas como variáveis de um domínio de quantificação restrito a expressões, temos:

14)  $\exists \alpha$  tal que ‘ $\alpha$  é maior que 5’ é uma verdade da aritmética

Permitir este tipo de quantificação em contextos citacionais representa mais uma quebra com o paradigma quineano. Uma menção não mais torna a sentença mencionada um mero *display*, um símbolo único e não analisável em partes. Podemos quantificar, com um domínio restrito, em partes de sentenças mencionadas. Com esta possibilidade de quantificação em mente, podemos continuar. Kaplan (1968, p. 188) passa então a tratar dos operadores doxásticos, seguindo em linhas gerais a estratégia fregeana. Contextos opacos alteram a referência dos termos de sua denotação usual para outra. Aqui, também com preocupações ontológicas em mente, Kaplan sustenta que a referência será alterada para as expressões elas mesmas, não para os sentidos. Reescrevemos (3) como:

15) S acredita que ‘Zico é meio campista’

Aqui, a relação ‘acreditar-que’ é uma relação binária entre um agente e uma sentença. A leitura (15), assim como o sentido nocional de crença quineano, não permite a quantificação dentro do contexto opaco. Face ao ganho expressivo da estratégia quineana, a capacidade de representar o sentido relacional, isso seria uma perda – se toda atitude proposicional fosse analisada nesta versão alterada da estratégia fregeana, alterar a referência usual dos termos para as expressões elas mesmas, não conseguiríamos mais expressar o sentido relacional de crenças (ou destrinchar as duas leituras de (6)). Notemos que, mesmo se Kaplan defende que toda crença é mediada por alguma representação, isso não significa que ele desistiu de, do seu ponto de vista, chegar a resultados similares aos de Quine. O ponto é justamente alcançar uma teoria da mediação para crenças singulares, absorvendo o sentido relacional e evitando os casos de Frege. É neste contexto que as considerações sobre a teoria fregeana da citação e as chamadas “representações intermediárias” se unem.

Kaplan nota que, mesmo se Zico e ‘Zico’ forem entidades diferentes, um objeto e um nome, há uma relação íntima entre ambos: um se refere ao outro. Por meio de um operador de denotação, o operador  $\Delta$ , Kaplan (1968, p. 189) encontra uma maneira de quantificar em contextos atitudinais. Partindo de (15), podemos quantificar ao aplicarmos o operador  $\Delta$  da seguinte maneira:

$$16) \exists \alpha \text{ tal que } (\Delta(\alpha, \text{Zico}) \ \& \ B_s \text{ ‘}\alpha \text{ é meio campista’})$$

O operador  $\Delta$  é lido como ‘x designa y’. Assim, lemos a primeira fórmula da conjunção acima como expressando o fato de que existe uma expressão linguística que se refere a um determinado objeto. A quantificação dentro do contexto opaco gerado pelo operador

doxástico se dá na medida em que a expressão linguística mencionada dentro da citação é substituída por uma variável ligada fora do contexto opaco.

Neste ponto do argumento, quem atua como “entidade intermediária” (como evidenciado pelo operador  $\Delta$ ) é uma expressão linguística. Esse movimento permite a Kaplan (1968, p. 192) lidar de maneira confortável com Casos de Frege. Lembremos que a leitura relacional, aberta à substituição e a quantificação, parece também permitir a atribuição de crenças contraditórias ao nosso agente: ele pode, de Zico, acreditar que ele é e não é um meio campista. Mas com o apelo às expressões *qua* entidades intermediárias, podemos construir a seguinte análise:

3) S acredita que Zico é meio campista

17) S acredita que Arthur Antunes Coimbra não é meio campista

Podem ser parafraseados, respectivamente, como

16)  $\exists \alpha$  tal que  $(\Delta(\alpha, \text{Zico}) \ \& \ B_s \text{ ‘}\alpha \text{ é meio campista’})$

18)  $\exists \beta$  tal que  $(\Delta(\beta, \text{Zico}) \ \& \ B_s \text{ ‘}\beta \text{ não é meio campista’})$

O que nos leva à conjunção:

19)  $\exists \alpha \exists \beta$  tal que  $(\Delta(\alpha, \text{Zico}) \ \& \ (\Delta(\beta, \text{Zico}) \ \& \ B_s \text{ ‘}\alpha \text{ é meio campista’} \ \& \ \text{‘}\beta \text{ não é meio campista’}))$

A análise parece completa. Temos com estas fórmulas uma atribuição relacional que não atribui crenças transparentes e contraditórias ao agente. Isso pois uma atribuição como (16), por

exemplo, nos diz que existe uma expressão tal que a mesma se refere a um objeto e, via tal expressão, S acredita que a sua referência é meio campista. Kaplan consegue, dentro deste programa de pesquisa Quineano, oferecer uma paráfrase de sentenças com operadores doxásticos. A paráfrase adota elementos fregeanos, como a restrição do domínio de quantificação e a alteração da referência dos termos em contextos opacos, mas não se compromete com sentidos. O papel intermediário é exercido por nomes, com ajuda de um operador de denotação; temos uma nova versão do sentido relacional de crença, uma versão que lida bem com Casos de Frege, mantendo o mesmo poder expressivo da proposta de Quine.

Entretanto, existe uma última dificuldade. Este problema, em suma, trata da permissibilidade para com a paráfrase realizada acima. Quando exatamente é possível reescrever uma atribuição de crença no sentido relacional? Notemos que, até aqui, esta questão foi deixada de lado. Kaplan se preocupa com o fato de que, do jeito que está, sua teoria é muito permissiva e colocaria os agentes das crenças “[...] *en rapport* com um excesso de indivíduos” (Kaplan, 1968, p. 194). A expressão ‘*en rapport*’ aqui diz respeito justamente ao sentido relacional e singular de crença. Para vermos como isso pode ser o caso, comecemos com uma crença como

20) S acredita que existem meio campistas

(20) busca expressar, assim como o sentido nocional de Quine, uma crença “geral”. Digamos que, a partir da crença acima, nosso agente tenha uma outra crença quase analítica (Kaplan, 1968, p. 193) como

21) S acredita que o meio campista mais alto é um meio campista

Se de fato houver um meio campista que seja o mais alto, podemos querer realizar a exportação ou paráfrase

22) Do meio campista mais alto, S acredita que ele que é meio campista

E de (22) podemos, via generalização existencial, chegar em

23) Existe alguém tal que S acredita que ele é meio campista

O que o argumento acima mostra é que, se a estratégia de paráfrase for aplicável de maneira irrestrita<sup>55</sup>, uma crença que não deveria ser sobre nenhum objeto em particular, como (20), passa a dizer respeito a algum objeto em particular, como (23).

Qual a solução? De maneira interessante, Kaplan vai qualificar os tipos de nomes, os tipos de representações intermediárias, que devem estar operando para que haja de fato uma relação, uma *rapport*, entre o sujeito da crença e o objeto. Nestes casos, a exportação é permitida. Haverá, aqui, a qualificação do tipo de entidade que vai desempenhar papel de “entidade intermediária”; não se trata apenas de nomes, mas sim de *nomes vívidos*, um tipo de representação que funciona como *proxy* do objeto na cognição do agente (Kaplan, 1968,

---

<sup>55</sup> Salmon (2010) chama de *latitudinarianismo* a doutrina que permite a exportação de maneira irrestrita. Nos termos do autor, uma doutrina do tipo é aquela que permite inferimos de uma atribuição nocional (ou *de dicto*) como (21), em conjunção uma premissa existencial como (20), uma atribuição relacional (ou *de re*) como (23).

p. 197). Entender a estrutura e aplicação dos nomes vívidos é objetivo da próxima seção.

### 2.1.3 Nomes vívidos

Nesta seção, apresentaremos a noção kaplaniana de “nomes vívidos”, após extensa contextualização. Nosso foco será em (i) salientar como o autor antecipa e compatibiliza uma meta-semântica relacional com uma teoria das “representações intermediárias”, (ii) qual o papel que descrições, *qua* conjuntos de informações, e não condições de identificação, desempenham.

Kaplan (1968, p. 197-198) propõe uma distinção entre o chamado *conteúdo descritivo* de um nome e seu *caráter genético*. Para ilustrar a distinção, Kaplan chama atenção para algumas características da fotografia. Uma foto usualmente representa algum objeto por meio de cores e sua saturação, formas ou iluminação. Estes traços fazem parte do conteúdo descritivo da fotografia. Mas a fotografia é de (*is of*) algum objeto em virtude de uma cadeia causal que remete ao objeto que foi fotografado. Kaplan, antes das palestras de Kripke em Princeton em 1970 e trabalhando dentro de um *framework* largamente fregeano, já antecipa a centralidade das cadeias causais.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Kaplan (2013, p. 25) comenta que, no *Quantifying In*, ele trabalhava dentro da tradição fregeana. O autor nos diz que, mesmo se a ideia de uma cadeia causal definir a referência de um termo for estranha à teoria de Frege, não existe inconsistência entre os mecanismos causais e muito da tradição fregeana. Evans (1982, p. 77) também nota como Kaplan antecipa, independentemente de Kripke, a centralidade da noção de causalidade para a determinação da referência das nossas crenças ou pensamentos. Notemos também que o projeto do *Quantifying In* não se enquadra como uma instância daquilo que Evans chamou de Modelo Fotográfico da representação: um tipo de modelo que defende a suficiência da relação causal, direta ou indireta, para a fixação da referência de alguma representação. Os critérios de acurácia que Kaplan

Estas dimensões, conteúdo descritivo e caráter genético, devem ser dissociadas na medida em que uma foto pode continuar sendo de um objeto, mesmo se todo o conteúdo descritivo da mesma não for *satisfeito* pelo objeto. Se uma foto se deteriora com o tempo, perdendo sua saturação, cor ou até mesmo deixando de representar os contornos dos objetos fotografados, isso não implica que ela deixará de ser uma foto daquele objeto que foi fotografado. Da mesma forma, se dois gêmeos idênticos forem fotografados em dois registros diferentes, mesmo que muito (ou tudo) do conteúdo descritivo das fotos coincida, elas continuarão a ser de objetos diferentes.

Na realidade, em relação à sua meta-semântica, as dimensões genéticas e descritivas de uma foto podem variar independentemente. Podemos registrar uma foto de um objeto e, por um erro no mecanismo de produção da mesma, *todo* o conteúdo descritivo pode não ser satisfeito pelo objeto fotografado. Além disso, o conteúdo descritivo pode ser inteiramente satisfeito por um objeto que não é sua origem causal. Ainda assim, mesmo que o objeto registrado não satisfaça nenhum traço assinalado no conteúdo descritivo da fotografia, a mesma vai continuar sendo do objeto, na medida em que

---

elencas, a serem discutidos abaixo, já são uma qualificação de sua teoria, de tal forma que uma “mera” relação causal não é suficiente para a atribuição de um pensamento *de re* para o agente em questão. Nesse sentido, Evans e Kaplan (no QI) concordam. Em uma nota de rodapé, Kaplan (1968, p. 199, n. 24) comenta a influência de Kripke no que toca a função do caráter genético em sua teoria. Os exemplos e argumentos de Kripke já circulavam, mesmo se em conversas particulares, antes de sua famosa conferência. Mesmo assim, a novidade em Kaplan está em posicionar o caráter genético no centro de uma meta-semântica para entidades teóricas que, como veremos, não são exatamente expressões linguísticas e em aliar esta meta-semântica a um princípio como o das representações mediadoras. Parte do argumento deste capítulo é mostrar como essa união nos fornece recursos para enfrentar questões ligadas ao valor cognitivo.

este desempenha o papel de origem causal da foto. Claro, o inverso também pode ocorrer: por um erro no mecanismo, talvez um problema na lente da câmera fotográfica, podemos ter um conteúdo descritivo riquíssimo, mas que não diz respeito a objeto nenhum. Por fim, se por sorte um mecanismo produz um conteúdo descritivo rico que é de fato satisfeito por um e apenas um objeto, mas tal objeto não foi a origem causal da produção da foto ou representação, então mesmo assim a foto não é do objeto em questão.

A adaptação destas considerações sobre fotografias para nomes é direta. Reconhecemos que nomes possuem não só um caráter genético, mas também um conteúdo descritivo associados a si mesmos. Se temos em mente as considerações referencialistas, vemos aqui um método de fixação relacional da referência e, ao mesmo tempo, conjuntos de informações associadas a cada nome. Podemos construir tais informações como descrições ('... é um meio campista', '... é um jogador de futebol', *etc*), apesar de isto não deixar de ser uma simplificação. Kaplan (1968, p. 208) nota que as informações agrupadas pelo nome vívido podem variar para além de descrições, contendo imagens, sons e possivelmente outros formatos representacionais. A título de simplicidade, e tendo em vista os desenvolvimentos posteriores dessas considerações kaplanianas, tomaremos tais informações como descrições, definidas ou indefinidas. De qualquer forma, elas não desempenham papel meta-semântico.

Uma aplicação direta dos nomes vívidos diz respeito ao problema que Salmon (2010) chamou de latitudinarismo, i.e., inferir uma atribuição relacional de uma atribuição nocional (os passos (20)-(23) acima). Além de terem esta estrutura geral que, *prima facie*, permite uma variação das dimensões genéticas e descritivas, Kaplan

(1968, p. 203) impõe três *constraints* sobre nomes vívidos que devem ser satisfeitas para que tenhamos uma atribuição relacional bem sucedida. São elas: (i) o nome vívido *n* deve denotar a referência *o*, (ii) o nome vívido *n* deve ser um nome de *o* (*a name of o*) para o sujeito *S* e (iii) o nome deve ser suficientemente vívido. Não poderíamos exportar o termo singular sem a satisfação destas condições. A seguir, vamos destrinchá-las.

A condição (i) tenta garantir a acurácia da representação. É possível que haja um ponto de ancoragem, um nome, que angarie apenas informações falsas da sua fonte causal. Entretanto, é muito difícil imaginar que tal nome possa desempenhar um papel relevante e funcional na vida do sujeito. Claro, algum grau de falibilidade deve ser permitido, mas se angariamos no nome vívido apenas informações falsas da referência, há algo de errado acontecendo. A condição (ii) representa o aspecto relacional do quadro de Kaplan. A referência do arquivo é fixada de maneira relacional, por meio de uma relação causal, independentemente da satisfação ou não das condições descritivas. Não há crença relacional sem relação causal (Eaker, 2004, p. 385)<sup>57</sup>. A conjunção de (i) com (ii) apontam para a ideia de que, para

---

<sup>57</sup> Este ponto deve ser qualificado. Apesar de Kaplan defender a tese em QI, a literatura posterior sobre pensamento singular não entrou em consenso sobre o assunto – na realidade, o próprio Kaplan passou a discordar de si mesmo. No capítulo 1, discutimos em nota de rodapé a questão dos nomes descritivos e como Evans e Kaplan possuíam posições opostas no debate. No caso, tratamos da posição de Kaplan (1978 e 1989b) em *Dthat* e *Afterthoughts* que pode ser chamada de instrumentalista (Recanati, 2010 e Jeshion, 2010). Para o Kaplan posterior, a existência de um nome próprio, independentemente de ser um nome descritivo ou não, já é capaz de formar um pensamento singular. O Kaplan do *Quantifying In* discorda. Aqui, nomes como ‘Newman 1’ ou ‘Julius’ não podem ser exportados ou utilizados para atribuir crenças relacionais ou *de re*. Recanati lê Evans como um autor que defende a forte associação entre pensamento singular e a existência de uma relação de *acquaintance* entre

que a representação do objeto seja acurada, as informações associadas ao nome vívido devem ser verdadeiras do objeto que é a origem causal do mesmo.

Já (iii) impõe uma condição a mais. Podemos falar de um maior ou menor grau de vivacidade entre os nomes. Especificamente, se compararmos o conteúdo descritivo, digamos, de uma foto de qualidade e uma foto antiga, claramente podemos dizer que uma é mais vívida que a outra. Transpondo essa intuição para os nomes vívidos, a condição de vivacidade (iii) busca impedir a atribuição de uma crença singular em casos de escassez informacional. Digamos que Ralph escute na televisão pela primeira vez um jornalista dizer “Ortcutt escapa da prisão”. Esta é a primeira e única vez que Ralph escuta este nome e a única informação associada ao mesmo é ‘... escapou da prisão’. Não parece que Ralph, neste caso, seja capaz de ter um pensamento *de re* sobre Ortcutt, apesar do nome ter como referência o objeto. Para atribuímos uma crença relacional, o nome precisa ser suficientemente vívido, ele precisa desempenhar um papel relevante na vida cognitiva do agente<sup>58</sup>. Ortcutt simplesmente não é relevante para Ralph, neste contexto<sup>59</sup>.

---

sujeito e objeto. Como veremos na sequência desta seção, o Kaplan do *Quantifying In* certamente pode ser colocado ao lado de Evans.

<sup>58</sup> Ver Jeshion, 2010, p. 135-136. Ou ainda, como escreve Kaplan: “Os nomes vívidos “representam” aquelas pessoas que desempenham papéis importantes naquela história interna que consiste em todas as sentenças que Ralph acredita. Eu coloquei ‘representam’ em aspas para lembrar que pode não haver nada que é de tal forma “representado”. (Kaplan, 1968, p. 201).

<sup>59</sup> Claro que, dados os interesses e as motivações de Ralph, o caso poderia ser diferente. Se Ralph for um policial, ouvir a enunciação acima pode levar o agente a querer descobrir mais informações sobre Ortcutt, i.e., pode fazê-lo enriquecer as informações possuídas sobre Ortcutt. À medida em que este processo ocorre, Ralph pode passar a satisfazer os critérios kaplanianos e pode passar a ter uma crença *de re* sobre Ortcutt.

Como notam Eaker e Salmon (2010, p. 73), o tema aqui é intimamente ligado com a distinção entre conhecimento por descrição e conhecimento por *acquaintance* de Russell (1912). Seguindo os autores, o critério de vivacidade é uma forma de, dentro da tradição fregeana, replicar a ideia russelliana de estar “em contato” com os objetos. Kaplan quer atribuir crenças relacionais somente àqueles sujeitos que estão *en rapport* com seus objetos. Ele o faz estabelecendo os critérios acima, que devem ser satisfeitos para que a exportação possa ser realizada. O resultado é a substituição do operador  $\Delta$  pela relação de representar,<sup>60</sup> uma relação entre uma referência, um sujeito e um nome vívido. Ao invés de expressões linguísticas, são os nomes vívidos que atuam como entidades intermediárias.

Assim, dizemos que um nome vívido  $n$  representa um objeto  $o$  para um sujeito  $S$ , sse as condições (i), (ii) e (iii) acima estão satisfeitas. (i) consiste na exigência de que o conteúdo descritivo deve ser satisfeito pelo objeto; (ii) acomoda o fato de que a referência deve desempenhar um papel causal na produção da representação; (iii) demanda que o conteúdo descritivo do nome vívido deve ser suficientemente rico. Este movimento evita o perigo do latitudinarismo. Não podemos exportar ‘o meio campista mais alto’ em (21), pois não se trata de um nome vívido! Em casos de satisfação dos critérios acima, temos, com isso, a generalização existencial a partir de uma atribuição doxástica relacional como (Kaplan, 1968, p. 203):

---

Este é, em parte, o argumento de Jeshion (2010), se lermos a vivacidade do nome em questão como ligado a significância que um nome pode ter para tal e tal agente.

<sup>60</sup> Usamos a notação de Salmon, 2010.

13) De Zico, S acredita que ele é meio campista

24)  $\exists n$  tal que  $R_b(n, \text{Zico}, S)$  &  $B_s$  'n é meio campista'

(24) captura o sentido relacional de crença ao articular, na atribuição, uma entidade intermediária, um nome vívido. Posse de nome vívido é então tida como essencial para posse de crença singular. O sujeito S em (24) pensa algo de Zico pois ele possui um nome vívido  $n$  que possui como origem causal Zico, que aglomera um número suficientemente grande de descrições, sendo estas satisfeitas por Zico. Com esta teoria, Kaplan não perde de vista o sentido relacional de crença quineano, ainda mais dado o perigo do latitudinarismo. Mas, também, ele oferece os recursos para evitar o grande problema que assolou Quine: o Enigma de Frege!

O tipo de solução para o Enigma que este trabalho defenderá pode ser antecipado com a teoria dos nomes vívidos. *A ideia é que um sujeito racional pode ter crenças contraditórias pois ele possui nomes vívidos diferentes para a mesma referência.* Digamos que S possua dois nomes vívidos ZICO e ARTHUR ANTUNES COIMBRA. Ambos remetem a uma mesma origem causal, Zico. Ambos são suficientemente vívidos, desempenhando um papel relevante na vida cognitiva do agente<sup>61</sup>. E, por fim, em ambos os casos a maioria das descrições associadas são satisfeitas pela origem causal. Neste tipo de caso, é plenamente possível que nosso agente tenha duas crenças de

---

<sup>61</sup> Para ilustrar o exemplo: digamos que S fosse antigo vizinho de seu Antunes, pai de Zico. Que, nos anos 50, S pedia ajuda para aquele menino, o caçula da família, ajudá-lo com os afazeres domésticos. S, assim, adquiriu um nome vívido para ARTHUR. Anos depois, perdendo contato com a família Antunes, S vai assistir um jogo do Flamengo no Maracanã. Dados seus interesses e motivações (Jeshion, 2010), S está atento quanto ao desempenho dos jogadores e se impressiona com um dos jogadores do time, que estava vestindo a camisa 10. Assim, ele adquiriu um nome vívido ZICO neste contexto.

Zico, mas que são contraditórias. Atribuições na forma de (24) continuam sendo verdadeiras pois o quantificador atua sob um domínio de nomes vívidos – e, pois, de fato existem dois nomes vívidos diferentes neste caso.

24)  $\exists n$  tal que  $R_b(n, \text{Zico}, S) \ \& \ B_s \text{ 'n é meio campista'}$

25)  $\exists n'$  tal que  $R_b(n', \text{Zico}, S) \ \& \ B_s \text{ 'n' não é meio campista'}$

Podemos concluir uma conjunção na forma de (19):

26)  $\exists n \exists n'$  tal que  $R_b(n, \text{Zico}, S) \ \& \ R_b(n', \text{Zico}, S) \ \& \ B_s \text{ 'n é meio campista' } \ \& \ \text{'n' não é meio campista'}$

Ademais, é fácil ver como uma identificação entre os nomes ZICO ( $n$ ) e ARTHUR ( $n'$ ) pode também ser informativa. Entretanto, deixaremos os detalhes da aplicação destes recursos para o próximo capítulo. A razão é a seguinte: os recursos desenvolvidos por Kaplan são centrais e de extrema importância. Entretanto, alguns pontos são deixados sem desenvolvimento, ou ainda certos esclarecimentos não são fornecidos. Por exemplo: o que exatamente é um nome vívido? Em que medida a posse de um nome é necessária para termos uma crença *de re*? Como se dá a atualização das informações no nome vívido? Estas e outras questões são respondidas em uma versão contemporânea do tipo de teoria proposta por Kaplan, a saber, a teoria dos arquivos mentais. A próxima seção (2.2) se dedicará a apresentar os avanços das discussões sobre arquivos. A ideia é ter uma noção mais robusta desta “entidade intermediária” que desempenhará o papel teórico relevante. Com ela, poderemos enfrentar os desdobramentos do Enigma frontalmente no próximo capítulo.

## 2.1.4 Conclusão

Nesta seção, buscamos introduzir uma das fontes que primeiro articulou uma teoria de arquivos mentais: Kaplan e seus nomes vívidos. Para isso, apresentamos a dialética entre os trabalhos de Quine e o projeto kaplaniano no QI. Este percurso nos rendeu alguns temas interessantes. Em primeiro lugar, aproximou as discussões do Enigma ao fenômeno do pensamento singular, mostrando como uma leitura transparente (ou não mediada) das atitudes proposicionais relacionais são suscetíveis aos Casos de Frege. É por isso que Kaplan defende o tal Princípio das Representações Mediadoras (Eaker, 2004) – todo estado mental (e, portanto, atitude proposicional) envolve algum tipo de representação. Por fim, vimos como Kaplan constrói as representações aqui relevantes, os seus nomes vívidos. Sua principal contribuição é a estrutura dual de nomes vívidos, dada a distinção entre conteúdo descritivo e caráter genético. Na próxima seção, vamos apresentar uma teoria de arquivos mentais propriamente dita, vendo como os apontamentos de Kaplan são desenvolvidos.

## Seção 2.2 – Arquivos mentais

### 2.2.0 Introdução

As ideias de Kaplan, em seu *Quantifying In* e em subsequentes trabalhos, foram muito influentes, principalmente em alguns autores que lidavam com os impactos dos argumentos referencialistas de Donnellan, Kripke e do *Demonstratives* do próprio Kaplan. Um

exemplo relevante para nós aqui é Perry. O autor nos fornece uma série de precisões e desenvolvimentos das ideias que apresentamos até aqui. Tais precisões nos habilitam a enfrentar o Enigma frontalmente, buscando um tipo de solução compatível com o referencialismo.

## 2.2.1 Introduzindo arquivos mentais

A ideia de um “arquivo mental” surge, em Perry (1980b), em um trabalho sobre um problema com relação íntima ao Enigma: o problema da individuação de crenças no tempo (*continued belief*). Parece claro que humanos podem continuar a acreditar “na mesma coisa” ao longo do tempo. Mais especificamente, mesmo se nossa posição no espaço e no tempo muda, alterando assim o contexto em que nos encontramos, possuímos a capacidade de reter uma crença através destas alterações. Entender exatamente o que significa reter uma crença, entretanto, se provou um grande desafio.

Uma forma inicial e problemática de tentar explicar o que significa a retenção de uma mesma crença é através daquilo que Perry chamou de *texto* (Perry, 1980a). Por exemplo, João e Maria podem acreditar na mesma coisa ao crerem que João é brasileiro. Mas João pode expressar tal crença dizendo ‘Eu sou brasileiro’, enquanto Maria diria que ‘João é brasileiro’. A proposição expressa é a mesma, mas o *texto* que expressou tal proposição é diferente em cada caso. Se para “acreditar na mesma coisa” for necessário a manutenção do texto, então João e Maria não acreditam na mesma coisa. Claro, se fixarmos o texto ‘eu sou brasileiro’ através dos falantes, em cada caso o contexto kaplaniano restrito sendo diferente, então a proposição expressa também será diferente. Isso significa que João e Maria acreditam “na

mesma coisa” quando creem que, respectivamente, <João, ser brasileiro> e <Maria, ser brasileiro> – um resultado inaceitável.

O mesmo problema surge em casos diacrônicos e intrapessoais, não apenas sincrônicos e interpessoais. Eu vejo uma pessoa ao longe e penso ‘ele é alto’. Me aproximando, momentos depois, digo para esta pessoa ‘você é alto’. A proposição se manteve a mesma, mas o texto foi alterado; ainda assim diríamos que minha crença se manteve a mesma. Claro, não podemos também querer dizer que a manutenção diacrônica da proposição é critério suficiente para a manutenção da mesma crença; isto por razões intimamente ligadas ao Enigma de Frege. Por exemplo, eu posso crer que Zico é um meio campista e crer que Arthur Antunes Coimbra é um meio campista, mesmo se eu nego veementemente que Zico e Arthur sejam a mesma pessoa. Proposições idênticas, crenças diferentes<sup>62</sup>.

A questão da crença continuada diz respeito àquilo que Kaplan (1989a) chamou de *dinâmica cognitiva*, um problema que remete

---

<sup>62</sup> Um dos temas centrais ligados aos casos de dinâmica cognitiva diz respeito ao tipo de palavra e ao tipo de contexto sendo explorado nos exemplos. Quando temos indexicais, o significado convencional ajuda o falante a rastrear os objetos à medida em que o contexto restrito muda. A passagem de ‘ele’ para ‘você’ é feita na medida em que a relação entre falante e “ouvinte” muda – a alteração nos indexicais reflete a mudança contextual. Este mesmo tipo de dinâmica não está disponível para nomes próprios, visto que o significado destes (seu *character*) é uma função constante que nos leva sempre ao mesmo objeto. Nos termos de Perry (2011), o *meaning* de um nome próprio atribui (de maneira permissiva) ao termo um objeto, não uma condição identificadora. Em geral, o tipo de contexto relevante para determinar quando usos diferentes de nomes próprios são correferenciais (pense em casos ligados à ambiguidade de nomes) é o contexto amplo, não restrito. Se em *t*<sup>1</sup> S usa o nome ‘Arthur’ e em *t*<sup>2</sup> usa o mesmo nome, o tipo de informação relevante para tentar determinar que se tratam de usos correferenciais diz respeito a elementos externos ao contexto kaplaniano, como o tópico da conversa ou informações no *common-ground* da conversa em curso. Ver Stalnaker, 2014; Perini-Santos, 2025b, p. 171-172.

também a Frege. No *Pensamento*, Frege (1918) nota que se um sujeito pode possuir uma mesma crença expressa em  $d^I$  como ‘hoje fez calor’ e expressa em  $d^{+I}$  como ‘ontem fez calor’. De maneira polêmica, Frege defende que, apesar da mudança no texto que expressou tais estados mentais, o Pensamento expresso é o mesmo! Ou seja, o sentido associado a ‘hoje’ em  $d^I$  e a ‘ontem’ em  $d^{+I}$  são o mesmo. É tentando desenvolver esta linha de raciocínio que Evans postula os chamados *dynamic fregean Thoughts* (Evans, 1985, p. 311). A ideia tenta fazer sentido de como um Pensamento pode se manter o mesmo ao longo do tempo, dadas eventuais mudanças contextuais e mudanças na maneira como expressaríamos tal Pensamento (mudanças no texto perryano).

Este é o contexto geral do trabalho de Perry (1980b) que nos interessa aqui. Grande parte do artigo é focado em mostrar como variações da dupla texto/proposição singular não é suficiente para explicar o que significa continuar a acreditar na mesma coisa<sup>63</sup>. Notemos que o aparato em questão faz parte do ferramental teórico referencialista. Perry identifica as sérias dificuldades e propõe a seguinte resposta. O autor começa seu argumento aceitando uma meta-semântica relacional para nomes próprios, assim como os autores do referencialismo. Logo, usos do nome próprio ‘Gottlob Frege’, por exemplo, se referem a Frege, pois tal objeto se encontra na origem de uma cadeia causal-comunicativa de usos do mesmo nome.

---

<sup>63</sup> Claro, o aparato fregeano não é mais simples. O próprio Perry (1977) classicamente explorou dificuldades do arcabouço fregeano de lidar com indexicais e variações contextuais. Além disso, a proposta de Evans ela mesma é polêmica, passando longe de ser uma solução completamente satisfatória para o problema da dinâmica cognitiva. Não exploraremos a teoria de Evans neste trabalho.

Mas Perry (1980b/1993, p. 85) nota que, muitas vezes, não é só a posse do nome que importa para que possamos falar ou pensar sobre objetos<sup>64</sup>, mas também como um conjunto de predicados ou descrições se agrupam no fim da cadeia causal. Se o caráter genético kaplaniano já estava presente, vemos aqui também aquilo que o autor chamou de conteúdo descritivo. O exemplo de Perry é o seguinte: eu posso esquecer completamente o nome de Frege ao passar do tempo, mas se eu mantiver preservado o conjunto de descrições que eu antes associava ao nome, descrições como ‘o pai da lógica moderna’ ou ‘um grande filósofo alemão’, ainda posso pensar sobre Frege ao acessar tais descrições. O que importa é que a origem causal do conjunto de descrições seja de fato Frege.

Sendo assim, seguindo Perry, digamos que em d<sup>1</sup> eu acredito que Frege é um grande filósofo alemão e em d<sup>2</sup>, esquecendo o nome ‘Frege’, eu penso que um certo homem é um grande filósofo alemão (o que Perry chamou de um “*ersatz name*”)<sup>65</sup>. O uso referencial de

---

<sup>64</sup> Assim como Kaplan (1968) foi um tanto ambíguo no que toca a divisão entre linguagem e pensamento, lembremos que o autor não é completamente explícito se nomes vívidos são expressões linguísticas ou representações mentais, Perry também o é nesta passagem.

<sup>65</sup> Neste exemplo, Perry parece estar se aproximando da ideia de uma crença *de re* ou ainda do sentido relacional de crença buscado por Quine e Kaplan. Ao considerar como uma descrição indefinida, ‘um certo homem’, pode desempenhar este papel, Perry escreve: “Predicados não precisam de um termo singular para serem agrupados. Uma sentença quantificada serve este propósito: “Algum homem usa gravata texana, terno amarrotado, fuma um cachimbo, atitude matemática e é um reitor.” Tal sentença entre meus textos nos levaria naturalmente a pensar nela como aquilo em que permite uma crença geral a ser dada, ao invés de uma crença sobre uma pessoa particular. Entretanto, isto parece ser um erro [...]. Considere a frase ‘um certo homem’ -- descrita no dicionário como significando “sem mais descrições ou mais nomeações específicas, mas assumidas de serem conhecidas”. Se eu digo “um certo homem usa gravata texana e ternos amarrotados”, pensariam que tenho um certo homem em mente e não meramente estar fazendo um chute de que há pelo menos uma pessoa

descrições deve estar em nossa mente aqui. Tal descrição indefinida acessa o mesmo conjunto de descrições, o mesmo conteúdo descritivo, do meu uso anterior em d<sup>1</sup> de ‘Frege’. Como a fonte de tal conjunto é a mesma, eu penso sobre o mesmo objeto em ambos os casos. Como diz Perry, tais descrições estão armazenadas não em um nome vívido, mas no mesmo *arquivo mental*. Esta passagem, de nomes vívidos para arquivos, nos beneficia imensamente. Em primeiro lugar, como mostra esta discussão de Perry, nós tiramos o nosso foco da existência de um nome propriamente dito.

Um arquivo não é um nome – a nomenclatura kaplaniana é imprecisa. É possível agrupar um conjunto de descrições que dizem respeito a um mesmo objeto sem nunca atribuir nenhum nome a este conjunto de informações. Por exemplo, digamos que eu comece a angariar informações que remetem a uma mesma fonte. Eu observo um objeto e angario descrições como {... é F}, {... é G} e *etc.* Como eu tomo a fonte de tais descrições como sendo a mesma, tomando as descrições como sendo satisfeitas por essa fonte, elas se agrupam. Neste caso, um arquivo é aberto. Não é necessário haver nenhum nome próprio envolvido neste processo, ainda mais que, neste exemplo, trata-se de um caso de abertura de arquivo via percepção. Claro, a atribuição de um nome, uma etiqueta, a este conjunto de informações pode ajudar na evocação da informação – o que não torna tal atribuição necessária.

Dado que um arquivo é aberto, e dado que pode haver perturbações no mecanismo que angaria a informação, de tal forma a

---

no mundo que se vista assim. “Um certo homem” funciona, direi, como um nome ersatz. Em virtude de ter aceitado a sentença, eu acredito de um certo indivíduo que ele se veste da maneira descrita” (Perry, 1980b/2000, p. 84).

gerar um conjunto de descrições falsas da fonte do arquivo<sup>66</sup>, Perry chama atenção para um traço fundamental dos arquivos. Pode haver mudanças diacrônicas no conteúdo descritivo de um arquivo, sem que com isso o arquivo ele mesmo mude radicalmente ou deixe de existir. Como a fixação da referência, da fonte, se dá de maneira causal e relacional, não há perigo em alterar radicalmente o conteúdo descritivo – não perdemos com isso a referência. Em princípio, é possível alterar *todas* as informações descritivas contidas no arquivo, sem com isso perder a referência ou fonte do arquivo<sup>67</sup>. Essa característica do quadro permite um rastreamento diacrônico do objeto em situações nas quais as propriedades do mesmo mudaram radicalmente.

Perry busca resolver o problema da crença continuada com os recursos assinalados acima (e fortemente influenciado por Kaplan, dado ainda como o autor chama atenção para a conexão entre posse de nome vívido e crença). Nós continuamos a crer “na mesma coisa” na medida em que utilizamos um mesmo conjunto de informações, intocado ou até mesmo completamente atualizado, em dois momentos diferentes. O que é relevante para definir quando um mesmo conjunto, um mesmo arquivo, é usado é a cadeia causal que

---

<sup>66</sup> Lembremos aqui da analogia de Kaplan com a fotografia. É aqui que vemos a influência decisiva do autor (sendo citado por Perry). Uma foto pode ser de um objeto mesmo se tal objeto não se assemelha à foto, isto é, se não satisfaz nenhuma informação contida no conteúdo descritivo da foto.

<sup>67</sup> Reforçamos: um arquivo mental que possua todas as informações associadas a si falsas é inviável, dificilmente desempenhando algum papel relevante na vida do agente. Como a referência do mesmo é fixada relacionalmente, as informações falsas podem não afetar a referência ela mesmo; mesmo assim, a falsidade não pode ser perversiva. Com isso em mente, Kaplan postula as condições para o pensamento singular discutidas acima. Tais condições visam evitar um conceito implausível, com todo seu conteúdo descritivo falso.

remete à referência<sup>68</sup>. Perry não nos oferece muitos detalhes (pelo menos não como Recanati (2012 e 2024)) de como registramos ou rastreamos as cadeias, mas por ora isso não importa. A ideia intuitiva que resulta da discussão é que diferentes cadeias causais geraram diferentes arquivos mentais, diferentes conjuntos de informações. Claro, isso seria o caso mesmo se a fonte de ambas a cadeia fosse a mesma. Falaremos mais sobre este tema abaixo.

Com Perry, conseguimos descrever de maneira mais precisa a estrutura e o funcionamento de nossas representações intermediárias. Agora, vale a pena entendermos um pouco melhor seu funcionamento. A chave está nos trabalhos subsequentes do próprio autor.

---

<sup>68</sup> A possibilidade de atualização diacrônica no conjunto de informações é o traço central para a solução de Evans (1973) dos casos Madagascar, aquele tipo de problema que aflige a meta-semântica referencialista. A ideia é a seguinte: digamos que S tenha um arquivo a que se refere ao objeto o. Tal arquivo aglomera uma série de predicados cuja fonte causal, não satisfacional, é o. Mas, ao longo do tempo e devido a um erro de rastreio, S identifica um outro objeto o' como o, adquire certas informações sobre este novo objeto e começa a associar estas informações em a. Qual a referência de a? Depende de qual a fonte dominante de informações associadas ao arquivo. Talvez exista um momento em que a referência do arquivo seja simplesmente confusa, que ele não se refira a nenhum dos dois objetos, mas com o passar do tempo a referência de a pode mudar de o para o'. Assim, com a introdução do nome 'Madagascar' na Europa por Marco Polo e com a proliferação dos usos do nome, passamos a tomar como fonte dominante das informações associadas ao uso do nome a ilha, não a porção ao leste do continente africano. Notemos que este tipo de caso de mudança de referência depende fundamentalmente de um erro, de tomar em algum momento o como o'.

## 2.2.2 A natureza dos arquivos mentais

À medida que nos aproximamos de uma proposta para solucionar o Enigma usando arquivos mentais, nossas “entidades intermediárias”, é proveitoso ter em mãos uma caracterização mais precisa de que tipo de entidades se tratam, ainda mais tendo em vista o quão Kaplan é ambíguo neste aspecto. As discussões desta subseção buscam entender o que são arquivos mentais e responder uma possível crítica no que toca à postulação dessas entidades intermediárias.

Partimos da ambiguidade nos deixada por Kaplan. Autores como Salmon (2010) já apontam para o fato de que os nomes vívidos kaplanianos não são nomes ou nenhum outro tipo de expressão linguística, mas um certo tipo de conceito<sup>69</sup>. A discussão da subseção anterior também apontou para o quão desnecessário são nomes no que toca o processo de angariar e aglomerar informações; a abertura de um arquivo mental pode ser efetuada sem associarmos nenhum nome ao conjunto de descrições.

Então um arquivo mental é um conceito, uma representação mental. Mas o que exatamente isto significa? Crimmins e Perry (1989) nos oferecem uma resposta: arquivos são particulares cognitivos concretos, assim como crenças. A nomenclatura dos autores varia aqui, chamando arquivos de *noções*, mas trata-se da mesma coisa – como podemos ver em (Perry, 2011). Um particular concreto é o tipo de coisa que existe no espaço e no tempo, que possui uma base física

---

<sup>69</sup> De fato, se quisermos resumir em um lema a proposta de Kaplan no *Quantifying In* dizemos que se trata de uma proposta que permite, em contextos opacos, a quantificação sobre conceitos, dada a satisfação de certos requerimentos de acurácia e vivacidade.

(ou que é instanciado fisicamente) e que persiste no tempo até deixar de existir.

Um outro traço importante de arquivos é que estes são caracterizados em termos *funcionais* (ver Perry, 1980b/1993, p. 86-87). A ideia não é que existem arquivos propriamente ditos na cognição de tal e tal agente – o que quer que isso signifique. Pelo contrário, o funcionamento de arquivos é dado por meio de suas funções em um sistema de armazenamento de informações. Arquivos são conceitos singulares, que se referem a objetos, e possuem a função de armazenar informações tidas como satisfeitas pela referência. Uma organização de tal modelo ao redor da ideia de um arquivo é ilustrativa e desnecessária<sup>70</sup>, como ilustrado pelos dois modelos de armazenamento de informação em Strawson (1974), a serem discutidos no próximo capítulo.

Tendo em vista seu estatuto de particular cognitivo, tanto arquivos (ou noções) quanto crenças fazem parte desta mesma categoria metafísica. Isto é esperado, dada a relação íntima entre posse de crenças e posse de arquivos que foi notada por toda a bibliografia que consideramos até aqui. Se eu possuo a crença de que Zico é meio-campista, então eu possuo um particular cognitivo que exerce a função de termo singular, se referindo a Zico – o arquivo funciona de

---

<sup>70</sup> Como diz Talasiewicz sobre arquivos enquanto particulares mentais: “[...] podemos pensar neles como um modelo proposto de alguma entidade, absorvendo certa perspectiva e salientando, talvez de alguma maneira metafórica, alguma propriedade dessas entidades. A metáfora dos arquivos pertence à camada de modelar representações mentais reais de uma determinada perspectiva. Existem modelos alternativos no mercado, e.g., o modelo dos grafos mentais, antecipado em (Strawson, 1974, p. 45-46) e elaborado em (Pryor, 2016). Entretanto, nem o caráter figurativo do modelo teórico dos particulares mentais nem a mera possibilidade de estilizar estes modelos de acordo com templates diferentes justificaria a negação da existência de tais particulares” (Talasiewicz, 2022, p. 450).

*proxy* para o objeto em minha cognição<sup>71</sup>. O predicado ‘...é meio campista’ é armazenado em tal arquivo e é tomado como satisfeito pelo objeto ao qual o arquivo se refere. É assim que crenças são interpretadas em diferentes teorias dos arquivos mentais, logo não é de se espantar que tanto arquivos quanto crenças sejam particulares cognitivos concretos.

Crimmins e Perry não são os únicos autores que defendem uma proposta do tipo. Fodor (1989 e 1998 e 2008), apelando para a distinção entre veículo e conteúdo representacional, tem uma visão parecida. A distinção de Fodor também nos é útil na medida em que arquivos mentais podem ser pensados como veículos representacionais<sup>72</sup>. Um veículo é um particular espaço-temporalmente localizado que possui propriedades sintáticas e semânticas<sup>73</sup> (Fodor, 1989, p. 69). No que toca suas propriedades semânticas, os veículos aqui considerados por nós, arquivos mentais, *possuem* referência singular<sup>74</sup>. No que toca às suas propriedades sintáticas, podemos diferenciar arquivos correferenciais na medida em que são veículos, particulares cognitivos, diferentes. Como é de se esperar, esta propriedade de arquivos será muito útil em lidar com o Enigma.

---

<sup>71</sup> Outra forma de colocar este ponto é dizer, com Recanati (2012), que arquivos mentais são a contraparte mental dos termos singulares na linguagem.

<sup>72</sup> Para um trabalho recente que exhibe esta aproximação, ver Murez, 2023, p. 12.

<sup>73</sup> Veículos representacionais também possuem propriedades funcionais, que não nos interessam diretamente nesta seção. Exploraremos melhor a relação entre arquivos mentais *qua* veículos e seu papel funcional. Ver Recanati, 2012, p. 246.

<sup>74</sup> Claro que podem existir arquivos vazios, no sentido de arquivos mentais sem referência alguma. Este tipo de arquivo é útil para tratar de questões ligadas ao problema da não-referência, o problema dos nomes vazios e dos usos ficcionais de nomes próprios. Por exemplo, vemos a aplicação dos arquivos neste problema no próprio trabalho de Perry (2011). Entretanto, focaremos aqui em casos que possuem sim referência, dado nosso enfoque no Enigma de Frege.

A ideia de um particular cognitivo deve ser contrastada com o estatuto ontológico dos sentidos fregeanos. Em parte, é neste ponto que se encontra grande parte da diferença entre a posição de Frege e nosso apelo aos arquivos mentais. Um sentido é um objeto abstrato, objetivamente compartilhado pelos falantes de uma língua. Um e o mesmo sentido pode ser mutuamente apreendido por diferentes falantes, em diferentes momentos. Esta concepção se alia com a teoria relacional da crença fregeana (Frege, 1918), que defende que uma crença é uma relação com um Pensamento. Acreditar que P é estar devidamente relacionado com o Pensamento expresso por P. Com estes temas fregeanos em mente, podemos ver o quão distante está a posição de Crimmins, Perry e Fodor.

Um crítico atento pode chamar atenção para uma consequência de tomar arquivos como particulares cognitivos. Se arquivos são veículos representacionais, se existem na mente de cada pessoa, devemos ser capazes de estudar tais arquivos empiricamente, seja por meio da psicologia ou ainda da neurociência – é esperado que, em última instância, veículos representacionais sejam instanciados no cérebro. Deveríamos ser capazes de contar a história partindo da noção funcional de arquivos até suas bases cognitivas e neurológicas. Esta expectativa de validação pode ainda se tornar uma exigência: o crítico pode salientar que, dada a natureza da proposta, a postulação de arquivos traz consigo, como preço, a validação empírica. Só estaríamos autorizados a falar de arquivos mentais caso houvesse tal validação para sua postulação.

O ponto levantado por nosso crítico hipotético não é irrelevante, muito pelo contrário. Existem esforços recentes na literatura que tentam entender a relação entre postulação de particulares mentais e validação empírica e quais resultados empíricos podem ser relevantes

aqui. Vemos isso nos trabalhos de Michael Murez. Por exemplo, Murez (2023) propõe a chamada *robustness constraint* sobre arquivos mentais. Um fenômeno robusto é aquele que pode ser estudado por metodologias empíricas ou até mesmo áreas do conhecimento diferentes – a noção surge da filosofia da ciência. Ao propor que arquivos deveriam satisfazer essa *robustness constraint*, Murez chama atenção para o fato de que a possibilidade do estudo interdisciplinar dos veículos representacionais é um grande motivador para a postulação dos veículos eles mesmos<sup>75</sup>.

Na próxima subseção, dada esta direção salientada por Murez, vamos discutir alguns resultados e paradigmas empíricos que podem ser relevantes para a teoria dos arquivos mentais. Tenhamos em mente a estrutura dual de arquivos, seu caráter genético e conteúdo descritivo, e sua definição funcional.

### 2.2.3 Arquivos de objeto na psicologia cognitiva

Nesta seção, partiremos de um trabalho de Murez e colaboradores (2020), no qual os autores se preocuparam em rastrear na psicologia empírica resultados que poderiam corroborar a postulação de arquivos. Promissora foi a aproximação com a ideia de um *arquivo de objeto*, construto teórico que surge de estudos na psicologia da visão.

---

<sup>75</sup> O argumento de Murez também visa bloquear certas soluções para o Enigma que dispensam a aplicação de representações mediadoras entre agente e conteúdo semântico, como em Fine, 2007; Heck, 2012 ou Goodman e Gray, 2020 e 2024. Ver Murez, 2023, p. 10-12.

Um dos contextos empíricos<sup>76</sup> por meio do qual podemos entender o que são arquivos de objeto é um paradigma de pesquisa chamado de Rastreo de Objeto Múltiplo (*Multiple Object Tracking*). No MOT<sup>77</sup>, sujeitos são apresentados a uma série de objetos em uma tela, usualmente círculos ou cruzeiros (+). Alguns destes objetos, não todos, são então marcados (*cued*), talvez piscando na tela ou sendo circulados momentaneamente. A tarefa consiste em rastrear a trajetória dos objetos marcados, desde o início do movimento dos objetos até o fim. Usualmente, humanos típicos conseguem rastrear até quatro objetos na cena, com uma taxa de acerto de, em média, 85%. Caso a tarefa exija o rastreo de cinco ou mais objetos, a performance piora drasticamente (Pylyshyn, 2007, p. 35-36).

Pylyshyn (2007) aponta para como podemos entender os resultados dos experimentos do MOT usando a ideia de arquivos de objeto proposta em (Kahneman, Treisman e Gibbs, 1992)<sup>78</sup>. O sistema

---

<sup>76</sup> A aproximação entre arquivos de objeto e o MOT é uma simplificação, na medida que foram uma série de experimentos diferentes que levaram Kahneman *et al* (1992) a postular os arquivos de objeto – seguimos Pylyshyn (2007) ao adotar esta “simplificação”. Os detalhes da história e do desenvolvimento teórico da ideia de um arquivo de objeto não são nosso foco aqui. Como ficará claro na sequência, queremos apenas mostrar como a ideia de arquivos mentais utilizada na psicologia também segue, em linhas gerais, a estrutura salientada por Kaplan: uma meta-semântica relacional e um conjunto de informações que não desempenham papel meta-semântico. Para mais detalhes, ver Green & Quilty-Dunn, 2021, onde os autores apontam para dois tipos de paradigmas experimentais que embasam os *object files*: tarefas de rastreo como o MOT (ligadas também ao efeito OSPB) e tarefas de recuperação de informações sobre objetos que foram ocultados (“*change detection*” – como os experimentos de Luck e Vogel (1997)).

<sup>77</sup> Para uma introdução ao experimento e subsequente discussão dos impactos filosóficos do mesmo, ver Carvalho, 2016, p. 95-96.

<sup>78</sup> A proposta de original Pylyshyn (1989) é que os resultados dos experimentos são explicados pela existência de um mecanismo de seleção e *tracking* de objetos que independe do rastreo de propriedades individuadoras (como um conjunto de

visual de agentes humanos realizando a tarefa de rastreamento de objetos criam (ou “abrem”) arquivos de objetos para os objetos percebidos na cena. A referência de um arquivo de objeto é determinada dado um canal informacional, uma relação causal por meio da qual a percepção angaria informações sobre o objeto. O arquivo se refere ao objeto por causa desta relação causal. Já as informações angariadas podem ser entendidas em termos descritivos, como predicados unários tomados como satisfeitos pela referência (Pylyshyn, 2007, p. 38-39). Ficam claras as similaridades com a noção funcional apresentada acima.

Além disso, arquivos de objeto também apresentam outra similaridade com arquivos mentais: a referência pode se manter constante à medida que as informações presentes no arquivo se modificam. Kahneman *et al* (1992, p. 217) citam aqui o seguinte exemplo: um cidadão de Metrópolis, a cidade de Clark Kent, observa um objeto voar rapidamente no céu e exclama “É um pássaro! É um avião! Não, é o super-homem!”. Em termos de arquivos de objetos, a percepção gera uma representação sobre um objeto, independentemente do objeto satisfazer ou não as propriedades registradas. De maneira interessante, o conteúdo descritivo atualizado

---

condições descritivas unicamente satisfeitas por um objeto). Na variação clássica do MOT, todos os objetos apresentados são idênticos, então o sistema rastreia os objetos por meio da sua trajetória espaço-temporal. Tal mecanismo foi chamado de FINST por Pylyshyn. De maneira interessante, os FINSTs atuam na chamada *early vision*, uma etapa encapsulada de processamento de informações visuais que antecede temporalmente a atuação de outras funções cognitivas, como a atenção (Pylyshyn, 2007, p. 33) (Kahneman, *et al.*, 1992, p. 215). Para uma crítica usualmente feita ao modelo dos FINSTs, pressionando sua capacidade de manter a identidade numérica dos objetos através da tarefa, ver Carvalho, 2016, p. 101-102. Para a relação entre FINSTs e arquivos de objeto, ver a sugestão de Kahneman e colaboradores (adotada por Pylyshyn) de que os FINSTs são os mecanismos iniciais de fixação da referência de arquivos de objeto.

no tempo é muito simples; em cada oração acima, podemos supor que a única informação associada ao arquivo é o único predicado unário {... é pássaro} ou {... é avião} e, por fim, a identificação do objeto com Super-Homem. A referência do arquivo se manteve a mesma através de todas estas atualizações radicais.

Vemos claramente como existem paralelos íntimos entre nossa definição funcional de arquivo mental e a noção psicológica que surge nos trabalhos em psicologia da visão – que também pode ser entendida em termos funcionais. Entretanto, não podemos simplesmente dizer que arquivos mentais são arquivos de objeto. Estes, assumidamente, são representações de curta duração e que não são retidas na memória semântica de longo prazo (sendo retidas temporariamente na memória de trabalho visual) (Murez *et al*, 2020, p. 6). Seguindo o paradigma experimental dos autores, é isto que é permitido concluir dos experimentos. O problema está no fato de que queremos que arquivos mentais também desempenhem papéis de representações mais estáveis – veremos na próxima seção este ponto em mais detalhes, mas basta aqui pensarmos no problema da crença continuada. Como salientado pelos autores (*ibid*, p. 21-24), representações estáveis e não perceptuais podem não apresentar as mesmas propriedades de arquivos de objeto. Uma redução simples da categoria filosófica na categoria psicológica é muito improvável.

O resultado, se tivermos a pressão do nosso crítico (subseção 2.2.2) em mente, é que não parecemos ter uma base empírica suficientemente geral para postular uma categoria psicológica de arquivos mentais – ainda mais tendo em vista que tais arquivos seriam particulares cognitivos concretos. Talvez<sup>79</sup>, seguindo as discussões do

---

<sup>79</sup> Até isso é disputado, dada a exigência de Generalidade para arquivos baseados na percepção. Exploraremos este ponto na próxima seção.

parágrafo passado, podemos falar de arquivos no caso da percepção e da memória de trabalho visual, mas não de uma categoria geral, ativa em diferentes funções cognitivas (como a memória semântica, memória de trabalho geral ou as funções executivas). Em linhas gerais, este é também o diagnóstico de Murez e colaboradores (2020).

Para resolvermos este impasse, podemos apelar novamente para a abordagem funcional de Perry (2011, p. 67). O autor chama atenção para aquilo que o vocabulário de arquivos busca capturar, isto é, que sistemas que recebem, armazenam e manipulam informações relativas a objetos no mundo em geral terão representações com a estrutura salientada aqui. A função do particular cognitivo é a de ancorar as informações armazenadas e de se referir ao objeto representado. Talvez esta resposta “instrumentalista” e funcionalista fique aquém das expectativas de teóricos que buscam encontrar nos arquivos um tipo natural psicológico (Smortchkova e Murez, 2020), mas seguimos Perry ao considerar que, em alguma medida, a postulação de arquivos ajuda a descrever o funcionamento das representações singulares humanas; em especial, o aparato é útil quando nos dá recursos para ver a possibilidades de agentes terem dois arquivos mentais diferentes que se referem ao mesmo objeto – o nível de especificidade no qual o Enigma de Frege é dado.

A saída de Perry não desvaloriza os esforços de Murez e colaboradores. Pelo contrário, os esforços dos pesquisadores são valiosos e permitem entender melhor os mecanismos cognitivos ligados ao fenômeno da representação singular. O que Perry nos diz é que arquivos não *precisam* ser unicamente realizados por um sistema como os *object-files*, ou não *precisam* estar constrangidos a uma única função cognitiva como a memória de trabalho visual, para serem postulados. Além disso, nossa breve incursão na Psicologia Cognitiva

nos mostrou um modelo de representações, os arquivos de objeto, que possuem a mesma função de arquivos mentais. Há aqui uma convergência entre as diferentes literaturas: representações singulares, sobre objetos, possuem a estrutura geral assinalada.<sup>80</sup>

Além disso, adotar esta postura funcionalista e teoricamente modesta também não nos impede de tentar dizer mais sobre o funcionamento de arquivos. Perry, além de Recanati (1993, 2012), classicamente distingue arquivos em tipos diferentes, com propriedades diferentes. Este será o tópico da próxima seção.

## 2.2.4 Percepção, indexicalidade e arquivos estáveis

Esta seção apresentará uma distinção central entre tipos de arquivos mentais. Em geral, os esforços da seção podem ser vistos como um desenvolvimento de um fato já notado por Kaplan (1968:199) de que existem casos nos quais nomes vívidos podem representar um objeto de maneira direta ou indireta. O caso direto é aquele no qual a representação é criada pela percepção do objeto, já o indireto é

---

<sup>80</sup> Uma das grandes lições que se segue da literatura sobre arquivos de objeto é que a visão humana parece convergir em representações objetuais – resultado também obtido por pesquisadores como Xu (1997), Spelke (1990) ou Carey (2009), via um outro paradigma experimental, o paradigma da habituação. Um dos efeitos descritos por Kahneman e colaboradores, o *object specific preview benefit*, é um forte indicativo de que a visão angaria informações ao redor do que ela toma como sendo um objeto. O efeito, em poucas palavras, é similar ao *priming*. Digamos que dois objetos diferentes, *a* e *b* sejam apresentados, cada um possuindo duas propriedades. O arquivo *a* contém ‘... é F’ e ‘... é G’, enquanto o arquivo *b* contém ‘... é P’ e ‘... é Q’. Neste contexto, caso o sujeito seja apresentado com a propriedade ‘... é F’, ele será beneficiado no que toca a recuperação de ‘... é G’, em detrimento das propriedades armazenadas no outro arquivo. Em suma, este é o *OSPB*.

resultado de uma cadeia comunicacional que envolve outros agentes, via testemunho. Veremos como esta distinção foi trabalhada na literatura subsequente à publicação do *Quantifying In*.

Podemos observar a interação entre diferentes tipos de arquivos no fenômeno do reconhecimento. Evans (1982, p. 126-127) notou a importância do reconhecimento na maneira que humanos captam e armazenam informações sobre objetos (o vocabulário do autor também aponta para uma noção de arquivos). Para conseguirmos formar arquivos mentais ricos sobre os objetos ao nosso redor, precisamos ser capazes de reconhecer objetos que já foram representados anteriormente. Evans explora algumas permutações possíveis no que toca ao tipo de canal informacional (percepção, testemunho, *etc*) que esteve aberto entre agente e objeto antes do momento do reconhecimento. O que importa aqui é o fato de que existem muitos e diferentes canais informacionais que podem nos levar à mesma fonte. Esta dinâmica foi chamada por Perry (2000, p. 329-331) de *detach-and-recognize information game*. O autor alia a centralidade do reconhecimento a uma descrição rica dos tipos de arquivos mentais em jogo.

Um primeiro contato perceptual com um objeto abre um arquivo sobre tal objeto na mente. Tal arquivo passa a ser recheado de informações adquiridas justamente por tal percepção. Durante o tempo em que o agente está de fato observando e angariando informações do objeto de tal forma, o arquivo mental em questão está atrelado (*attached*) às percepções em questão. Um arquivo atrelado a percepções é chamado por Perry de um *buffer*, um repositório temporário (Perry, 2011, p. 74) de informações obtidas por meio da percepção de um objeto. O principal papel de um *buffer* é armazenar as informações obtidas por meio da relação que fixa sua referência

(Recanati, 1993, p. 123), mas, como veremos, esta não é sua única função. Tais relações são chamadas de *relações epistemicamente recompensadoras* (*ER-Relations*) (Recanati, 2012).

Ao perdermos contato perceptual com o objeto, duas coisas podem ocorrer: ou a informação armazenada, junto com o arquivo, é excluída do sistema, ou ela é mantida. Caso mantida, o arquivo deixa de ser uma *buffer* perceptual, este repositório temporário de informações, e passa a ser uma “*enduring notion*” (vocabulário de Perry; Recanati (1993) as chama de “entradas enciclopédicas”), um tipo de arquivo destacado (*detached*) da percepção, sendo mais estável que sua contra-parte perceptual e capaz de armazenar informações independentemente de uma relação perceptual específica<sup>81</sup>. O reconhecimento de um objeto antes já visto pode ser entendido nos termos destes tipos de arquivos: quando reconhecemos uma pessoa já conhecida, nosso arquivo estável é atrelado às informações perceptuais sendo recebidas neste instante.

Importante notar que o caminho para a formação de um arquivo estável é independente da existência temporalmente anterior de uma *buffer*. Por meio do testemunho, de informações que remetem a objetos presentes na nossa comunidade, João pode ter um arquivo mental rico sobre Chomsky sem nunca o ter visto. Caso alguma vez João venha a reconhecer Chomsky em algum ambiente, o fato de seu arquivo de Chomsky estar atrelado às suas percepções permite o uso

---

<sup>81</sup> Outra possibilidade, também de curta-duração, é que o arquivo perceptual se torne o que Evans (1982, p. 374) chama de um *memory demonstrative*; ver Recanati, 2012, p. 62. A ideia é que talvez seja relevante armazenar por um curto período de tempo as informações armazenadas em um *buffer* perceptual depois que o encontro com o objeto acabou. É isso que é um *memory demonstrative*, o tipo de arquivo que expressaríamos na linguagem com sentenças do tipo ‘aquele objeto (que eu acabei de perceber) é F’.

de informações adquiridas via testemunho em um contexto informado pela percepção. Assim, João pode se dirigir até a posição de Chomsky no ambiente, apertar sua mão e agradecer por ter criado o gerativismo, por exemplo.

Existe uma relação íntima entre a percepção e a ação. Recanati (1993, p. 120) nota a relação entre a percepção e um tipo de representação espacial que Evans (1982, p. 150) chama de *espaço egocêntrico*. Tal “espaço” é uma maneira de representar posições no ambiente percebido pelo agente em termos de seu comportamento possível. Perceber um objeto ocupando uma posição egocêntrica está intimamente ligado com a representação desta posição em termos que podem ser traduzidos diretamente no comportamento do agente, ou ainda, que a posição percebida do objeto é de tal forma que o agente está disposto a se orientar em relação a tal posição caso fosse interagir com o objeto (Carvalho, 2016, p. 135). Dadas estas características da percepção, o fato de atribuir *significância espacial* para seu objeto, vemos a importância de, no reconhecimento, o agente atrelar um arquivo estável à percepção: as informações armazenadas em CHOMSKY podem ser utilizadas de tal forma a organizar o comportamento de um agente que já possui a capacidade ou disposição de interagir com o objeto. João pode ir até Chomsky apertar a mão de seu linguista favorito.

Além da percepção, em que sentido a relação de “testemunho” para com Chomsky me permite angariar informações sobre ele? Aqui parece que temos uma assimetria. *Buffers* estão baseados em percepções específicas que algum sujeito está tendo em um momento determinado. Já as relações de testemunho são difusas; a introdução de um nome em uma comunidade pode formar cadeias

comunicacionais completamente diferentes umas das outras<sup>82</sup>. A solução de Recanati (2012, p. 74-75) é dizer que o tipo de relação-ER em questão é de “ordem superior” (*higher order*). Arquivos estáveis existem na medida em que o agente está em alguma relação com o objeto – não há a pressuposição de existência de uma relação específica, qualquer uma basta. Esta solução não é *ad-hoc*, pelo menos não na medida em que explica a estabilidade das entradas enciclopédicas em detrimento de *buffers* perceptuais de curta duração.

É central para a história de arquivos, e para este jogo de *detach-and-recognize*, que eu possa ser capaz de observar um objeto ao qual eu já possuo um arquivo estável, mas que eu não o reconheça. Em termos de arquivos, isso significa que eu mantenho um *buffer* e um arquivo estável correferenciais ao mesmo tempo, que há uma redundância em certo sentido em meu sistema de representações. Esta redundância é central se quisermos que arquivos desempenhem papéis cognitivos. João pode estar então, no que toca seus *buffer* e arquivo estável de Chomsky, em uma situação pré-reconhecimento. Mesmo que ele represente perceptualmente seu linguista favorito, essa informação não está armazenada no arquivo que está atrelado à percepção; ele não se comporta de acordo com as informações no

---

<sup>82</sup> Digamos que S escute dois falantes diferentes, João e Maria, usarem o nome ‘Aristóteles’ em ocasiões diferentes. Assumamos também que ambos os usos de fato remetem a Aristóteles. Não é difícil julgar que, em casos do tipo, a cadeia de usos e usuários do nome que terminam (por ora) com os usos de João e Maria remetem a Aristóteles por caminhos, pessoas, usos, tempos, totalmente diferentes. Parece que se tratam de *relações diferentes*, já que são constituídas por cadeias de usos e agentes diferentes (ver a ideia de uma *network* em Perry, 2011, p. 176-180). O problema aqui está em dizer como um mesmo arquivo estável, uma mesma entrada enciclopédica, pode estar baseada em uma série de relações diferentes para com a mesma referência (claro, este processo é também falível).

arquivo estável pois as informações deste arquivo não estão no *buffer*: ele não sabe que *ISSO* é seu linguista favorito.

No próximo capítulo vamos explorar como o reconhecimento é importante para o Enigma de Frege (3.1.3). Trata-se, em suma, de um caso de identidade informativa: *ISSO* = *CHOMSKY*. Mas com os recursos levantados neste capítulo vemos claramente como não se trata apenas da descoberta de uma proposição necessária <*Chomsky*, *Chomsky*, =>. Pelo contrário, os arquivos apontam um caminho para entendermos a informatividade da identidade em detrimento da necessidade da proposição singular. Interessante como Perry (2000, p. 331) e Kaplan convergem novamente, tendo em vista o argumento da suspensão de julgamento na seção XI do *QI*: eu posso não ter certeza se *ISSO*=*CHOMSKY*, é possível simplesmente suspender o julgamento quanto a verdade ou falsidade da identidade. Mas deixemos a aplicação da teoria ao Enigma para o próximo capítulo, quando tivermos a teoria dos arquivos e com o argumento de sua compatibilidade com o referencialismo completos.

Um outro tipo de *buffer* especial é aquele costumeiramente chamado de *SELF File*, o arquivo que cada agente possui de si mesmo. Como mostra Perry (2000, p. 336), se um arquivo perceptual está baseado em uma relação de percepção ou se um arquivo estável como *CHOMSKY* está baseado no testemunho, um arquivo como *SELF* está baseado no fato de que cada agente é idêntico a si mesmo, i.e., está baseado na relação de identidade (Recanati, 2012, p. 36). Seguindo uma ideia de Evans (1982, p. 220), o fato de sermos iguais a nós mesmos nos dá acesso a sistemas internos (como a propriocepção) de rastreamento de estados do nosso corpo.

Existem outros tipos de arquivos que são similares ao *SELF*. Eles formam uma categoria que Recanati (1993) cunhou de *conceitos*

*egocêntricos*. Eles são assim chamados pois são essencialmente ligados a uma determinada perspectiva, algum ponto de vista específico. Trata-se dos arquivos AQUI e AGORA, as contra-partes mentais dos indexicais. Um arquivo como AQUI é criado em função de ocuparmos uma determinada posição no espaço. À medida que nos movemos no espaço, como o local que ocupamos se altera, o arquivo ele mesmo é alterado para outro do mesmo tipo (Recanati, 2012, p. 62) – não podemos pensar, de um lugar que não ocupamos, que ele é AQUI. Se é necessário manter a informação armazenada no arquivo que acaba de ser substituído, ela pode se manter acessível na memória, não mais como um arquivo que representa o local que eu ocupo, mas como um arquivo que representa um local que eu ocupava.

Existe uma última propriedade de arquivos que deve ser salientada: sua Generalidade. Arquivos mentais satisfazem o chamada *Generality Constraint*<sup>83</sup> de Evans (1982, p. 100-105). Em poucas palavras, a Generalidade no pensamento se reflete na medida em que ao termos um pensamento *bona fide* da forma ‘a é F’, devemos ser capazes de representar ‘b é F’ ou ‘a é G’. Como diz Evans, pensamentos são estruturados, formados por conceitos. A posse de um conceito ‘a’ envolve não apenas sua aplicação em tal e tal episódio mental, mas também uma capacidade de aplicação em inúmeros outros pensamentos. Na história de arquivos, uma crença como ‘a é F’ é

---

<sup>83</sup> Como até mesmo arquivos perceptuais satisfazem o *constraint*, parece difícil os identificar com os arquivos de objeto de Kahneman. Por satisfazerem a generalidade, arquivos são conceitos *bona fide*, o que normalmente implica em uma interação com outras funções cognitivas, como a atenção, as funções executivas ou até mesmo a memória de longo prazo. Lembremos que arquivos de objeto são representações armazenadas na memória de trabalho visual e que são o *output* da chamada *early vision*: uma parte encapsulada do sistema visual que não gera representações que satisfazem o *constraint*. Ver, como analogia, a discussão sobre *early vision*, atenção e os chamados *proto-objects* em Carvalho, 2016, p. 115-120.

entendida em termos da existência do arquivo armazenando a propriedade ‘... é F’. Se arquivos mentais forem de fato conceitos, devemos ser capazes de aplicar a representação em questão em inúmeros outros casos.

O *Generality Constraint* possui algumas consequências interessantes para a teoria dos arquivos. Recanati (1993, p. 123 e 2012, p. 64-67) salienta que arquivos mentais, até mesmo sua variedade egocêntrica, devem satisfazer o *constraint*. A ideia é que eu devo ser capaz de usar um arquivo específico para armazenar informações que foram obtidas por meio de relações diferentes daquela que originaram o arquivo. Um exemplo claro é o da data de aniversário: eu armazenei no meu arquivo SELF a informação ‘... nasceu em 2001’ – ou seja, eu penso em mim enquanto eu mesmo, que eu nasci no ano de 2001. Mas é impossível angariar esta informação por meio da propriocepção!

A única forma de eu ter armazenado esta informação é por meio do testemunho, ao ouvir de algum terceiro que ‘você nasceu em 2001’. Por isso que Evans chama pensamentos como ‘eu nasci em 2001’ de pensamentos dependentes de identificação (Evans, 1982, p. 182): é necessário o que Perry chama de *bridging thoughts* da forma ‘você=eu’, isto é, é necessário que o ouvinte, ao ser informado da sua data de aniversário, identifique que a referência da enunciação do falante é ele mesmo. Isso permite a alocação adequada da informação no arquivo SELF. Claro, como tal arquivo é um conceito *bona fide*, então ele mesmo possui a propriedade da Generalidade: é possível, dada sua arquitetura, que ele armazene informações obtidas por meio de relações diferentes daquela que fixa a referência do arquivo. Dito isso, a diferença entre arquivos egocêntricos e estáveis se mantém: um

arquivo egocêntrico ainda pressupõe a existência de uma relação-ER específica para sua “abertura”<sup>84</sup>.

Finalizamos com isso a exposição da teoria dos arquivos mentais. A rica tipologia apresentada acima mostra não só a profundidade com que a literatura estudou a estrutura e funcionamento destas representações singulares, mas também aponta para caminhos que solucionam uma variedade enorme instâncias do Enigma de Frege, seja *qua* problema da correferência ou enquanto problema das identidades informativas. Como veremos no próximo capítulo, o Enigma surge tanto em casos que envolve indexicais, demonstrativos e nomes correferenciais, em todas as suas permutações. Os tipos de arquivos aqui apresentados, e suas propriedades, são as contrapartes mentais dos usos destas expressões: *buffers* perceptuais e

---

84 Falamos pouco das condições de facto de abertura de arquivos (Recanati, 2024). Isso se deu em larga medida para não desviarmos muito do nosso argumento; aqui, é mais importante que tenhamos a noção de arquivo e sua tipologia bem definida, em comparação com um avanço nas discussões sobre individuação de arquivos mentais. Basta dizer que as condições de abertura de arquivos são normativas ou de jure (Recanati, 2012, p. 63). Para a abertura de um arquivo perceptual, deve existir uma relação perceptual entre sujeito e objeto, um canal informacional adequado. Entretanto, é possível que o sistema crie representações quando não há relação adequada (alucinação), quando a percepção nos relaciona com dois ou mais objetos (ilusão de ótica), entre outros exemplos de falha. Arquivos mentais são representações falíveis de rastreio de objetos e de suas informações, é um tipo de mecanismo falível – o que é totalmente aceitável do ponto de vista do referencialismo. Cadeias causais e comunicacionais são mecanismos falíveis de fixação da referência – esta é a marca do modelo relacional meta-semântico, em detrimento do satisfacionalismo fregeano. Se quisermos, entretanto, mais detalhes de como arquivos são de facto criados, Recanati (2024, p. 8-9) nos oferece a seguinte resposta: um arquivo é aberto quando o sistema assume que as suas condições normativas de abertura são satisfeitas. Tal assunção ou “pressuposição” pode se dar em um nível sub-pessoal, por falhas em mecanismos encapsulados – quando parece que o tipo de relação em questão está presente.

demonstrativos, arquivos egocêntricos e indexicais e arquivos estáveis e nomes próprios, tendo em vista ainda a íntima relação entre indexicalidade e a percepção. Na próxima seção, vamos rapidamente sedimentar a compatibilização desse quadro com o referencialismo. Ao fim, estaremos prontos para oferecer uma solução para o Enigma de dentro desta tradição.

## 2.2.5 A irrelevância vericondicional de arquivos mentais

Uma enunciação de

25) Zico é meio campista

Expressa a proposição singular

26) <Zico, ser meio campista>

A proposição (26) é verdadeira sse o objeto em questão satisfizer a propriedade em questão, i.e., se Zico for meio campista. Não importa a maneira que o objeto é referido em (25), seja por meio de diferentes nomes correferenciais, indexicais ou demonstrativos. Que o contexto sentencial de (25) passe no teste de substitutibilidade é outro indicativo desse mesmo fato: seguindo Quine, termos referenciais em posições transparentes atuam especificando uma referência independentemente da maneira que nos referimos a ela. O modo de referência é aqui irrelevante para a proposição, para as condições de verdade da enunciação (25).

O esquema geral que se segue do exemplo acima é central para o referencialismo, como vimos no capítulo 1. Esta seção vai mostrar como o ferramental da teoria dos arquivos mentais não interfere com o quadro semântico do referencialismo. Que não atrapalha o quadro meta-semântico é fato demonstrado; a teoria dos arquivos é um desenvolvimento do movimento de externalização dos métodos de fixação da referência. A diferença é que passamos a ver cadeias causais-comunicacionais não mais como relações causais com *links* de preservação da referência, mas também como canais informacionais – dificilmente uma adição que perverte a imagem de Kripke.

Quem argumenta pela *irrelevância vericondicional* dos arquivos é o próprio Recanati (1993, p. 103-106). Para vermos como este é o caso, o autor recupera justamente a distinção kaplaniana que iniciou nosso percurso pela teoria dos arquivos. A estrutura do tipo de representação em questão é composta por um caráter genético (condição de fixação da referência) e por um conteúdo descritivo (condições de satisfação da representação). Trazendo o exemplo da fotografia novamente, para que uma foto represente adequadamente seu objeto, para que ela seja similar a ele, as condições devem coincidir: a fonte causal da foto deve satisfazer as condições descritivas impostas por ela.

Mas, como vimos, é plenamente possível que ambas as dimensões variem independentemente; tudo isso já estava em Kaplan (1968). Se compararmos com representações descritivas, como os sentidos fregeanos, tal variação é impossível. O objeto só se torna a referência do termo associado ao sentido caso satisfaça a condição descritiva associada. Mas a *relevância vericondicional* de um sentido descritivo **não** se dá a partir da mútua dependência dos seus elementos genéticos e descritivos. Ela se dá pois a mesma descrição

em questão é a contribuição proposicional do termo ao conteúdo do proferimento. Assim, se enunciamos

26) O maior ídolo do Flamengo é meio-campista

Temos a proposição

27) <O maior ídolo do Flamengo, é meio-campista>

As condições de verdade de (27) são completamente diferentes de (25). (27) é verdadeiro sse a condição descritiva for satisfeita por alguém e se tal objeto, por sua vez, satisfizer a propriedade asserida. Notemos, novamente, a diferença modal entre (25) e (27) – existem mundos no qual Zico não é o maior ídolo do Flamengo, mundos nos quais (27) é verdadeiro e (25) falso. Assim se dá a relevância vericondicional de uma condição descritiva, não devido à mútua dependência das dimensões genética e descritiva, mas devido à construção do quadro semântico ele mesmo.

Já estabelecemos que o método de fixação da referência de um arquivo mental é relacional, e não satisfacional. Como poderia um arquivo interferir na proposição singular expressa por (24)? O arquivo ZICO sendo exercido em (24) possui justamente as duas dimensões kaplanianas, genética e descritiva, além de sua referência singular. O arquivo interferiria nas condições de verdade na medida em que tais dimensões fossem, de alguma forma, internas à proposição. Mas este é o ponto: elas não são! Enquanto dimensão meta-semântica, o caráter genético de um arquivo atua fixando uma referência, não enquanto contribuição vericondicional. Em outros termos, *um arquivo mental não precisa representar o seu método de fixação da referência!*

Preservamos assim um dos pontos inegociáveis do referencialismo e da teoria causal da referência.

Por outro lado, o conteúdo descritivo ele mesmo também não figura na proposição. O conjunto de descrições, definidas ou indefinidas, falsas ou verdadeiras, que associamos a um arquivo não alteram em nada como é definida a referência do arquivo. Descrições desempenham aqui o papel de informação, sentido amplo, não de condições de identificação (como em Frege). Arquivos mentais são vericonditionalmente irrelevantes na medida que os pensamentos (como atitudes proposicionais) que instanciam tais e tais arquivos são verdadeiros ou falsos sse a referência do arquivo satisfaz a propriedade atribuída pelo predicado. Nem o caráter genético, nem o conteúdo descritivo figuram nas condições de verdade (Recanati, 1993, p. 106). Este ponto, que foi construído ao longo de todo o capítulo, nos permite defender a total compatibilidade de uma teoria de arquivos com o referencialismo.

## 2.2.6 Conclusão

Este capítulo se esforçou por mostrar como é possível construir uma categoria específica de representações mentais de dentro da tradição referencialista. Para isso, apelamos para uma dialética entre Quine e Kaplan que nos colocou uma série de questões relevantes: a ideia de uma crença singular/relacional, a ideia de referir independentemente do modo de referência e, principalmente, a ideia de uma representação mediadora. A articulação da dialética deste debate se dá em torno do Enigma de Frege. As dificuldades que Quine enfrenta em seu artigo se devem, em larga medida, ao problema que aqui enfrentamos. Kaplan, enquanto um continuador da discussão

quineana, enfrenta o mesmo problema: como dar conta do sentido singular de crença sem o perigo dos casos de Frege? Lembremos da aceitação de uma teoria “fregeana” da mediação do pensamento – a solução do autor é fornecer um tipo de representação mental que atue como intermediária entre sujeito e objeto.

Mas antes de simplesmente aplicarmos os nomes vívidos, tais representações, ao Enigma, foi necessário qualificá-los. Isso pois existe um programa de pesquisa posterior a Kaplan que assim o faz. De fato, se rastrearmos uma das primeiras ocorrências da noção de *arquivo mental* na bibliografia, nos trabalhos de Perry, ela surge acompanhada de uma citação do QI. Isso também não é surpresa, na medida em que grande parte da estrutura dos nomes vívidos é adaptada na teoria dos arquivos. Ganhamos, com isso, uma série de clarificações, respostas para perguntas como: O que é um arquivo mental? Que tipos de arquivos mentais existem? Eles possuem outras propriedades relevantes para o Enigma? Seriam eles incompatíveis com o referencialismo? Nesta seção (2.2) buscamos responder todas essas questões.

Ao fim, temos em mãos uma ferramenta poderosa de enfrentamento ao Enigma. Esta teoria da “mediação” não passa, na realidade, de uma nova teoria dos modos de apresentação<sup>85</sup>. Não são

---

<sup>85</sup> Sem, com isso, perdermos o sentido relacional de crença. Como escreve Recanati: “Necessariamente existem conceitos sob os quais pensamos sobre os objetos quando pensamos sobre o mundo; nesse sentido, não podemos pensar sobre os objetos “diretamente”: não podemos pensar sobre objetos sem uma mediação conceitual. Mas, em outro sentido, é possível pensar sobre os objetos diretamente, graças à natureza especial dos conceitos de re. Eles são de tal maneira que o pensamento no qual ocorrem é suposto de caracterizar a referência independentemente da sua satisfação do conceito mesmo que é usado para pensar sobre tal objeto.” (Recanati, 1993, p. 130).

modos de apresentação fregeanos, descritivos, objetivos e abstratos, mas modos de apresentação não-descritivos, subjetivos e mentais. Arquivos mentais são, no fim das contas, modos de apresentação *de re* ou não descritivos ((Recanati, 1993 e 2012), (Fodor, 1998), (Murez, 2020 e 2023)). São modos vericondicionalmente irrelevantes e dependem de uma meta-semântica externalista. Ademais, são também um caminho extremamente interessante para evitar as pressões do Enigma no quadro referencialista. Este é o tema do próximo capítulo.

---

Os temas convergem; a ideia de que existem “necessariamente conceitos sob os quais nós pensamos os objetos” é a mesma por trás da motivação para o lema de Almog (2005), inspirado por Kaplan (2013): “crenças são *de dicto*”. O pano de fundo para a postulação de uma mediação é justamente o Enigma de Frege.



# Capítulo 3: Arquivos mentais, informação e significância cognitiva

## Seção 3.0 – Introdução

Neste último capítulo, vamos aplicar os recursos desenvolvidos no capítulo (2) ao Enigma de Frege. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira (3.1), vamos dar conta do fenômeno da informatividade das sentenças de identidade. Nosso esforço será direcionado a compatibilizar duas dimensões da informatividade, diagnosticadas pela bibliografia – por um lado, sua relacionalidade e relatividade e, por outro lado, como a descoberta de uma identidade nos leva a uma operação sobre arquivos mentais. Já na segunda e última seção (3.2), trataremos do problema da significância cognitiva. Vamos destrinchar o fenômeno da significância em quatro linhas diferentes: informatividade (tratada em (3.1)), atitudes proposicionais, comportamento e demarcação da correferência. A bibliografia que trata da significância, que talvez não traça tal distinção quádrupla tão claramente, se alterna e foca em cada linha em momentos diferentes. Queremos não apenas traçar a distinção e mostrar suas relações e *overlaps*, mas também mostrar como a teoria de arquivos da conta de *todas* suas dimensões.

## Seção 3.1 – Identidades informativas

### 3.1.0 Introdução

Nesta seção, vamos tratar do fenômeno da informatividade ou trivialidade de sentenças de identidade. O *puzzle*, diagnosticado por Frege (1879) na *Conceitografia*, nota as diferentes propriedades que sentenças de identidade podem possuir, dado que tais sentenças expressariam o mesmo fato ou proposição. Vamos notar que tais propriedades, a informatividade ou trivialidade, são relativas a diferentes agentes, em especial relativas às informações que cada agente associa aos termos da língua. Tais propriedades são confortavelmente analisadas em termos de arquivos mentais. Ademais, vamos também tratar de como a descoberta de uma identidade informativa leva a uma operação sobre os arquivos mentais em questão: o *merge* ou fusão.

### 3.1.1 Almog sobre identidades informativas

Em *Is a Unified Description Of Language And Thought Possible?*, Almog (2005) empreende uma análise dos impactos da virada referencialista no que ele chamou de *content program*, um programa teórico associados aos esforços de Frege. O programa fregeano atuaria em duas frentes. Por um lado, temos uma restrição cognitiva sob a

semântica: conteúdo semântico absorve conteúdo cognitivo. Por outro lado, temos a ideia da unificação dos conteúdos da linguagem e do pensamento. Esta seria a unificação em questão: o conteúdo atribuído pela sentença ‘S acredita que P’ espelharia o conteúdo da crença de S. O programa fregeano busca oferecer uma teoria que conseguiria descrever, ao mesmo tempo, o conteúdo de sentenças na língua natural e o conteúdo (objetivo) de estados psicológicos de agentes humanos.

Ao longo do texto, pressionando o programa fregeano, o autor nos chama atenção para a chamada tese da desunião (*disunity thesis*), formulada como: crenças são *de dicto*, atribuições são *de re*. Os usos da distinção *de re/de dicto* aqui não dizem respeito à distinção singular/geral ou ainda escopo estreito/escopo amplo. Pelo contrário, o tema da tese de desunião pode ser encontrado no curto artigo de Kaplan (2013) *De re Belief*. Crenças são *de dicto* na medida em que, mesmo crenças singulares, são sensíveis a alguma representação, conceito ou, em sentido amplo, “conteúdo”. A motivação para esta tese se dá justamente a partir da dialética entre Quine e Kaplan: vimos que a crença relacional, se construída de maneira transparente, é suscetível aos Casos de Frege. Toda crença relacional racional permite que seu sujeito acredite, de um objeto, que ele é e não é F (desde que sob modos de apresentação diferentes).

Por outro lado, atribuições são *de re* na medida em que são feitas com os recursos do atribuidor (Almog, 2005, p. 527). Um exemplo adaptado de Kaplan (2013): um grupo de estudantes está esperando uma palestra em sua universidade. O organizador lhes avisa, subitamente, que o palestrante designado não poderá vir, mas que já encontraram um substituto. O novo palestrante irá atrasar alguns minutos, mas conseguirá dar a palestra. A audiência não sabe, mas o

novo palestrante é David Kaplan. Ele está na cafeteria da universidade, tomando um café com um amigo, que pergunta “Kaplan, não está na hora de sua palestra?”. A resposta, na forma de uma atribuição, foi “Eles sabem que eu vou atrasar um pouco”.

Enquanto a audiência pensa em Kaplan como ‘o novo palestrante’, ele atribui uma atitude à audiência com seus próprios recursos, isto é, com o indexical ‘eu’. Isto ocorre sem um comprometimento com a maneira que a audiência pensa sobre Kaplan. Almog observa que este uso de atribuições<sup>86</sup> é adequado na medida em que a designação ou referência dos termos em questão é a mesma. O autor chama atenção para o fato de que, de alguma forma, a ideia já aparece no SR de Frege, mais especificamente na notória nota de rodapé que trata da variabilidade do sentido de ‘Aristóteles’. Atribuições são *de re*, nesta terminologia, na medida em que são feitas do ponto de vista do atribuidor, sendo adequadas na medida em que a referência/designação se mantém a mesma da atribuição para o estado mental atribuído.

A análise de Almog no artigo recupera grande parte do argumento do chamado “quarteto” referencialista (Putnam, Donnellan, Kripke e Kaplan). Nosso interesse neste trajeto de Almog

---

86 Claro, existem usos de atribuições que buscam se comprometer com a maneira que o agente ao qual a crença é atribuída pensa sobre a referência. Entretanto, este uso não é o único possível – ademais, dados os exemplos kaplanianos e seu caráter corriqueiro, tais usos comprometidos com um modo de apresentação parecem restritos a contextos muito específicos (ver Perini-Santos, 2025b, p. 159). De qualquer forma, no que toca a unificação da linguagem e do pensamento, a adequação das atribuições consideradas aqui se dá em função da manutenção da referência/denotação através dos termos considerados. ‘O novo palestrante’ denota a referência do uso de ‘eu’ na atribuição. Não precisamos da identidade de um conteúdo *fine grained* ou bidimensional (o sentido ou *character* das expressões pode diferir).

se dá especificamente no que toca sua discussão sobre identidades informativas e não informativas. Lembremos rapidamente que Frege explicava as propriedades cognitivas das identidades por meio de uma diferença na proposição expressa por ambas. Diferentes componentes sub-sentenciais, como ‘a’ e ‘b’, possuíam sentidos diferentes portanto diferentes contribuições proposicionais. A informatividade ou trivialidade já estava construída na semântica da composição dos termos.

A abordagem apresentada por Almog é completamente diferente. Seu ponto de partida é o influente *A puzzle about belief* de Kripke (1979). No texto, Kripke reformula um dos argumentos apresentado em suas palestras em Princeton, publicadas no *Naming and Necessity*. Como vimos no capítulo 1, diferentes falantes são capazes de associar descrições diferentes aos termos da língua. Além disso, falantes podem associar a nomes diferentes exatamente a mesma informação. Para seguir o exemplo de Kripke, um falante S pode associar aos nomes ‘Cícero’ e ‘Túlio’ a mesma descrição indefinida ‘... é um orador romano famoso’. Se esta descrição atuar como o sentido associado aos termos, uma identificação *Cícero é Túlio* seria trivial, na medida em que ambos os termos expressariam o mesmo sentido. Isto parece inaceitável.

Kripke apresenta tais considerações como uma objeção cabal à teoria fregeana: termos podem possuir o mesmo sentido e, mesmo assim, uma identificação entre ambos pode ser informativa. Além disso, vemos no autor outra quebra com o paradigma fregeano. Tenhamos em mente o famoso caso Paderewski. Digamos que de manhã um agente S ouve que o pianista Paderewski vai se apresentar no teatro hoje. Ao fim do dia e assistindo o jornal, S descobre que o político Paderewski está buscando a aprovação de uma lei específica.

Talvez por achar que pianistas não podem ser políticos, S não percebe que se trata da mesma pessoa. A novidade aqui está no fato de que não são apenas ocorrências correferenciais, as ocorrências de ‘Paderewski’ são instâncias do *mesmo nome* (pelo menos se levarmos em conta a maneira que Almog e os referencialistas individualizam nomes). A forma de uma identidade neste caso seria ‘ $a=a$ ’, uma identidade trivial. Entretanto, parece que ao descobrir que Paderewski é Paderewski, S ganha informações valiosas. O exemplo acima mostra como uma identidade da forma  $a=a$ , *contra* Frege, pode ser informativa!

Quais as conclusões de Almog (2005, p. 512), dadas as considerações kripkeanas acima? Vimos que duas expressões, como ‘Cícero’ e ‘Túlio’, podem ter associadas a si as mesmas informações e ainda assim uma identificação entre ambas pode ser informativa. Isto é, uma identificação entre dois termos que expressariam o mesmo “sentido” pode ser informativa. Por um lado, a ideia é que o par informatividade/trivialidade se encontra não no nível do conteúdo semântico dos componentes identificados, seja tal conteúdo entendido em uma chave fregeana ou referencialista, mas em um nível relacional, sensível às informações associadas a cada expressão. ‘ $a=b$ ’ é informativo na medida em que a verdade da identidade não pode ser descoberta “por dentro”, tendo em vista as informações associadas a ‘a’ e ‘b’! Para voltar ao exemplo de Kripke, S sabe que Cícero e Túlio são oradores romanos famosos. Entretanto, a partir dessas informações, S não é capaz de decidir a verdade ou falsidade de uma identidade como ‘Cícero é Túlio’ (ver também Almog, 2008, p. 567-568). As informações associadas a cada termo são insuficientes.

Podemos desenvolver tais considerações ao nos atentarmos para o que Murez (2021) chamou de limitações baseadas em dados (*data based limitations*) de sistemas cognitivos. A distinção, que advém da

ciência cognitiva, se dá entre as limitações de dados e as limitações baseadas em recursos. Recursos são tomados aqui, larga medida, como raciocínio, atenção, tempo ou energia. Se um sistema enfrentasse uma limitação<sup>87</sup> baseada em recursos, a mesma poderia ser resolvida caso estes fossem despendidos adequadamente.

Limitações baseadas em dados possuem características diferentes das limitações baseadas em recursos – fato esse evidenciado pelas identidades informativas. Digamos que S possui dois termos, ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’. Dada a correferencialidade dos termos, S possui duas maneiras de se referir a Vênus. Digamos também que S não sabe disso. Essa redundância, a posse de dois conceitos correferenciais, pode ser enquadrada como uma limitação, principalmente na medida em que pode gerar Casos de Frege. Não importa quantos recursos, quanto tempo ou energia, S dedique a analisar a questão da identidade de Hesperus e Phosphorus. Se as informações associadas a cada termo são insuficientes para concluir a verdade ou falsidade da identidade, é necessário que o sistema angarie mais informações. Claro, o tipo de informação mais relevante aqui é descobrir que Hesperus é Phosphorus.

Informatividade então é identificada não como uma propriedade semântica dos termos, mas como uma propriedade relativa aos conjuntos de informações associadas pelos falantes aos termos – isso dado que o referencialismo nega a restrição cognitiva sob a semântica (Wettstein, 1986). Essa concepção rompe com a doutrina fregeana que atrela intimamente o par informativo/trivial à forma ‘a=b’ e ‘a=a’, respectivamente. Dadas as diferenças apropriadas nos

---

<sup>87</sup> Podemos construir limitações baseadas em recursos tendo em vista as crenças contraditórias usualmente discutidas na bibliografia sobre fragmentação mental, como em Lewis, 1982; Davidson, 1982; Stalnaker, 1984.

*data banks*, para usar a expressão de Almog, ‘Paderewski é Paderewski’ pode ser informativo, enquanto ‘Zico é Arthur Antunes Coimbra’ pode ser trivial (para um agente que saiba que tal e tal objeto possui ambos os nomes)<sup>88</sup>.

Tal relativização (Almog, 2005, p. 514) das identidades aos conjuntos de informações pode ser muito confortavelmente absorvida em uma teoria de arquivos mentais – de fato, é o que vemos no trabalho de Murez. A arquitetura dos arquivos, junto com sua irrelevância vericondicional, os tornam candidatos adequados para redescrever a imagem de Almog. Em primeiro lugar, dado que S possui dois arquivos mentais CÍCERO e TÚLIO, cada um associado à informação ‘... é um orador romano famoso’, de fato não há razão nenhuma para se trata de arquivos correferenciais, tendo em vista seus conteúdos descritivos/concepções. A descrição indefinida em questão não é identificadora, logo uma identificação entre os arquivos seria informativa.

Além disso, no que toca à informatividade de ‘a=a’, a teoria de arquivos mentais pode aqui ser aplicada. Perry (2011, p. 128) resume muito bem como uma teoria do tipo pode lidar com casos Paderewski.

---

88 Tal fato foi usado, por exemplo, por Almog (2008) para argumentar que não existe Enigma no que toca as sentenças de identidades. Contra Frege, não podemos dizer que ‘a=a’ e ‘a=b’ são sempre, respectivamente, trivial e informativa. Valente e Boccardi (2020) discordam dos autores, distinguindo entre identidades triviais e identidades meramente não informativas. Este último caso, identidades não informativas, segue o funcionamento assinalado por Almog: tanto ‘a=a’ quanto ‘a=b’ podem ser não informativas – basta que o agente em questão saiba que se tratam de nomes correferenciais. Já identidades são triviais quando sua correferência está, de alguma forma, garantida. Os autores lançam mão da noção relacionista (Campbell, 1987; Fine, 2007; Gray, 2017) de coordenação (ver seção (3.2)): identidades são triviais quando as representações identificadas estão coordenadas, quando sua correferência está demarcada.

Quanto às suas representações, S possui dois arquivos mentais diferentes, um PADEREWSKI-pianista e outro PADEREWSKI-político. Novamente vemos a possibilidade de arquivos estarem dissociados dos nomes próprios da língua – existem mais objetos que nomes próprios, portanto precisamos ser capazes de representar diferentes objetos que acabam por possuir o mesmo nome. S pode agrupar em ambos os arquivos a informação ‘... é chamado ‘Paderewski’ e ainda assim tomá-los como dizendo respeito a objetos diferentes. Dada a diferença entre descrições associadas (e a correspondente limitação de dados), a descoberta da identidade seria informativa. Da mesma forma, ‘Arthur Antunes Coimbra é Zico’ pode ser trivial na medida que S, um ávido torcedor do Flamengo, associa ao arquivo ZICO as informações ‘... se chama ‘Zico’ e ‘... se chama ‘Arthur Antunes Coimbra’. A verdade da identidade já está resolvida.

Para concluir, temos então o argumento de Almog, que parte da tradição referencialista, para identificar a informatividade das sentenças de identidade não em propriedades semânticas dos termos eles mesmos, mas em relação às informações associadas aos termos pelos falantes da língua. Isso abre caminho para uma visão relativa e relacional da informatividade. A teoria dos arquivos mentais absorve muito bem a proposta de Almog, identificando na contraparte mental a fonte para a informatividade, as propriedades cognitivas do uso da linguagem.

O passo dado por Almog é importante, mas não contempla toda a história da relação entre arquivos e identidades. O traço central da proposta, o caráter relacional da informatividade, será mantido. Entretanto, como veremos, a descoberta de uma identidade verdadeira leva o sistema de arquivos mentais a um remanejo cognitivo relevante. Dedicamos o resto da seção a este tema.

### 3.1.2 O *insight* de Strawson

Com Almog, demos o primeiro passo em nosso argumento. A ideia do autor é identificar a informatividade de uma identidade nos conjuntos de informações associadas pelo agente a cada representação. Vimos como a teoria de arquivos consegue facilmente absorver as teses de Almog. A posse de dois arquivos diferentes e correferenciais é vista como uma limitação de dados do sistema; a redundância das representações pode ser explicada na medida em que sua identificação não pode ser resolvida tendo em vista as informações possuídas pelo sistema.

O argumento de Almog, entretanto, não nos fornece nenhum mecanismo que permita resolver a redundância. Em especial, qual seria a consequência cognitiva da descoberta de uma identidade informativa? A resposta para esta pergunta se encontra em uma pequena passagem de *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, de Strawson (1974). O autor, junto com Kaplan (1968) e Lockwood (1971), é um dos primeiros teóricos a defender a ideia de um arquivo mental e a aplicá-la à problemas de significância cognitiva. Em especial, Strawson está diretamente enfrentando o problema das identidades informativas.

Em primeiro lugar, Strawson identifica o problema de maneira padrão, como apresentado na subseção (1.1.1). Sua solução, como adiantamos, consiste em oferecer uma teoria de arquivos mentais, uma imagem de como humanos recebem e organizam informações que dizem respeito à objetos. Podemos ver que seu tratamento de arquivos é funcional na medida em que o autor nos oferece *dois modelos* diferentes de como processamos informações acerca da representação singular. Ambos capturam, com arquiteturas

diferentes, a organização de informações e sua associação a representações singulares.

Um dos modelos não é um baseado na imagem de um arquivo *bona fide*, mas de uma espécie de mapa. Nesta imagem, os nossos conceitos singulares são pontos no mapa, representando objetos. As propriedades dos objetos são representadas como setas ou linhas.

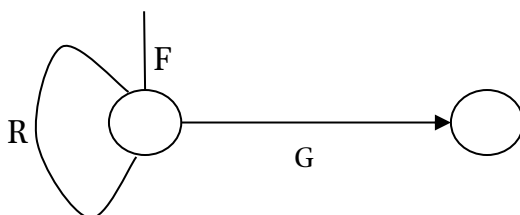


Fig.1: Esquema do primeiro modelo de Strawson (1974)

Setas podem se conectar a um outro objeto, representando uma propriedade relacional ( $aGb$ ). Elas podem se voltar ao próprio objeto, representando propriedades reflexivas ( $aRa$ ) e, por fim, podem não se juntar a nenhum outro ponto ( $Fa$ )<sup>89</sup>.

Já o segundo modelo de Strawson é propriamente uma teoria de arquivos. Ao invés de ponto em um mapa, a mente é tomada como contendo uma série de “cartões” para cada conjunto de informações possuído pelo agente. Ao adquirir alguma informação nova, o cartão ou arquivo relevante é acessado e a informação é então armazenada.

Na sequência, teremos em vista o segundo modelo, tomando a teoria apresentada na seção (2.2) como dada. De qualquer forma, no que toca às identidades, Strawson não se contenta em identificar a

---

<sup>89</sup> Um desenvolvimento recente, que intuitivamente persegue uma formulação mais robusta do primeiro modelo de Strawson, pode ser visto na aplicação da teoria dos grafos ao Enigma de Frege – especificamente em (Pryor, 2015).

fonte da informatividade na diferença de informações associadas. O *insight* do autor é justamente tomar a descoberta de uma identidade como gerando uma *operação sobre os arquivos*. Digamos que S, que antes possuía dois arquivos diferentes para ZICO e ARTHUR ANTUNES COIMBRA, passa a acreditar que ZICO é ARTHUR ANTUNES COIMBRA; o ganho informacional se dá não apenas pois não havia maneira de, internamente, descobrir o fato, mas também pois o sistema será capaz de realizar uma operação sobre os arquivos identificados.

No texto, o tipo de operação proposta é chamada de *merge*. Trata-se da fusão dos arquivos, da conjunção total de informações. No que toca ao manejo dos arquivos propriamente ditos, temos duas opções (Strawson, 1974, p. 55): (i) um dos arquivos é apagado e toda a informação é transferida para o arquivo restante; (ii) ambos são apagados e um terceiro arquivo é criado, armazenando todas as informações previamente divididas. As opções são chamadas por Recanati (2021), respectivamente, de *quasi-merge* (i) e *merge* (ii).

Strawson nota que a informatividade das identidades, em um certo sentido (identificado por Almog), vai diferir de falante para falante (Millikan, 1997, p. 507). Como as informações contidas nos arquivos variam de falante para falante, o resultado do *merge* gera um único arquivo que pode diferir, em sua concepção, de falante para falante. Por isso que dissemos, na subseção passada, que as identidades são relativas. Entretanto, o que se mantém estável e geral é a operação realizada nos arquivos quando uma identidade informativa é descoberta. No caso, operação e informatividade caminham juntas: para o torcedor de futebol que sabe que ZICO é ARTHUR, a identidade é trivial na medida em que a operação não pode ser realizada – há apenas um único arquivo em questão.

### 3.1.3 Variedades de *Merge*

Em *Mental Files*, Recanati (2012) critica o modelo de *merge* de Strawson e defende, ao contrário, um modelo baseado no *linking*. Neste modelo, a descoberta de uma identidade informativa não altera o número de arquivos no sistema, mas os conecta de tal forma a permitir que a informação armazenada em um arquivo seja utilizada por outro. Inicialmente, ambos os modelos dão conta do seguinte padrão inferencial:

- 1) S acredita que Zico é jogador de futebol
- 2) S acredita que Zico é Arthur Antunes Coimbra
- 3) S acredita que Arthur Antunes Coimbra é jogador de futebol

Ao descobrir que (2), S pode utilizar uma informação armazenada em ZICO e predicá-la de ARTHUR. Isso é o caso mesmo se o modelo adotado for baseado no *merge* ou no *linking*.

Entretanto, Recanati (2012 e 2021) elenca uma série de argumentos a favor do *linking*, mesmo se ambos os modelos dão conta de casos como (1-3). Um primeiro argumento<sup>90</sup> diz respeito à reversibilidade da identificação. Uma identidade informativa pode ser falsa. Digamos que nosso agente, que acreditava que ZICO é ROBERTO DINAMITE, passa a descobrir que se trata de objetos diferentes. O agente deve ser capaz de voltar à sua situação inicial, com dois arquivos diferentes ZICO e ROBERTO DINAMITE. Entretanto, no modelo de *merge* não está claro como as informações podem se separar, visto que ao mínimo um dos arquivos foi apagado. Como o

---

<sup>90</sup> Ver também Crimmins e Perry, 1989, p. 692 e Millikan, 1997, p. 508.

rastreio dos objetos está associada a existência de tais e tais veículos, a deleção de um deles alteraria as capacidades representacionais do agente. Para explicar a reversibilidade precisamos de mais recursos.

Um outro argumento diz respeito à capacidade de representação de estados mentais de outros agentes, algo na direção de uma teoria da mente. S pode saber que Zico é Arthur Antunes Coimbra, entretanto, se ambos os arquivos correspondentes se tornarem apenas um, como exatamente S será capaz de representar os estados mentais de S', que não acredita na identidade informativa? Este é um problema por razões similares ao problema da reversibilidade: o que dita as capacidades (meta)representacionais do agente é a posse dos veículos representacionais adequados. Este argumento também nos aponta para uma função muito interessante de arquivos, seu papel *vicário*. Recanati (2012, p. 183) propõe que alguns arquivos são usados, digamos, por S para representar os estados mentais de S'<sup>91</sup>. O arquivo ZICO pode ser usado de maneira vicária, a partir dos recursos conceituais de S, para representar falivelmente como S' pensa sobre tal e tal objeto<sup>92</sup>.

Por fim, como diferentes arquivos são criados tendo em vista diferentes relações-ER com os objetos, ao apagar um dos arquivos

---

<sup>91</sup> A ideia de arquivos vicários é um recurso, de dentro da teoria de arquivos mentais, para dar conta da ideia de Kaplan e Almog de que atribuições de atitudes são feitas com os recursos do atribuidor.

<sup>92</sup> Podemos pensar que um arquivo vicário ZICO está “contido” no arquivo mental de S sobre S'. Isso abre a possibilidade de uma nova forma de *linking*, o chamado *linking* vertical (Recanati, 2012, p. 193). Isso se dá quando o arquivo vicário ZICO, contido pelo arquivo S', é identificado com o arquivo usual ZICO de S. Trata-se de identificação de um arquivo vicário com um arquivo usual (o que não exatamente implica na livre circulação de informações entre os arquivos). Este uso vicário de arquivos é especialmente importante para psicólogos do desenvolvimento que aplicam a teoria de Recanati, como Perner (2015 e 2025).

perdemos o canal informacional correspondente. Digamos que eu descubra que ISSO é CHOMSKY. Se o arquivo perceptual ISSO for apagado, sendo absorvido por CHOMSKY, então o canal informacional perceptual seria perdido. Isso teria consequências comportamentais graves, visto a utilidade do rastreo perceptual. Como vimos, ao atrelarmos um arquivo estável a um *buffer*, podemos usar a informação armazenada a longo prazo para informar nossa ação diretamente. Em geral, pode ser vantajoso manter diversos canais informacionais abertos, mesmo que o sistema registre que a fonte de todos seja a mesma<sup>93</sup>.

Apesar dessas três frentes argumentativas, o próprio Recanati vai, posteriormente, defender uma posição baseada no *merge* e não no *linking*. A ideia é tentar dar conta da pressão das objeções acima e, ao mesmo tempo, se conformar com a chamada *Constraint* de Strawson: para cada objeto, o sistema deve emitir apenas um arquivo mental. A posição, que parece se seguir dos trabalhos de Strawson, também foi defendida por outros autores, como Perry (2011, p. 64). Dada a função de arquivos, é esperado que agentes possuam de fato diferentes arquivos correferenciais, em situações em que eles não tenham descoberto a identidade informativa relevante. O ponto é que, dada a descoberta, o sistema deve eliminar a redundância.

Para realizar este projeto, Recanati presta atenção em uma sugestão de Perry (2011, p. 203). Tomemos um caso de reconhecimento

---

<sup>93</sup> Claro, está vantagem apenas se dá no contexto de conceitos egocêntricos. Como vimos, arquivos estáveis (ou entradas enciclopédicas) estão baseadas em quaisquer relações que são tidas como remetendo ao mesmo objeto. Como nota Recanati (2021), Strawson estava apenas preocupado com entradas enciclopédicas. A preocupação com conceitos egocêntricos surge após as discussões de Perry (1979 e 1993) sobre o indexical essencial. Por isso nosso exemplo acima, ISSO é CHOMSKY, envolve um arquivo perceptual.

na percepção. João está observando um senhor de idade na rua, abrindo assim um arquivo perceptual do objeto. O senhor vira o rosto em direção a João, que o leva a reconhecer o objeto como Chomsky. Em um primeiro momento temos ativo apenas o arquivo ISSO. Em um segundo momento, após o reconhecimento e seguindo Perry, o arquivo CHOMSKY ele mesmo atua como *buffer* na percepção. João pensa, pós-reconhecimento, naquele objeto em sua frente *qua* CHOMSKY diretamente. Após cessado o encontro perceptual com o objeto, o arquivo estável CHOMSKY para de agir como *buffer*, mas sem com isso deixar de ter sido enriquecido com informações baseadas na percepção de Chomsky.

Na terminologia de Recanati (2021), este é um caso de *quasi-merge*. Isso pois, como vimos, apenas um dos arquivos é eliminado (ISSO), enquanto o outro (CHOMSKY) é enriquecido. Como arquivos estáveis são baseados em quaisquer relações tomadas como remetendo ao mesmo objeto, tal enriquecimento não se dá apenas ao nível da concepção do arquivo – uma nova relação-ER é “adicionada” ao conjunto de canais informacionais aos quais o arquivo CHOMSKY é sensível. Casos de *merge* propriamente ditos são casos onde há a substituição de dois arquivos, digamos HESPERUS e PHOSPHORUS, por um terceiro como VÊNUS.

O terceiro e último tipo de caso relevante aqui diz respeito à chamada *conversão incremental*. Pensemos em uma variação do caso de João, no qual o reconhecimento de Chomsky se dá instantaneamente. Ou seja, não existem dois arquivos diferentes, um *buffer* ativo e um arquivo estável inativo, no momento inicial da percepção. Aqui, João reconhece Chomsky imediatamente. Suponhamos também que esta é a primeira vez que João vê seu linguista favorito. Neste tipo de caso, um arquivo estável não só é

atrelado às percepções do agente, como diretamente o conjunto de canais informacionais (e consequentemente a concepção do arquivo)<sup>94</sup> ligados ao arquivo é enriquecido. A diferença com o caso anterior de *quasi-merge* é que em nenhum momento um arquivo “puramente”<sup>95</sup> perceptual ISSO foi gerado.

Se nas três variedades de operações sobre arquivos, *merge*, *quasi-merge* e conversão incremental, o conjunto de canais informacionais aos quais o arquivo é sensível pode ser enriquecido, temos um caminho para rebater as três objeções acima. Em primeiro lugar, a multiplicidade de arquivos correspondentes a cada relação-ER pode ser substituída por um único arquivo. Há aqui não só uma conformação com a *Constraint* de Strawson, mas também um ganho na economia cognitiva – menos veículos, maior complexidade<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> Ver Evans, 1982, p. 296-297 sobre as *mixed ideas*. Um caso de reconhecimento, seja via *quasi-merge* ou conversão incremental, envolve a utilização de um mesmo arquivo em diversos encontros. Seguindo o exemplo de Evans, digamos que S veja um objeto *o* em duas ocorrências distintas. Aqui, Evans nos diz que talvez seria possível decompor o arquivo em questão em dois veículos diferentes, cada um dizendo respeito a um encontro com *o*. Mas o usual é pensar que um mesmo veículo é sensível a diferentes canais informacionais que, supostamente, levam ao mesmo objeto. Como diz Evans, este processo de reconhecimento nos leva a um conjunto rico de informações. Ver também a ideia de um *modo de apresentação composto* em (Recanati, 2024b), quando um mesmo modo de apresentação, um mesmo arquivo, é sensível a diferentes modalidades sensoriais ou tipos de canais informacionais. Modos compostos são diferentes de modos dinâmicos, como os *dynamic fregean senses* de Evans.

<sup>95</sup> A ideia em jogo diz respeito a como arquivos mentais podem conter (ou ser sensíveis a) diferentes canais informacionais que remetem à mesma fonte. Um arquivo “puro” seria então aquele que é sensível, em um estágio inicial, a apenas uma relação-ER. Como diz Recanati (2021), em casos de identidades informativas, usualmente existem relações-ER compostas, um conjunto de diferentes canais que supostamente remetem à mesma fonte.

<sup>96</sup> Ver Pavese, 2020. Pavese comenta o processo de *chunking* de representações no contexto da psicologia sensório motora. É comum nesta área da psicologia a

No que toca o uso metarepresentacional de arquivos vicários, Recanati concorda com a ideia de que, sem os veículos adequados (ZICO e ARTHUR, por exemplo), S não seria capaz de representar os estados mentais de S', o agente que não sabe que Zico é Arthur. Temos aqui que aplicar a distinção entre arquivos usuais e arquivos vicários: a *Constraint* de Strawson, a exigência de emissão de apenas um arquivo mental para cada objeto, se aplica somente aos casos de arquivos usuais. Dada sua função metarepresentacional, mesmo se os arquivos ZICO e ARTHUR sofrerem a fusão, isto não impede o sistema de manter dois arquivos vicários diferentes separados.

Assim, dado que há, em algum nível, a manutenção de arquivos vicários pós-merge, podemos dar conta também da reversibilidade da identidade<sup>97</sup>. No caso de uma identidade informativa falsa (Zico é Roberto Dinamite), o uso metarepresentacional de arquivos deve ser revertido para um uso regular/usual. Digamos que S, do exemplo acima, e seus amigos fãs de futebol, estivesse errado sobre a história do futebol – que a identidade ‘Zico é Arthur Antunes Coimbra’ fosse falsa. Ao conversar com S', este sendo agora aquele que sabe da falsidade da identidade, poderíamos ter o seguinte cenário: S nota o

---

postulação de comandos motores, veículos representacionais que são gerados por um módulo especializado chamado de planejador motor. Os comandos são as entidades responsáveis por transmitir a informação relevante para uma ação para o resto do corpo. De maneira interessante, à medida em que um sistema se torna mais hábil na realização de uma tarefa, cada vez menos comandos motores podem ser emitidos pelo módulo. Os comandos passam por um processo de *chunking*: a informação que antes era transmitida através de muitos comandos passa a ser operada por meio de menos veículos, que carregam um “conteúdo” mais complexo – o que parece ser econômico do ponto de vista cognitivo. O *merge* e o *chunking* não são o mesmo processo, mas a ideia, principalmente no que toca a economia cognitiva, é similar.

<sup>97</sup> Evans (1982, p. 298) sugere (não em nossos termos) que nem sempre a decomposição ou a reversão do *merge* pode ser efetuada.

estranhamento de S' e atribui a ele dois arquivos vicários diferentes, ainda acreditando na identidade falsa. Ao ser corrigido por S', o nosso agente S transforma os arquivos vicários ZICO e ARTHUR em diferentes arquivos usuais. Com estas considerações, podemos rebater as três objeções que apontavam para o *linking*, mantendo um modelo baseado na operação *merge* pós-descoberta de uma identidade informativa.

### 3.1.4 Conclusão

Nesta seção (3.1), aplicamos a teoria de arquivos mentais a uma dimensão do Enigma de Frege, o problema das identidades informativas. Começamos com algumas considerações que surgem a partir dos trabalhos de Almog no que toca às identidades. Em particular, o autor nota o caráter relacional e relativo da informatividade. Dependendo de como cada agente associa informações aos termos da língua, sentenças da forma 'a=a' e 'a=b' podem variar no que toca às suas propriedades cognitivas.

A teoria de arquivos absorve muito bem as observações de Almog. Os arquivos, capturando as propriedades cognitivas do uso da linguagem, explicam como funciona a associação de informações às representações singulares em jogo e como uma dada identidade pode ser informativa em relação a tal conjunto de informações. Ademais, como este conjunto varia de agente para agente, uma mesma sentença da linguagem, como  $a=a$ , pode variar no que toca seu valor cognitivo.

O que Almog não nos dá, por sua vez, é uma teoria dos efeitos cognitivos da descoberta de uma identidade. Por isso apresentamos os trabalhos de Strawson. Nele não só reforçamos a definição funcional de arquivos, via seus dois modelos, como extraímos seu *insight*: uma

identidade gera uma operação de *merge* nos arquivos identificados. Mesmo se parte da bibliografia criticou o modelo de *merge*, vemos um esforço recente de Recanati de sustentar tal operação frente às críticas do modelo de *linking*. Parte da defesa do modelo strawsoniano se dá por meio da distinção entre arquivos usuais (representacionais) e arquivos vicários (meta-representacionais).

Por fim, a distinção nos permite dissipar uma última tensão: arquivos ao mesmo tempo explicam a relativização da informatividade ao agente e as capacidades meta-representacionais do mesmo. ‘Zico é Arthur’ pode ser trivial para mim, mas, ao mesmo tempo, posso entender como a mesma sentença pode ser informativa para outrém. Enquanto possuo apenas um arquivo representacional ZICO, posso associar a algum outro agente dois arquivos vicários ZICO e ARTHUR, dado um contexto adequado e a existência de duas relações-ER diferentes que remetem, neste caso, ao mesmo objeto<sup>98</sup>.

Respondemos assim um dos desdobramentos do Enigma com os recursos construídos ao longo do capítulo 2, isto é, de maneira compatível e consistente com o referencialismo. Na próxima, e última, seção, trataremos do problema da correferência.

---

<sup>98</sup> Tenhamos em vista o seguinte exemplo: a sentença “Maria acredita que Zico é meio campista e não acredita que Arthur é meio campista” pode ser verdadeira se Maria possui dois arquivos mentais diferentes, ZICO e ARTHUR. Mas e se a sentença for enunciada por João, fã de futebol e conhecedor da identidade informativa Zico = Arthur? Neste caso, João deve ser capaz de representar os estados mentais de Maria, associando ao seu arquivo usual MARIA dois arquivos vicários diferentes ZICO e ARTHUR, ambos em *linking* vertical com seu único arquivo usual ZICO. Esta configuração captura situações nas quais um agente sabe que seu interlocutor não sabe que  $a=b$ .

## Seção 3.2 – Significância cognitiva

### 3.2.0 Introdução

Uma das formas de apresentar o problema da correferência começa por notar uma diferença na chamada significância (ou valor) cognitiva de certas sentenças. Em especial, tais sentenças usualmente são construídas como possuindo as mesmas condições de verdade, ou ainda como expressando a mesma proposição. Teríamos então:

- 4) Zico é meio campista
- 5) Arthur Antunes Coimbra é meio campista

Tanto (4) quanto (5) são verdadeiras exatamente nas mesmas condições. Entretanto, como vimos, as sentenças possuem valores cognitivos diferentes. O que exatamente isso significa? Apesar de se tratar do mesmo fenômeno, existem pelo menos<sup>99</sup> quatro dimensões diferentes no que toca ao valor cognitivo. Nesta seção (3.2), vamos

---

<sup>99</sup> Não trataremos das soluções pragmáticas ao Enigma neste trabalho (ver Braun, 1998). Se fossemos levar em consideração os trabalhos de Soames (1987a), Salmon (1986) ou Saul (1998), talvez seríamos levados a aceitar uma dimensão pragmática da significância cognitiva. Aqui, a diferença de valor cognitivo das sentenças (4) e (5) seria absorvida por diferentes implicaturas comunicadas pelo falante ao enunciar (4) ou (5) – existem diferentes propostas acerca da natureza e do “conteúdo” destas implicaturas. Entretanto, como não vamos investigar esta estratégia de solução do Enigma, trabalharemos apenas com as quatro dimensões do valor cognitivo salientadas acima.

explicitá-las e mostrar como a teoria dos arquivos dá conta de todas as dimensões.

### 3.2.1 Destrinchando a significância cognitiva

Uma das quatro dimensões da significância cognitiva já foi tratada neste capítulo. Ela diz respeito justamente às sentenças de identidade triviais e informativas. Inicialmente, as sentenças diferem cognitivamente ao serem ora triviais, ora informativas – isso mesmo se ambas expressarem a mesma proposição. Uma segunda dimensão diz respeito a certos padrões doxásticos (ou atitudinais) esperados de agentes racionais. Dada uma diferença no valor cognitivo de (4) e de (5), é esperado que um agente racional possa acreditar em uma sentença, enquanto não acredita na outra. Na seção (1.1), vimos este padrão doxástico ser capturado por meio de um critério, chamado por Evans (1982) de Critério Intuitivo da Diferença:

#### **Critério intuitivo da diferença para sentenças**

Se um sujeito racional pode acreditar que *S* enquanto não acredita que *S'*, então o sentido associado às sentenças é diferente.

Tal Critério é inicialmente formulado como um Critério que individua (ou que deve ser satisfeito por) sentidos fregeanos. Isso se dá pois são os sentidos que, na teoria de Frege, explicam o valor cognitivo. Mas a mesma ideia do Critério pode ser expandida. Como diz Recanati (2012 e 2024a), qualquer entidade teórica que for aplicada para dar

conta do Enigma deve satisfazer o Critério. Não se trata propriamente de um Critério de individuação de sentidos ou modos de apresentação, mas sim um Critério a ser satisfeito por toda noção que quiser desempenhar o papel de modo de apresentação.

O par informativo/trivial e o Critério interagem. É esperado que todo agente racional acredite que  $a=a^{100}$ , mas é plenamente possível que o mesmo agente não acredite que  $a=b$ . Mas, seguindo o Critério, tal distribuição de crenças não é explicada pela diferença em informatividade nas identidades, mas por uma diferença nos modos de apresentação associados aos componentes sub-sentenciais das identidades. Podemos localizar no conteúdo descritivo/concepção dos arquivos a fonte da informatividade das sentenças na língua, enquanto atribuímos à posse de um ou dois arquivos mentais a distribuição de crenças. S pode não acreditar em  $a=b$  na medida em

---

<sup>100</sup> Se tivermos a discussão de Almog (2005 e 2008) em mente, talvez esta expectativa pareça estranha. Vimos como ‘Paderewski é Paderewski’ pode ser informativa, o que nos levaria a crer que nem todo agente racional acredita em  $a=a$ , para qualquer  $a$ . Entretanto, temos aqui que atentar para qual o nível de análise que a parafrase em cálculo de predicado busca capturar. Nos exemplos de Almog, ‘ $a=a$ ’ captura a forma da sentença na linguagem natural – como é atribuída uma constante individual a cada nome próprio e como, na sentença em questão, vemos duas ocorrências do mesmo nome, então parafraseamos ‘Paderewski é Paderewski’ como ‘ $a=a$ ’. Mas podemos querer capturar (mesmo *contra* Almog, 2005, p. 529), inspirados no formalismo de Kaplan (1968), não a forma da sentença, mas dos arquivos que o agente possui naquele contexto. Assim, seguindo Perry (2011), ‘Paderewski é Paderewski’ seria parafraseado como ‘ $\alpha=\beta$ ’, onde letras gregas são interpretadas, inspirados em Kaplan (ver (2.1.2)), como nomes vívidos ou arquivos mentais diferentes. Podemos realizar tal interpretação pois, por hipótese, o agente possuiria dois arquivos mentais diferentes. Neste sentido, é esperado que todo agente racional acredite que  $\alpha=\alpha$  pois trata-se não da mesma palavra, neste caso, mas do mesmo arquivo mental. Ademais, uma sentença na língua pode ter a forma  $a=a$  (Paderewski é Paderewski), enquanto sua contraparte mental teria a forma  $\alpha=\beta$  (PADEREWSKI-pianista é PADEREWSKI-político).

que possui dois arquivos mentais diferentes, que não foram identificados.

Uma terceira dimensão da significância cognitiva diz respeito às disposições comportamentais ligadas ao valor cognitivo de tais e tais representações. Inicialmente, podemos ver a conexão entre significância e comportamento por meio da literatura sobre o Indexical Essencial (Perry, 1979). Se compararmos as crenças ‘S acredita que o cliente bagunceiro está com saco furado’ e ‘S acredita que eu estou com o saco furado’, podemos ver muito claramente que ambas as crenças, dadas outras atitudes proposicionais adequadas de fundo, levariam S a comportamentos diferentes – procurar o cliente bagunceiro ou arrumar a própria bagunça.

Existem outros exemplos na bibliografia. Ainda com os trabalhos de Perry (1977) em mente, temos o caso do ataque do urso. S e S’ estão em uma floresta quando S é atacado por um urso. Ambos adquirem uma série de atitudes proposicionais que podem ser expressas pelas mesmas proposições: a crença de que <S, **ser atacado por, urso**> e o desejo de <S, **ser salvo do ataque**>. Entretanto, o comportamento dos agentes é diferente; todo o resto permanecendo o mesmo, S’ corre para pedir ajuda, enquanto S foge do urso. O caso pode ser formulado tendo em vista o Enigma: apesar de identidade de conteúdo referencial, o comportamento dos agentes é diferente. Por que?

Uma maneira influente de entender a diferença de comportamento é atribuí-la a uma diferença na significância cognitiva de ‘o cliente bagunceiro’ e ‘eu’ – tenhamos em mente trabalhos de russellianos como Braun (2001). Uma diferença na significância das representações dispõe o agente (ou explicaria a disposição) a se comportar de diferentes maneiras.

Por fim, a última dimensão diz respeito à questão do rastreio da correferencialidade de representações. Esta dimensão está ligada ao problema da transparência e opacidade. Duas ocorrências de representações, como dois nomes próprios, são transparentes quando sua correferência está de alguma forma demarcada ou “codificada” (*encoded*) – aquilo que Fine (2007) chamou de coordenação (Gray, 2022, p. 433) e que Campbell (1987) chamou de *trade on identity*. Por exemplo, as ocorrências de ‘Zico’ e ‘Arthur Antunes Coimbra’ em (4) e (5) *não* estão coordenadas; de certo ponto de vista, os nomes não “precisam” (Fine, 2010a) correferir. Sua correferência não está demarcada. Tomemos também os seguintes argumentos:

| Argumento I | Argumento II |
|-------------|--------------|
| Fa          | Fa           |
| Ga          | Gb           |
| ∴ Fa & Ga   | ∴ Fa & Ga    |

Fig.2: Exemplificação do *trade on identity* de Campbell (1987)

Segundo Campbell, o argumento (I) é válido. Não há a necessidade de representar a identidade das constantes em uma premissa auxiliar da forma  $a=a$ . Podemos simplesmente contar com a correferência das constantes, esta já está de alguma forma “demarcada” ou dada. Na realidade não é nem possível identificar as constantes do argumento I em uma premissa auxiliar. Isso nos levaria a um regresso ao infinito, visto que precisaríamos também explicitar a identidade das constantes nas premissas auxiliares (e assim por

diante) (ver também (Heck, 2012)). O argumento (II), pelo contrário, é inválido. Precisamos representar explicitamente a identidade das constantes em uma premissa da forma  $a=b$ . para assim conseguir concluir que  $(Fa \& Ga)$ . A correferência de 'a' e 'b' *não* está demarcada.<sup>101</sup> O que Campbell nos mostra é que deve existir algum tipo de mecanismo de demarcação ou codificação da correferência, visto a validade de (I) em detrimento de (II). O problema da coordenação diz respeito a explicar exatamente qual é esse mecanismo.

Alguns autores notam a ligação entre significância cognitiva e a correferencialidade. Millikan (1997), por exemplo, nota como os sentidos fregeanos atuam como “marcadores de duplicidade”. Identidade e diferença de sentido, seguindo também Campbell (1987), são os marcadores da correferencialidade na teoria fregeana – dada a identidade de sentido através de ocorrências de ‘Zico’, tais ocorrências “devem” correferir. Podemos generalizar: identidade de valor cognitivo, através de ocorrências de termos, é o marcador da correferência das representações<sup>102</sup>. Ademais, notemos também que casos como o Paderewski de Kripke constituem um exemplo no qual há identidade de tipo de termo, são ocorrências do mesmo nome, mas

---

<sup>101</sup> No caso de nomes próprios, se individuarmos nomes via sua grafia, então temos que diferentes ocorrências de um mesmo nome não precisam necessariamente estar coordenadas. Tendo em vista a individuação de nomes defendida por Perry (2011) ou Kaplan (1990), duas pessoas diferentes chamadas de ‘João’ possuem exatamente o mesmo nome. Querendo conectar o rastreio da correferencialidade com ocorrências de tipos de nomes, Taylor (2014) discorda de Perry e Kaplan e defende que nomes não devem ser individuados tendo em vista sua grafia; se duas pessoas são chamadas de ‘João’, teríamos então dois nomes diferentes em jogo. A ideia é que ocorrências de um mesmo tipo de nome estariam coordenadas. Claro, a proposta de Taylor deve enfrentar casos problemáticos, como o caso Paderewski de Kripke (1979).

<sup>102</sup> Processo esse que pode ser falível. Ver Almotahari, 2013; Lawlor, 2010 e Millikan, 1997.

não há coordenação. Isto se alinha com a ideia de que as ocorrências de Paderewski possuem valores cognitivos distintos.

As duas últimas dimensões, disposições comportamentais e a demarcação da correferência, interagem. Comparemos as seguintes atitudes, em um exemplo adaptado de (Gray, 2022):

6) S acredita que **Hesperus** está visível

7) S deseja ver **Hesperus**

O mesmo modo de apresentação HESPERUS está sendo utilizado em ambos os casos, logo o sistema de crenças de S demarca ambas as crenças como dizendo respeito ao mesmo objeto. Dadas estas crenças, S estará disposto a olhar para o céu e ver Vênus. Mas e se as crenças não estiverem coordenadas?

8) S acredita que **Phosphorus** está visível

9) S deseja ver **Hesperus**

Neste caso, não há disposição, por parte do agente, de olhar para o céu e ver Vênus. A demarcação da correferencialidade, via identidade de significância cognitiva, é central no que toca aos comportamentos esperados dos agentes – principalmente ao considerarmos os conjuntos de atitudes proposicionais possuídos pelo agente.

Nas próximas subseções, vamos mostrar como a teoria dos arquivos mentais consegue dar conta conjuntamente das quatro dimensões assinaladas acima.

### 3.2.2 Explicando a significância I

Vimos na subseção passada quatro dimensões da significância cognitiva: informatividade, distribuição doxástica, disposição comportamental e a demarcação da correferência. Ademais, também já vimos como esta primeira dimensão, a informatividade das identidades, é absorvida em uma teoria de arquivos. Passaremos às outras três dimensões.

Em primeiro lugar, no que toca o Critério da Diferença e uma diferenciação das crenças (4) e (5), tenhamos em mente uma diferença na teoria relacional da crença disponível aos teóricos fregeano e referencialista. Um referencialista possui apenas proposições russellianas para dar conta da individuação de crenças. Logo, as crenças (4) e (5) seriam idênticas – a mesma atitude proposicional. O fregeano, por sua vez, pode individuar atitudes de maneira mais fina, dada uma diferença no Pensamento expresso pelas sentenças embutidas. Como o teórico de arquivos se insere nesta dialética?

Até mesmo dentre os primeiros trabalhos que postularam alguma teoria de arquivos, como Kaplan (1968) e Strawson (1974), vimos a relação íntima entre posse de arquivos e crenças (ou outras atitudes). Kaplan ele mesmo nos dizia que a posse de um nome vívido é essencial para que o agente tenha crenças singulares sobre o objeto em questão. Sua reconstrução do sentido relacional de crença quineano (a relação representar<sub>b</sub>) explicitamente diferencia crenças correferenciais via uma diferença nos nomes vívidos envolvidos em cada caso. Como era de se esperar, exatamente o mesmo tipo de estratégia está disponível para o teórico de arquivos.

A individuação de crenças se dá de maneira mais fina que a teoria relacional da crença referencialista. Uma crença, enquanto

particular cognitivo concreto<sup>103</sup> (Crimmins e Perry, 1989), é composta de noções ou arquivos mentais. Uma diferença no veículo em questão acarretaria uma diferença na crença, mesmo se a proposição russelliana entretida for exatamente a mesma. Por que um agente racional pode acreditar em (4) enquanto não acredita em (5)? Pois pode haver uma diferença nos arquivos mentais ZICO e ARTHUR, de tal forma que a posse da crença ZICO é meio-campista não nos leva a também ter a crença ARTHUR é meio campista. A teoria de arquivos individua as crenças de maneira mais fina que a teoria relacional referencialista.

Podemos pensar que a teoria de arquivos atinge o mesmo nível de granularidade que a teoria fregeana. Que sempre que a semântica fregeana atribua a dois termos diferentes, dois sentidos diferentes (e, portanto, constate uma diferença em Pensamento expresso e em atitude proposicional, quando há um operador adequado), a teoria de arquivos nos gera um arquivo mental equivalente. Mas este não é o caso. Podemos ver isso a partir de uma discussão sobre a formulação do Critério Intuitivo da Diferença. Como nota Evans (1982, p. 19, n. 19), a formulação do Critério da Diferença inclui um quantificador existencial (“[...] um agente racional [...]”). O seguinte Critério, por sua vez, é falso:

---

<sup>103</sup> Se quisermos formular, de dentro da teoria de arquivos, crenças como relações, podemos seguir a estratégia de Fodor (1989): uma crença é uma relação entre agente, proposição e veículo representacional (deixando de lado o papel funcional do veículo) – aumentamos a aridade da relação de crença. Muito desta ideia já estava em Kaplan (1968). Ademais, no que toca a concretude do veículo, assumimos que em alguma medida o mesmo é instanciado em um cérebro, possuindo, portanto, bases físicas/concretas.

## **CrITÉrio intuitivo da diferença generalizado**

Dada uma diferença nos sentidos das sentenças S e S', **qualquer** agente racional pode ter crenças contraditórias no que toca os Pensamentos expressos por tais sentenças.

O CrITÉrio Generalizado é falso, não sendo defendido por nenhum autor. Isso pois existe um conjunto de agentes racionais que não podem, à custa de sua racionalidade, ter atitudes contraditórias quanto a S e S', mesmo se ambas expressam Pensamentos diferentes. Trata-se dos agentes que descobriram as identidades informativas relevantes! No que toca (4) ('Zico é meio campista') e (5) ('Arthur é meio campista'), se S sabe que Zico é Arthur, ele não pode acreditar em (4) e não acreditar em (5). Isto pois as crenças associadas a (4) e (5) seriam uma e a mesma: os arquivos ZICO e ARTHUR sofreriam o *merge* e as crenças em questão se tornariam a mesma. É por isso que Recanati (2024b e 2025) defende uma relativização do CrITÉrio da Diferença para cada agente: dadas as capacidades representacionais de tal e tal agente em um determinado momento<sup>104</sup>, podemos entender em que medida ele pode ou não possuir crenças

---

<sup>104</sup> A dimensão temporal também é relevante na medida em que arquivos também são aplicados para resolver problemas ligados à dinâmica cognitiva – esta foi uma das motivações para a introdução da noção de arquivo na bibliografia (ver Perry, 1980b e (2.2.1)). Podemos pensar no reconhecimento, mais especificamente na conversão incremental, como um dos mecanismos que conectam significância cognitiva e dinâmica cognitiva. A conversão incremental permite a “adição” de novos canais informacionais ao conjunto de relações às quais um dado arquivo é sensível. Um mesmo conceito, então, pode vir a ser ativado em contextos diferentes via o enriquecimento de suas relações-ER. Isto nos dá uma pista de como explicar a manutenção diacrônica de um estado mental em detrimento de alterações contextuais relevantes.

contraditórias sem perder sua racionalidade. Temos uma relativização não apenas do caráter informativo das identidades, mas da função ela mesma que arquivos, *qua* modos de apresentação, desempenham.

Esta discussão nos aponta para uma diferença no nível de granularidade da teoria de arquivos, quando comparada com a semântica fregeana. Frege *sempre* vai prever uma diferença de Pensamento entre as sentenças acima. Entretanto, e do ponto de vista dos arquivos mentais, as crenças relevantes nem sempre serão diferentes. A discussão de Almog e o *insight* de Strawson retornam: quando S descobre que Zico é Arthur, o sistema realiza uma operação de *merge* nos veículos relevantes. Isso significa que, *relativo a este caso*<sup>105</sup>, as crenças expressas por (4) e (5) são exatamente a mesma (o que não tira do agente sua capacidade metarepresentacional para com outros interlocutores. Ver (n. 99).

Em linhas gerais, é assim que a teoria de arquivos trata a individuação de crenças. Se pensarmos na dialética entre a semântica fregeana e o referencialismo, a teoria de arquivos permite um nível menor de granularidade, ao mesmo tempo que é mais flexível que a teoria fregeana. Dada a relacionalidade e a relatividade das identidades informativas, (4) e (5) podem, para um determinado agente, corresponder a uma mesma crença (sem com isso acabar com a capacidade meta-representacional do agente). Por fim, notemos como a teoria dos arquivos dá conta de ambas as frentes (individuação de crença e informatividade) com os mesmos recursos e de maneira

---

<sup>105</sup> Esta relatividade aos casos específicos também se liga a uma restrição da interpretação dos mundos relevantes no que toca à avaliação do 'pode' no Critério Intuitivo. Agentes racionais que sabem que  $a=b$  não podem ter crenças contraditórias da forma  $Fa$  e  $\sim Fb$ . Mundos nos quais tal agente não descobriu a identidade não são relevantes para avaliar as capacidades e expectativas representacionais do agente. Ver Recanati, 2025 no que toca a interpretação da modalidade do Critério.

elegante. Na próxima seção passaremos às duas últimas dimensões da significância cognitiva.

### 3.2.3 Explicando a significância II

Nos restam as duas últimas dimensões assinaladas acima (3.2.1). Nesta subseção, iremos elaborar como a teoria dos arquivos dá conta das disposições comportamentais ligadas ao valor cognitivo de representações e de como a significância funciona como mecanismo de demarcação de correferência.

Nosso ponto de partida será a dimensão comportamental do problema. Como é sabido da literatura sobre o indexical essencial (Perry, 1979), existe uma relação íntima entre a maneira que eu represento um objeto ou estado de coisas e como eu me comporto em relação a tais objetos ou fatos. Tomemos as crenças expressas pelas seguintes sentenças:

- 10) O bagunceiro está com o saco de açúcar furado
- 11) Eu estou com o saco de açúcar furado

Um agente que antes acreditava em (10) e passa a acreditar em (11) vai alterar seu comportamento. Assim, não há apenas um problema de correferência aqui, as crenças (10) e (11) sendo diferentes e permitindo a um agente racional crer em uma e não em outra, mas há também um problema de explicar a razão da alteração comportamental – não há adição de nenhuma atitude proposicional nova no conjunto de atitudes de S, tendo em vista seus conteúdos referenciais. A teoria de arquivos, principalmente se tivermos os esforços de Perry e Recanati em mente, busca caracterizar arquivos

como criados tendo em vista diferentes relações-ER, canais informacionais que conectam sujeito e objeto. A chave para dar conta da questão está nestas considerações.

Um arquivo SELF é, como vimos (2.2.4), um tipo de arquivo mental que está baseado em uma relação-ER específica – a relação de identidade. Dado que tal e tal agente é idêntico a si mesmo, ele terá acesso a uma série de sistemas, como a propriocepção (Evans, 1982, p. 220), que permitirão ao agente angariar informações sobre si mesmo. Não só isso, mas tais informações podem ser usadas diretamente na ação (*ibid*, p. 222). O arquivo SELF permite ao agente mobilizar as informações angariadas (dada a relação-ER de identidade) diretamente no comportamento, da mesma forma que outros *buffers* perceptuais. Há uma relação íntima entre indexicalidade, percepção e a ação. Os tipos de relação entre sujeito e objeto aqui relevantes, demonstrativa (percepção) ou indexical (*de se*, *de hic*, *etc*), geram conceitos que representam sua referência de uma perspectiva privilegiada para a ação. Quando uma crença (ou atitude) composta por tal conceito é ativada e usada para ação, tais relações e perspectivas são ativamente exploradas.

Já arquivos estáveis, como os ligados aos usos de nomes próprios, não possuem esta ligação íntima com a ação. Um arquivo como ZICO permite ao agente pensar sobre o objeto Zico mesmo que este não seja perceptível no momento. No vocabulário de Perry (2011, p. 65), se tratam de arquivos destacados da percepção. Não há razão para, dada esta vantagem de arquivos estáveis, exigir a presença do objeto na cena em toda utilização do conceito relevante. Nestes casos é necessária uma identificação, seja via *quasi-merge* ou conversão incremental – o que, nos termos de Perry, implica no atrelamento (*attachment*) de um arquivo estável a um *buffer* perceptual. O ponto

ecoa um dos argumentos de Recanati (2012) a favor do *linking*: é vantajoso ter acesso a muitos canais informacionais que nos levam ao mesmo objeto. A natureza perspectival de um conceito egocêntrico e o caráter estável e destacado de um arquivo estável se complementam.

Com estas considerações em mente, podemos absorver na teoria de arquivos as considerações advindas da bibliografia de indexicalidade essencial. Ao utilizar meu arquivo SELF, exerço a capacidade de utilizar as informações associadas a ele diretamente na ação. De maneira semelhante, arquivos perceptuais como ISSO representam o seu objeto como ocupando uma posição no espaço egocêntrico. A referência já ocupa uma posição no espaço que possui significância espacial para o agente, portanto o mesmo pode interagir com o objeto.

Temos assim a explicação da diferença de disposição comportamental no que toca as crenças (10) e (11)<sup>106</sup>. Mas temos também a explicação da diferença entre os agentes no caso do ataque do urso (Perry, 1977), salientado acima (3.2.1). Os agentes no caso possuem atitudes com exatamente o mesmo conteúdo referencial, mas se comportam de maneira diferente. Isso se dá devido a uma diferença no tipo de arquivo em jogo: um arquivo SELF para o agente sendo atacado e um arquivo perceptual para o amigo observando o ataque. Em parte, a detalhada taxonomia de tipos de arquivos apresentada na subseção (2.2.4) se justifica na medida em que pode

---

<sup>106</sup> A significância cognitiva é apenas parte da explicação do comportamento do agente. Precisamos de mais atitudes proposicionais para termos algum tipo de comportamento. Não basta que o cliente bagunceiro acredite que é o saco dele que está furado; é preciso crenças como “Todo cliente com saco furado deve limpar sua bagunça” (ou outras atitudes como os desejos) para que haja de fato comportamento. Entretanto, o ponto sobre a diferença de significância se mantém.

ser aplicada para explicar as disposições comportamentais dos agentes em casos do tipo assinalado aqui.

Mas e quanto à questão da demarcação da correferência? Como os arquivos nos ajudam aqui? Se no tópico anterior focamos nas relações-ER e nos tipos de arquivos relevantes, aqui vamos voltar nossa atenção ao processo de armazenamento de informação. Se nós temos um mesmo arquivo *a* com as informações ‘... é F’ e ‘... é G’ armazenada, as crenças resultantes são da forma *Fa* e *Ga*. Já se são dois arquivos diferentes, *a* e *b*, que dividem as informações, as crenças serão respectivamente *Fa* e *Gb*.

Como podemos ver, predicados co-armazenados (*co-filled*) são tomados como dizendo respeito ao mesmo objeto. Já predicados armazenados em arquivos diferentes são tomados como dizendo respeito a objetos diferentes. Esta é a estratégia de resposta de Recanati (2019, 2021). O autor formula o chamado Princípio de Segregação Informacional: co-armazenamento, e portanto identidade de arquivo, é o marcador de correferencialidade. Em seus termos, é uma estratégia *arquitetural* de demarcação da correferencialidade, baseada na arquitetura de arquivos mentais.

A questão da demarcação da correferência e o modelo de *merge* se conectam. Em um artigo crítico ao modelo original de Recanati, Papineau (2013) nota como a posição era permissiva para com uma multiplicação desnecessária de arquivos. Por exemplo, dada que a posição previa que um arquivo deve ser aberto para cada relação-ER supostamente estabelecida entre sujeito e objeto e dado que a identificação entre arquivos não levava a uma eliminação da redundância entre os conceitos, é esperada uma multiplicação de arquivos correferenciais. Nomes próprios diferentes, baseados em cadeias testemunhais diferentes, ou ainda diferentes encontros

perceptuais com o mesmo objeto, levariam à criação de arquivos diferentes. O *linking*, por fim, não levaria o sistema a eliminar nenhum desses conceitos, nem mesmo quando estes forem identificados.

Neste contexto, Papineau nota a implausibilidade do modelo em casos de inferências que se conformam ao padrão do *trade on identity*. Digamos que S se lembre que Zico é jogador de futebol. Digamos também que S veja Zico e pense que ele está velho. Parece que S pode inferir que Zico é um jogador de futebol e que ele está velho. Mas, dada uma diferença nos arquivos ZICO e ELE, digamos, deveria haver uma premissa auxiliar da forma  $ZICO=ELE$ , o que parece ser pouco econômico e contraproducente. Mas operações como o *quasi-merge* ou a conversão incremental, operações essas que dão conta de variações do caso acima, permitem evitar a pressão de críticas como a de Papineau. A inferência pode ser realizada visto que, em ambos os casos, trata-se do *mesmo arquivo*.

Neste sentido, a resposta parece similar (em sua forma) à de Frege. Enquanto em um quadro identidade de arquivo demarca correferência, no outro é a identidade de sentido que desempenha o papel. Entretanto, a imagem pode se desenvolver de jeitos interessantes. A segregação de informação pode ser sobrepujada na medida em que identidades informativas podem ser descobertas. Está previsto, no funcionamento de arquivos, que estes podem ser objetos de operações de manejo informacional, como o *merge* – movimento este que não está disponível para a semântica fregeana. Não só isso, mas há uma dimensão dinâmica no que toca os arquivos mentais que não pode ser diretamente absorvida pelos sentidos de Frege (o que justifica movimentos teóricos como o de Evans, com sua postulação de sentidos fregeanos dinâmicos).

### 3.2.4 Conclusão

Finalizamos, com isso, a aplicação da teoria de arquivos mentais ao Enigma de Frege. Organizamos este capítulo ao redor de duas dimensões do Enigma: o problema das identidades informativas e o problema da correferência. No fundo, trata-se de desdobramentos do mesmo problema: uma tensão no que toca a incapacidade do conteúdo referencial de lidar com o valor cognitivo de representações.

Se na seção (3.1) focamos em detalhes no problema das identidades, nesta seção (3.2) expandimos a questão da significância cognitiva. Mesmo se dividirmos o Enigma em dimensões diferentes, como a questão da correferência e das identidades, tal divisão ainda admite mais uma repartição. A subseção (3.2.1) buscou apresentar o destrinchamento do problema da correferência, isto é, de como expressões correferenciais podem diferir no que toca seu valor cognitivo. Seguindo a literatura, autores diferentes focam em aspectos diferentes do valor cognitivo, com algum grau de *overlap*<sup>107</sup>. Em um recorte simplificado: Fine (2007) e Strawson (1974) (e Frege, 1879) estão pensando em identidades informativas; Evans (1982) e Recanati (1993, p. 34 e 2012) estão pensando no aspecto atitudinal; Perry (1977, 1979) e Braun (2001) estão pensando no aspecto comportamental; e Campbell (1987) e Taylor (2014) tratam da questão da demarcação da correferência.

---

<sup>107</sup> Por exemplo, Fine (2007) e Heck (2012) estão unindo, respectivamente, a informatividade das identidades e a individuação de crenças com a questão da demarcação da correferência. Ou ainda os trabalhos de Perry e Recanati, que abarcam *todas* as dimensões salientadas acima. O *overlap* é esperado, visto que se trata do mesmo problema!

Independente do recorte adotado, todas as dimensões são instâncias do Enigma. Nos esforçamos, então, em mostrar como a teoria de arquivos mentais possui recursos para dar conta de *todos* estes recortes. Assim, dado que argumentamos a favor da compatibilização da imagem dos arquivos mentais para com o referencialismo, temos em mãos uma solução referencialista<sup>108</sup> para o Enigma de Frege.

---

<sup>108</sup> O referencialismo crítico, tradição de pesquisa em teoria da referência inaugurada por Perry, continua sendo uma forma de referencialismo. Como já ficou claro, este trabalho se enquadra nesta tradição.

# Conclusão

Neste trabalho, buscamos enfrentar o chamado Enigma de Frege. O Enigma é um dos problemas fundamentais da filosofia da mente e da linguagem. Como vimos, trata-se do problema de explicar as propriedades cognitivas de diferentes expressões linguísticas correferenciais. Nosso foco foi em componentes sub-sentenciais, mais especificamente termos singulares (e suas contrapartes mentais).

Seguindo as discussões canônicas, apresentamos a dialética entre semântica fregeana e teoria da referência direta que é central para acompanhar todas as discussões ao redor do Enigma. Além de apresentar o problema propriamente dito, este foi o objetivo do primeiro capítulo. Depois da adoção do referencialismo, vimos como o Enigma volta a se tornar um problema central e de difícil solução. A questão se complica dado o caráter canônico do referencialismo, a principal vertente teórica em Teoria da Referência. Por isso, buscamos mostrar como um tipo de resposta possível na bibliografia, a teoria de arquivos mentais, responde ao Enigma de maneira compatível com tal vertente.

Nosso segundo capítulo foi inteiramente dedicado a apresentar a teoria dos arquivos. Sua divisão em duas seções é justificada por duas etapas da introdução do argumento. Em primeiro lugar, entramos na bibliografia relevante via o projeto kaplaniano em QI. A contextualização do projeto, com Quine, introduz uma série de elementos relevantes para entender como podemos absorver as propriedades cognitivas do uso da linguagem. Especificamente, ganhamos com Quine o sentido relacional de crenças e os perigos dos

Casos de Frege no contexto do Pensamento Singular não mediado. Este contexto alinha, desde seu início, o projeto kaplaniano com uma solução referencialista ao Enigma. Precisamos de uma teoria da mediação conceitual em casos de referência singular compatível com os resultados semânticos e meta-semânticos da Referência Direta.

A distinção kaplaniana entre conteúdo descritivo e caráter genético é a base de tal teoria da mediação, quer dizer, de uma teoria de conceitos singulares. As propriedades mais importantes destes conceitos são seu caráter relacional, seguindo aqui Bach e Recanati, e sua estrutura interna (que suporta o aspecto dinâmico de atualização de informação). A referência, sua origem genética, é fixada independentemente da satisfação ou não de propriedades descritivas. Entretanto, tais propriedades descritivas são absorvidas no quadro, seguindo a clássica constatação referencialista da variabilidade de informações associadas por cada falante aos termos da língua.

Neste contexto é que a metáfora de arquivos mentais é utilizada. Um arquivo não passa de um conceito singular relacional que possui a função de armazenar informações tidas como satisfeitas pela referência do mesmo. Os apontamentos de Perry e Recanati, teóricos centrais desta abordagem, claramente absorvem a estrutura dual dos conceitos kaplanianos, lá chamados de nomes vívidos. Esta é a primeira etapa da compatibilização da teoria de arquivos com o referencialismo: a inovação meta-semântica de Donnellan, Kripke, Putnam e Kaplan é adaptada. Seguindo Evans, Recanati constrói as chamadas Relações-ER não apenas como relações causais, mas como canais informacionais que nos ajudam a individuar arquivos e determinar seus tipos (sejam conceitos egocêntricos ou entradas enciclopédicas). Como vimos, a variedade tipológica de arquivos nos fornece grande flexibilidade ao dar conta da significância cognitiva.

A segunda etapa do argumento de compatibilização dos arquivos com o referencialismo se dá no polo semântico. Se tivermos a teoria da Proposição fregeana em mente, seus Pensamentos, vemos a *relevância vericondicional* das notas conceituais contidas em um sentido. Se arquivos funcionarem de maneira semelhante, haverá uma interferência nas condições de verdade previstas pela teoria da proposição referencialista. Assim, vemos em Recanati um argumento pela sua *irrelevância vericondicional*. Nenhuma das duas dimensões representacionais de um arquivo, seu conteúdo descritivo ou seu caráter genético, alteram a proposição. A verdade de um pensamento, de um estado mental, composto por um arquivo depende apenas da satisfação de uma propriedade por um objeto.

As considerações acima resumem uma parte do segundo capítulo deste trabalho: o argumento da compatibilização. Além disso, tal capítulo enfrenta uma série de questões ligadas à natureza e às propriedades dos arquivos mentais. Buscamos apresentar arquivos como particulares cognitivos concretos, seguindo Crimmins e Perry, além de apresentar a tipologia dos tipos de arquivos já mencionados acima.

Por fim, realizamos uma breve incursão em uma literatura da psicologia cognitiva que também se aventura com uma noção de arquivo, os arquivos de objeto. Existem muitas diferenças entre as noções, como o fato de que arquivos mentais são conceitos *bona fide*, enquanto arquivos de objeto são representações pouco estáveis ligadas somente à memória de trabalho visual. Entretanto, nosso maior interesse foi averiguar uma similaridade entre ambos postulados, tendo em vista a reconstrução do debate psicológico feita por Pylyshyn. Ambos subscrevem à estrutura dual salientada por

Kaplan, com o papel de fixação da referência e coleta de informações legado a um canal informacional.

Mesmo se não conseguimos, com esta discussão, realizar uma redução da categoria funcional de arquivos em uma categoria empiricamente investigável, conseguimos observar o que parecem ser traços centrais de representações singulares, seja na *early vision* ou na memória de trabalho visual, seja em funções cognitivas de ordem superior: o fenômeno do agrupamento e manejo informacional. Isto em parte justifica a introdução do vocabulário teórico funcional da teoria de arquivos, como defende Perry: a teoria captura a maneira como humanos, em um certo sentido, falam e pensam sobre objetos.

O último capítulo foi reservado para as aplicações do quadro teórico ao Enigma propriamente dito. A primeira seção do capítulo tratou especificamente das identidades informativas. As propriedades cognitivas das identidades, sua informatividade ou trivialidade, possuem reverberações profundas e extremamente interessantes. Por um lado, buscamos adaptar os argumentos referencialistas de Almog em um vocabulário de arquivos, mostrando a relacionalidade e a relatividade da informatividade. Somamos a isso uma discussão sobre descoberta de identidades e manejo informacional, via a operação *merge* e suas variedades.

Por fim, tratamos da questão da significância cognitiva. Como notamos, a bibliografia não distingue claramente entre diversos aspectos ou dimensões do fenômeno da significância cognitiva. Diversos autores diferentes enfrentam facetas diversas do mesmo fenômeno. Isto é problemático apenas na medida em que uma solução proposta pode não abarcar as outras dimensões. É o caso da solução fregeana da *Conceitografia*, que abandona a inocência semântica na

presença da identidade. Acreditamos ser preferível uma teoria que consiga abarcar todas as dimensões de uma vez.

A distinção proposta é quádrupla. A significância ou valor cognitivo de uma expressão pode dizer respeito a: (i) sua informatividade, (ii) os padrões atitudinais ligados ao seu uso e entendimento, (iii) as disposições comportamentais e (iv) ao rastreio da correferência. Todas estas dimensões são explicadas pela teoria dos arquivos mentais. Deixando de lado (i), já tratado, temos:

(ii) Posse de arquivos mentais é central para individuar crenças e atitudes proposicionais. Mas, como notamos, a teoria é mais flexível que ambas as alternativas referencialista e fregeana, via teoria relacional. Isto pois, dada a relacionalidade e relatividade da significância, uma agente pode ter realizado o manejo informacional de seus conceitos. Isto significa que é possível que um agente tenha apenas uma atitude proposicional constituída por um arquivo mental, quando a teoria fregeana prevê duas atitudes diferentes. Ilustramos este processo ao discutir o falso Critério Generalizado da Diferença: se S sabe que  $a=b$ , então as sentenças (S acredita que  $a$  é F) e (S acredita que  $b$  é F) reportam o mesmo estado mental.

(iii) Os tipos de arquivos mentais estão ligados às diferentes disposições comportamentais dos agentes humanos. Notamos a íntima ligação entre indexicalidade e percepção (conceitos egocêntricos, sejam indexicais ou demonstrativos) e a ação. Seja via a representação egocêntrica do espaço, seja via a conexão direta com canais de rastreio de informações internos (propriocepção) e funções executivas (SELF), possuir um arquivo egocêntrico é extremamente relevante para a ação. A teoria consegue absorver os resultados da bibliografia sobre o Indexical Essencial de dentro de um quadro referencialista. Claro, posse de entradas enciclopédicas também se

ligam a ação, mas não da maneira salientada por Perry e outros. Aqui dependemos de múltiplas atitudes coordenadas ou transparentes, i.e., tomadas como dizendo respeito ao mesmo objeto; justamente nosso último tópico.

(iv) Mesmo que de maneira falível, ocorrências de expressões ou conceitos são representados como sendo transparentes ou opacos, ou seja, como dizendo respeito ao mesmo objeto ou a objetos diferentes. Explicar como isso ocorre é o dito problema da transparência ou do rastreio da correferencialidade. A teoria dá conta do fenômeno via o Princípio da Segregação Informacional. Informações co-armazenadas, associadas ao mesmo arquivo, estão falivelmente coordenadas. Se (S acredita que Fa), (S acredita que Gb) e  $(a=b)$ , S não pode realizar a introdução da conjunção sem antes explicitamente representar a correferência das constantes, realizando o *merge* dos arquivos relevantes. As informações ‘... é F’ e ‘... é G’ estariam então armazenadas no mesmo arquivo, o que consistiria na transição do Argumento II para o Argumento I na (fig.2) (3.2.1).

Como foi possível observar acima, todas as dimensões da significância cognitiva interagem. Existe uma relação estreita entre manejo informacional e individuação de atitudes, ou entre rastreio da correferência e comportamento. Podemos ainda falar de *merge* e transparência ou ainda da relação entre comportamento e posse de atitudes específicas. A descrição destas interações (ou ainda seu colapso em categorias mais abrangentes) será realizada em um trabalho posterior. Por ora, buscamos reconhecer na bibliografia como muitas vezes cada faceta da significância é tratada de forma isolada e, de maneira central, notar como na realidade se trata do mesmo fenômeno – ainda mais dadas suas relações e *overlaps*. Aqui se constrói um grande argumento a favor da teoria de arquivos mentais:

é um quadro que consegue lidar de uma só vez com todas as dimensões acima.

Encerramos assim o presente trabalho. A teoria de arquivos mentais é uma opção teórica contemporânea poderosa para qualquer pessoa interessada em Teoria da Referência e Enigma de Frege. Esperamos ter ilustrado as conexões interdisciplinares da teoria, seja com outras áreas da filosofia, seja em áreas como a psicologia cognitiva ou do desenvolvimento. E, de maneira central, esperamos ter mostrado como a teoria é uma solução referencialista ao Enigma de Frege.



# Referências bibliográficas

- Almog, J. (2005) Is a Unified Description of Language-and-Thought Possible? *Journal of Philosophy*, v. 102, n. 10, p. 493-531.
- Almog, J. (2008) Frege Puzzles? *Journal of Philosophical Logic*, v. 37, n. 6, p. 549-574.
- Almotahari, M. (2013) Flaws of Formal Relationism. *Thought: A Journal of Philosophy*, v. 2, n. 4, p. 367-376.
- Almotahari, M.; Gray, A. (2020) Frege Cases and Bad Psychological Laws. *Mind*.
- Almotahari, M.; Gray, A. (2025) Frege Cases and Rationalizing Explanations. *Noûs*, v. 59, n. 2, p. 517-541.
- Andonovski, N. (2024) Engrams as Mental Files. *Synthese*, v. 204, n. 6.
- Angelucci, V. (2024) Uma introdução às novas soluções do enigma de Frege. *Intuitio*, v. 17, n. 1, p. 1-30.
- Anscombe, G. E. M. (1975) The First Person. In: Guttenplan, S. (Ed.). *Mind and Language*. [s.l.] Clarendon Press, p. 45-65.
- Aydede, M. (1998) Fodor on Concepts and Frege Puzzles. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 79, n. 4, p. 289-294.
- Bach, K. (1987) *Thought and Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Boghossian, P. (2010) The Transparency of Mental Content Revisited. *Philosophical Studies*, v. 155, n. 3, p. 457-465.
- Boghossian, P. (1994) A. The Transparency of Mental Content. *Philosophical Perspectives*, v. 8, p. 33-50.
- Bonardi, P. (2020) Frege's Puzzle and Cognitive Relationism: An Essay on Mental Files and Coordination. *Disputatio*, v. 12, n. 56, p. 1-40.

- Borgoni, C.; Kindermann, D.; Onofri, A. (2021) *The Fragmented Mind*. Oxford University Press.
- Botterill, G.; Carruthers, P. (1999) *The Philosophy of Psychology*. New York: Cambridge University Press.
- Braun, D. (1998) Understanding Belief Reports. *The Philosophical Review*, v. 107, n. 4, p. 555-595.
- Braun, D. (2001) Russellianism and Explanation. *Philosophical Perspectives*, v. 15, p. 253-289.
- Burge, T. (1979) Individualism and the Mental. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 4, n. 1, p. 73-121.
- Burge, T. (1988) Individualism and Self-Knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 85, n. 11, p. 649-663.
- Burge, T. (2006) *Truth, Thought, Reason: Essays on Frege*. Oxford: Clarendon.
- Campbell, J. (1987) Is Sense Transparent. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 88, p. 273-292.
- Campbell, J. (1994) *Past, Space, and Self*. Cambridge, Mass.: Mit Press.
- Carey, S. (2009) *The Origin of Concepts*. Oxford: Oxford University Press.
- Carroll, L. (1895) What the Tortoise Said to Achilles. *Mind*, v. IV, n. 14, p. 278-280.
- Carvalho, F. N. (2016) *Demonstrative Thought*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG.
- Chalmers, D. (2006) Two Dimensional Semantics. In: Lepore, E.; Smith, B. (Eds.). *The Oxford Handbook to the Philosophy of Language*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Chalmers, D. (2004) J. Epistemic Two-Dimensional Semantics. *Philosophical Studies*, v. 118, n. 1/2, p. 153-226, mar. 2004.

- Clarke, H. Mental Filing Systems: A User's Guide. (2022) *Ergo an Open Access Journal of Philosophy*, v. 8, n. 0.
- Corazza, E.; Korta, K. (2015) Frege on Subject Matter and Identity Statements. *Analysis*, v. 75, n. 4, p. 562-565.
- Crimmins, M.; Perry, J. (1989) The Prince and the Phone Booth: Reporting Puzzling Beliefs. *The Journal of Philosophy*, v. 86, n. 12, p. 685.
- Davidson, D. (1968) On Saying That. *Synthese*, v. 19, n. 1-2, p. 130-146.
- Davidson, D. (1982) Paradoxes of Irrationality. In: Wollheim, R.; Hopkins, J. (Orgs.). *Philosophical Essays on Freud*. [s.l.] Cambridge University Press, p. 289-305.
- Dickie, I. (2015) *Fixing Reference*. Oxford University Press.
- Donnellan, K. S. (1966) Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review*, v. 75, n. 3.
- Dummett, M. (1973) *Frege: Philosophy of Language*. London; Duckworth: Harvard University Press.
- Eaker, E. L. (2004) David Kaplan on De Re Belief. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 28, n. 1, p. 379-395.
- Evans, G. (1973) The Causal Theory of Names. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, v. 47, n. 1, p. 187-225.
- Evans, G. (1982) *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press, New York.
- Evans, G. (1985) *Collected Papers*. USA: Oxford University Press.
- Fiengo, R.; May, R. (2006) *De Lingua Belief*. MIT Press.
- Fine, K. (2010a) Reply to Lawlor's "Varieties of Coreference". *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 81, n. 2, p. 496-501.
- Fine, K. (2007) *Semantic Relationism*. Chicester: Wiley-Blackwell.

- Fine, K. (2010b) Semantic Necessity. In: Hale, B.; Hoffmann, A. (Orgs.). *Modality: Metaphysics, Logic, and Epistemology*. Oxford University Press.
- Fodor, J. (1989) Substitution Arguments and the Individuation of Beliefs. In: Boolos, G. (Org.). *Meaning and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Fodor, J. (2008) *LOT 2 : the Language of Thought Revisited*. Oxford: Oxford University Press.
- Fodor, J. A. (1975) *The Language of Thought*. Hassocks: Harvester.
- Fodor, J. A. (1987) *Psychosemantics the Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. The Mit Press.
- Fodor, J. A. (1995) *The Elm and the Expert: Mentalese and its Semantics*. Cambridge, Mass.: Mit Press,.
- Fodor, J. A. (1998) *Concepts: Where Cognitive Science Went Wrong*. Oxford: Clarendon Press.
- Frege, G. Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética. (2012) In: Alcoforado, P. , Duarte, A., Wyllie, G. (Orgs.). *Os Primeiros Escritos Lógicos de Gottlob Frege*. São Paulo: Inst. Bras. de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, p. 45-174.
- Frege, G. The Thought: a Logical Inquiry. (1956) *Mind*, v. 65, n. 1, p. 289-311.
- Frege, G. (1879) *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete formelsprache des reinen denkens*. Jena: Halle a. S.
- Frege, G. Über sinn und bedeutung. (1892) *Zeitschrift für Philosophie Und Philosophische Kritik*, v. 100, n. 1, p. 25-50.
- Frege, G. (1918) Der gedanke: eine logische untersuchung. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, v. 1, p. 58-77.

- Frege, G. (1948) Sense and Reference. *The Philosophical Review*, v. 57, n. 3, p. 209-230.
- García-Carpintero, M. (2012) Foundational Semantics I: Descriptive Accounts. *Philosophy Compass*, v. 7, n. 6, p. 397-409.
- Geach, P. T. (1972) *Logic Matters*. Oxford: Blackwell.
- Glezakos, S. (2009) Can Frege Pose Frege's Puzzle? In: Almog, J.; Leonardi, P. (Orgs.). *The Philosophy of David Kaplan*. New York: Oxford University Press.
- Goodman, R. (2024) Mental Files. *Philosophy Compass*, v. 19, n. 3.
- Goodman, R.; Gray, A. (2020) Mental Filing. *Noûs*, v. 56, n. 1, p. 204-226.
- Goodman, R.; Gray, A. (2024) Mental Filing, Continued. *Synthese*, v. 204, n. 1.
- Gray, A. (2017) Relational Approaches to Frege's Puzzle. *Philosophy Compass*, v. 12, n. 10.
- Gray, A. Indistinguishable Senses. *Noûs*, v. 54, n. 1, p. 78-104, 10 maio 2018.
- Gray, A. (2020) Cognitive Significance. In: Biggs, S.; Geirsson, H. (Orgs.). *The Routledge Handbook of Linguistic Reference*. New York: Routledge.
- Gray, A. (2022) Minimal Fregeanism. *Mind*, v. 131, n. 522, p. 429-458.
- Green, E. J.; Quilty-Dunn, J. What is an Object File? *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 72, n. 3.
- Grice, H. P. (1969). Vacuous Names. In D. Davidson, D.; Hintikka, J. (Orgs.). *Words and Objections*, D. Reidel, p. 118-145.
- Harman, G. (1972) Logical Form. *Foundations of Language*, v. 9, n. 1, p. 38-65.
- Heck, R. K. (2012) Solving Frege's Puzzle. *Journal of Philosophy*, v. CIX, p. 74-132.

- Heck, R. K. (2014) In Defense of Formal Relationism. *Thought: A Journal of Philosophy*, v. 3, n. 3, p. 243-250.
- Heck, R. K. (2024) *Modes of Representation: Content, Communication, and Frege*. Oxford University Press.
- Jeshion, R. (2010a) *New Essays on Singular Thought*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Jeshion, R. (2010b) Singular Thought: Acquaintance, Semantic Instrumentalism, and Cognitivism. In: Jeshion, R. (Org.). *New Essays on Singular Thought*. Oxford: Oxford University Press, p. 105-141.
- Kahneman, D.; Treisman, A.; Gibbs, B. J. (1992) The Reviewing of Object Files: Object-Specific Integration of Information. *Cognitive Psychology*, v. 24, n. 2, p. 175-219.
- Kaplan, D. (1968) Quantifying In. *Synthese*, v. 19, n. 1-2, p. 178-214.
- Kaplan, D. (1978) Dthat. *BRILL eBooks*, p. 221-243.
- Kaplan, D. Demonstratives: An Essay On The Semantics, Logic, Metaphysics And Epistemology Of Demonstratives And Other Indexicals. (1989a) In: Almog, J.; Perry, J.; Wettstein, H. (Orgs.). *Themes from Kaplan*. USA: Oxford University Press, p. 481-563.
- Kaplan, D. Afterthoughts (1989b). In: Almog, J.; Perry, J.; Wettstein, H. (Orgs.). *Themes from Kaplan*. USA: Oxford University Press, p. 565-614.
- Kaplan, D. Words. (1990) *Aristotelian Society Supplementary Volume*, v. 64, n. 1, p. 93-120.
- Kaplan, D. (1998) Opacity. In: Hahn, L. E.; Schilpp, P. A. (Orgs.). *The philosophy of W.V. Quine*. Chicago: Open Court, p. 229-289.
- Kaplan, D. (2013) De Re Belief. *The American Philosophical Association centennial series*, p. 25-37.

- Korta, K.; Perry, J. (2011) *Critical Pragmatics*. Cambridge University Press.
- Kripke, S. (1979) A Puzzle about Belief. In: Margalit, A. (Org.). *Meaning and Use*. Springer Dordrecht, p. 239-283.
- Kripke, S. (1980) *Naming and Necessity*. Malden Ma: Blackwell.
- Lawlor, K. (2010) Varieties of Coreference. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 81, n. 2, p. 485-495.
- Lewis, D. (1970) General Semantics. *Synthese*, v. 22, n. 1-2, p. 18-67.
- Lewis, D. (1982) Logic for Equivocators. *Noûs*, v. 16, n. 3, p. 431-441.
- Lockwood, M. (1971) Identity and Reference. In: Munitz, M. K. (Org.). *Identity and Individuation*. New York: New York University Press, p. 199-211.
- Luck, S. J.; Vogel, E. K. (1997) The Capacity of Visual Working Memory for Features and Conjunctions. *Nature*, v. 390, n. 6657, p. 279-281.
- Maier, E. (2016) Attitudes and Mental Files in Discourse Representation Theory. *Review of Philosophy and Psychology*, v. 7, n. 2, p. 473-490.
- Marti, G. (1995) The Essence of Genuine Reference. *Journal of Philosophical Logic*, v. 24, n. 3, p. 275-289.
- Martone, F. (2021) Como ler o primeiro parágrafo de “Sobre o sentido e a referência”. *Principia an international journal of epistemology*, v. 25, n. 3.
- McDowell, J. (1984) De Re Senses. *The Philosophical Quarterly*, v. 34, n. 136, p. 283.
- McDowell, J. (1996) *Mind and World*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Millikan, R. (1997) Images of Identity: in Search of Modes of Presentation. *Mind*, v. 106, n. 423, p. 499-519.

- Murez, M. (2021) Belief Fragments and Mental Files. In: Borgoni, C.; Kindermann, D.; Onofri, A. (Orgs.). *The Fragmented Mind*. [s.l.] Oxford University Press, p. 292-322.
- Murez, M. (2023) The Transparency of Mental Vehicles. *Noûs*, v. 58, p. 877-904.
- Murez, M.; Strickland, B.; Smortchkova, J. (2020) The Mental Files Theory of Singular Thought: a Psychological Perspective. In: Goodman, R.; Genone, J.; Kroll, N. (Orgs.). *Singular Thought and Mental Files*. New York, NY: Oxford University Press, p. 107-142.
- Neale, S. (1990) *Descriptions*. Cambridge; London: Mit Press.
- Pagin, P. (2013) The Cognitive Significance of Mental Files. *Disputatio*, v. 5, n. 36, p. 133-145.
- Papineau, D. (2013) Comments on François Recanati's Mental Files: Doubts About Indexicality. *Disputatio*, v. 5, n. 36, p. 159-175.
- Pavese, C. (2015) Practical Senses. *Philosopher's Imprint*, v. 15, n. 29.
- Pavese, C. (2020) Practical Representation. In: Pavese, C.; Fridland, E. (Orgs.). *The Routledge Handbook of Philosophy of Skill and Expertise*. New York, NY: Routledge.
- Perini-Santos, E. (2025a) Building the Common Ground with Demonstratives. *Manuscrito*, v. 48, n. 1.
- Perini-Santos, E. (2006) Perceptual Modes of Presentation and the Communication of De Re Thoughts. *Facta Philosophica*, v. 8, n. 1-2, p. 23-40.
- Perini-Santos, E. (2025b) *Filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola.
- Perner, J. (2025) *Mental Files in Perspective*. Oxford University Press.
- Perner, J.; Huemer, M.; Leahy, B. (2015) Mental Files and Belief: A Cognitive Theory of How Children Represent Belief and its Intensionality. *Cognition*, v. 145, p. 77-88.

- Perry, J. (1980a) Belief and Acceptance. *Midwest Studies In Philosophy*, v. 5, n. 1, p. 533-542.
- Perry, J. (1977) Frege on Demonstratives. *The Philosophical Review*, v. 86, n. 4, p. 474.
- Perry, J. (1979) The Problem of the Essential Indexical. *Noûs*, v. 13, n. 1.
- Perry, J. (1980b) A Problem About Continued Belief. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 61, n. 4, p. 317-332.
- Perry, J. (1986) Thought Without Representation. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, v. 60, n. 1, p. 137-166.
- Perry, J. (1988) Cognitive Significance and New Theories of Reference. *Noûs*, v. 22, n. 1.
- Perry, J. (1993) *The Problem of the Essential Indexical*. Oxford University Press.
- Perry, J. (1998) Myself and "I". *Philosophie in Synthetischer Absicht*, p. 83-103.
- Perry, J. (2000) *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays, Expanded Edition*. Stanford: Csl Publications.
- Perry, J. (2001a) *Reference and Reflexivity*. Stanford: Csl Publications.
- Perry, J. (2001b) Frege on Identity, Cognitive Value, and Subject Matter. In: Newell, A.; Nortmann, U.; Stuhlmann-Laeisz, R. (Orgs.). *Building on Frege: New Essays about Sense, Content, and Concept*. Palo Alto: CSLI Publications, p. 141-158.
- Perry, J. (2011) *Reference and Reflexivity*, 2nd. ed. Stanford: Csl Publications.
- Perry, J. (2019) *Frege's Detour*. Oxford University Press.
- Pinillos, N. A. (2011) Coreference and Meaning. *Philosophical Studies*, v. 154, n. 2, p. 301-324.
- Pryor, J. (2015) Mental Graphs. *Review of Philosophy and Psychology*, v. 7, n. 2, p. 309-341.

- Putnam, H. (1975) The Meaning of “Meaning”. *Minnesota studies in the philosophy of science*, v. 7, p. 131-193.
- Pylyshyn, Z. (1989) The Role of Location Indexes in Spatial Perception: A Sketch of the FINST Spatial-Index Model. *Cognition*, v. 32, n. 1, p. 65-97.
- Pylyshyn, Z. (2007) *Things and Places: How the Mind Connects with the World*. Cambridge: Mit Press.
- Quilty-dunn, J. (2020) Polysemy and Thought: Toward a Generative Theory of Concepts. *Mind & Language*, v. 36, n. 1, p. 158-185.
- Quilty-dunn, J.; Green, E. J. (2021) Perceptual Attribution and Perceptual Reference. *Philosophy and Phenomenological Research*.
- Quine, W. V. (1948) On What There Is. *The Review of Metaphysics*, v. 2, n. 5, p. 21-38.
- Quine, W. V. (1956) Quantifiers and Propositional Attitudes. *The Journal of Philosophy*, v. 53, n. 5, p. 177.
- Quine, W. V. (1960) *Word and Object*. Cambridge: M.I.T. Press.
- Quine, W. V. O. (1951) *Mathematical Logic*. Cambridge: Harvard University Press.
- Recanati, F. (1993) *Direct Reference: from Language to Thought*. Oxford: Blackwell.
- Recanati, F. (2000) *Oratio Obliqua, Oratio Recta*. MIT Press.
- Recanati, F. (2004) *Literal Meaning*. Cambridge University Press.
- Recanati, F. (2010) Singular Thought: in Defence of Acquaintance. In: Jeshion, R. (Org.). *New Essays on Singular Thought*. Oxford University Press, p. 141-190.
- Recanati, F. (2012) *Mental Files*. OUP Oxford.
- Recanati, F. (2013) Mental Files: Replies to my Critics. *Disputatio*, v. 5, n. 36, p. 207-242.
- Recanati, F. (2016) *Mental Files in Flux*. Oxford University Press.

- Recanati, F. (2019) Transparent Coreference. *Topoi*, v. 40, n. 1, p. 107-115.
- Recanati, F. (2021) Do Mental Files Obey Strawson's Constraint? In: Borgoni, C.; Kindermann, D.; Onofri, A. (Orgs.). *The Fragmented Mind*. Oxford University Press, p. 264-291.
- Recanati, F. (2024) Individuating (and Typing) Mental Files. In: Grzankowski, A.; Savile, A. (Orgs.). *Thought: Its Origin and Reach*. Routledge, 2024a.
- Recanati, F. (2024b) Memory-Based Modes of Presentation. *Synthese*, v. 203, n. 4.
- Recanati, F. (2025) Sameness of Mode of Presentation. In: Bermudez, J. L.; Valente, M.; Verdejo, V. (Orgs.). *Sharing Thoughts*. Oxford University Press, p. 193-217.
- Reddy, M. (1979) The Conduit Metaphor – a Case of Frame Conflict in our Language of Language. In: Ortony, A. (Org.). *Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, p. 284-310.
- Ruffino, M. (2009) Context and Quantifier Domain. *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*, v. 32, n. 1, p. 283-307.
- Russell, B. (1905) On Denoting. *Mind*, v. 114, n. 456, p. 873-887.
- Russell, B. (1912) *The Problems of Philosophy*. Home University Library.
- Salmon, N. (2010) Three Perspectives on Quantifying In. In: Jeshion, R. (Org.). *New Essays on Singular Thought*. USA: Oxford University Press, p. 64-76.
- Salmon, N. (1986) *Frege's Puzzle*. MIT Press (MA).
- Saul, J. M. (1997) Substitution and Simple Sentences. *Analysis*, v. 57, n. 2, p. 102-108.
- Saul, J. M. (1998) The Pragmatics of Attitude Ascription. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 92, n. 3, p. 363-389.

- Schiffer, S. (1978) The Basis of Reference. *Erkenntnis*, v. 13, n. 1, p. 171–206.
- Schroeter, L. (2007) Illusion of Transparency. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 85, n. 4, p. 597-618.
- Searle, J. R. (1958) Proper Names. *Mind*, v. LXVII, n. 266, p. 166-173.
- Smortchkova, J.; Murez, M. (2020) Representational Kinds. In: Smortchkova, J.; Dołęga, K.; Schlicht, T. (Orgs.). *What are Mental Representations?* New York, NY: Oxford University Press, p. 213-241.
- Soames, S. (1987a) Direct Reference, Propositional Attitudes, and Semantic Content. *Philosophical Topics*, v. 15, n. 1, p. 47-87.
- Soames, S. (1987b) Substitutivity. In: Thomson, J. J. (Org.). *On Being and Saying: Essays for Richard Cartwright*. Mit Press.
- Spelke, E. S. (1990) Principles of Object Perception. *Cognitive Science*, v. 14, n. 1, p. 29-56.
- Stalnaker, R. (1978) Assertion. *Syntax and Semantics*, v. 9, p. 315-332.
- Stalnaker, R. (1991) The Problem of Logical Omniscience, I. *Synthese*, v. 89, n. 3, p. 425-440.
- Stalnaker, R. (1997) Reference and Necessity. In: Hale, B.; Wright, C.; Miller, A. (Orgs.). *A Companion to the Philosophy of Language*. Chichester, West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, p. 902-919.
- Stalnaker, R. (1984) *Inquiry*. Cambridge, Mass.; London: Mit Press, 1984.
- Stalnaker, R. (1999) *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*. Oxford Oxford University Press.
- Stalnaker, R. (2014) *Context*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Stanley, J.; Gendler Szabo, Z. (2000) On Quantifier Domain Restriction. *Mind and Language*, v. 15, n. 2&3, p. 219-261.

- Stanley, J.; Williamson, T. (2001) Knowing How. *Journal of Philosophy*, v. 98, n. 8, p. 411-444.
- Strawson, P. F. (1950) On Referring. *Mind*, v. LIX, n. 235, p. 320-344.
- Strawson, P. F. (1974) *Subject and Predicate in Logic and Grammar*. [s.l.] Methuen & Co Ltd.
- Talasiewicz, M. (2022) Files are Mental Particulars: A Rejoinder to the Relationist Challenge. *Synthese*, v. 200, n. 6.
- Taschek, W. (1992) Frege's Puzzle, Sense, and Information Content. *Mind*, v. 101, n. 404, p. 767-791.
- Taylor, K. (1995) Meaning, Reference and Cognitive Significance. *Mind & Language*, v. 10, n. 1-2, p. 129-180.
- Taylor, K. (2014) Names as Devices of Explicit Co-Reference. *Erkenntnis*, v. 80, n. S2, p. 235-262.
- Valente, M.; Boccardi, E. (2020) Frege's Puzzle is Here to Stay: Triviality and Informativity in Natural Languages. *Manuscripta*, v. 43, n. 1, p. 115-150.
- Van Fraassen, B. (1979) Propositional Attitudes in Weak Pragmatics. *Studia Logica: An International Journal for Symbolic Logic*, v. 38, n. 4, p. 365-374.
- Vernazzani, A.; Dimitri Coelho Mollo. (2023) The Formats of Cognitive Representation: a Computational Account. *Philosophy of science*, p. 1-20.
- Vernazzani, A.; Mollo, D. C. (2025) Frames of Discovery and the Formats of Cognitive Representation. In: Piccinini, G. (Org.). *Neurocognitive Foundations of Mind*. Routledge.
- Wettstein, H. K. (1986) Has Semantics Rested on a Mistake? *The Journal of Philosophy*, v. 83, n. 4.

Xu, F. (1997) From Lot's Wife to a Pillar of Salt: Evidence that Physical Object is a Sortal Concept. *Mind and Language*, v. 12, n. 3 e 4, p. 365-392.

